

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA

ALESSANDRA CÂNDIDA DA SILVA

**A ESCOLA SEM PARTIDO E O DISCURSO CONSERVADOR NO CENÁRIO
DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

CATALÃO/GO

2021

ALESSANDRA CÂNDIDA DA SILVA

**A ESCOLA SEM PARTIDO E O DISCURSO CONSERVADOR NO CENÁRIO DA
EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História - nível de Mestrado - da Universidade Federal de Goiás, regional Catalão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História, Sociedade e Práticas Educativas.

Orientadora: Profa. Dra. Lilian Marta Grisolio

CATALÃO/GO
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Alessandra Cândida da Silva

3. Título do trabalho

A Escola Sem Partido e o discurso conservador no cenário da educação brasileira

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Marta Grisolio, Professor do Magistério Superior**, em 29/04/2021, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

29/04/2021

SEI/UFG - 2033830 - Termo de Ciência e de Autorização (TECA)



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA CANDIDA DA SILVA, Discente**, em 29/04/2021, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2033830** e o código CRC **B86ADEA5**.

Referência: Processo nº 23070.016497/2021-92

SEI nº 2033830

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Alessandra Cândida da
A Escola Sem Partido e o discurso conservador no cenário da educação brasileira [manuscrito] / Alessandra Cândida da Silva. - 2021.
99 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Lilian Marta Grisolio.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em História, Catalão, 2021.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. . I. Grisolio, Lilian Marta, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **89** da sessão de Defesa de Dissertação de **Alessandra Cândida da Silva**, que confere o título de Mestra em História – nível Mestrado Profissional, na área de concentração em História.

Ao/s **vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte um**, a partir da(s) **14h00m**, remotamente, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada: **O PROJETO DE LEI DA ESCOLA SEM PARTIDO: o perigoso discurso conservador no atual cenário da educação brasileira**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Lilian Marta Grisolio** - (PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT em transição) “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência” com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Flávia do Bonsucesso Teixeira** - (UFU), membra titular externa; “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência”, Professora Doutora **Eliane Martins de Freitas** - (PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT em transição), membra titular interna “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência”. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho de forma a estabelecer melhor vínculo com o conteúdo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Lilian Marta Grisolio**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte um**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

A Escola Sem Partido e o discurso conservador no cenário da educação brasileira



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Marta Grisolio, Professor do Magistério Superior**, em 28/04/2021, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Martins De Freitas, Professor do Magistério Superior**, em 28/04/2021, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia do Bonsucesso Teixeira, Usuário Externo**, em 28/04/2021, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1973184** e o código CRC **2648FB2D**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus que, sendo meu refúgio, permitiu que nos momentos mais difíceis não houvesse desânimo, nem desistência.

À minha família, cujo exemplo carrego comigo diariamente. Aos meus pais, sobretudo, minha mãe. Mulher forte, perseverante e que jamais mediu esforços para me encorajar e possibilitar minhas conquistas. À Rosângela Bandeira dos Santos (minha companheira), por todo amor, incentivo e compreensão tão necessários no dia a dia.

Muitas pessoas fazem parte desta construção, ainda que correndo o risco de omitir algumas, não posso deixar de citar e expressar o meu sincero agradecimento particularmente a algumas destas.

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Lílian Marta Grisolio. Obrigada pelo carinho, disponibilidade e pela paciência com minhas aflições e angústias. Este trabalho tem muito de você e das suas generosas contribuições!

À Universidade e a todos envolvidos para que o Mestrado Profissional em História fosse uma realidade possível: docentes, discentes, coordenação e administração. Ao Professor Paulo César, coordenador do programa, que deixo meu carinho especial, principalmente pelo seu lado humano, ao se relacionar com os alunos de maneira solidária às dificuldades vivenciadas pelos acadêmicos. Sou muito grata pela oportunidade que tive em fazer parte deste Programa. Sei que, com esse mestrado, cresci como profissional e como ser humano.

Aos meus colegas de mestrado, em especial da linha 2, da qual faço parte.

À Nathália Rydam, amiga que me acompanhou nos momentos bons e ruins dessa trajetória, obrigada pela amizade e parceria.

“A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto.” (Darcy Ribeiro).

RESUMO

A presente dissertação, intitulada “A Escola Sem Partido e o discurso conservador no cenário da educação brasileira”, analisa o movimento/programa Escola sem Partido, bem como seus principais projetos de lei e seus impactos para a educação. Descrevemos o movimento/programa supracitado como parte de um ideário conservador que assola a sociedade brasileira, tendo em vista que seus projetos funcionam como mecanismos autoritários e de imposição aos avanços característicos de um estado laico e democrático. Os principais pontos de investigação permearão desde uma contextualização histórica partindo dos anos 2000, do golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Vana Rousseff, passando brevemente pelo governo Bolsonaro, para entender melhor o movimento/programa Escola sem Partido juntamente com a análise de suas principais PLs. Por fim, falaremos um pouco sobre a ideia da carta de defesa do Escola sem Partido, mostrando o que está em jogo, o ataque ao legado de Paulo Freire e as ameaças a autonomia dos professores.

Palavras-chave: Escola sem Partido. Educação. Conservadorismo.

ABSTRACT

The present dissertation entitled “The School Without a Party and the conservative discourse in the Brazilian education scenario”, analyzes the movement / program School without a Party, as well as its main bills and their impacts on education. We describe the aforementioned movement / program as part of a conservative ideology that plagues Brazilian society, considering that its projects function as authoritarian mechanisms and impose the characteristic advances of a secular and democratic state. The main points of investigation will permeate since a historical context starting from the 2000s, the 2016 coup against President Dilma Vana Rousseff, passing briefly through the Bolsonaro government, to better understand the movement / program Escola sem Partido along with the analysis of its main PLs. Finally, we will talk a little about the idea of the defense letter of Escola sem Partido, showing what is at stake, the attack on Paulo Freire's legacy and the threats to teachers' autonomy.

Keywords: School without Party. Education. Conservatism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Escola Sem Partido sugere que pais façam justiça contra decisões do STF	55
Figura 2 - árvore de pensamento de como se desdobra o Escola sem Partido	61
Figura 3 – Intencionalidades do Movimento Escola Sem Partido com a escola pública	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de despesas do governo federal com manutenção do ensino por subfunção (2000-2007)	24
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programas com a temática de gênero do Governo Federal (2003 – 2009)	26
Quadro 2 - Comissão Especial PL7180/14.....	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MOVIMENTO/PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO	19
1.1 Dos anos 2000 ao início do governo Bolsonaro.....	21
1.2 Descortinando o movimento/programa Escola sem Partido.....	38
1.3 O Projeto de Lei 867/2015 e o novo PL 246/2019: uma análise de seus principais artigos.....	55
2 REFLEXÕES EM TORNO DO ESCOLA SEM PARTIDO E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	62
2.1 Carta de defesa do Escola sem Partido: o que está em jogo?	62
2.2 O ataque à pedagogia freireana: Por que Paulo Freire?.....	70
2.3 O ataque à autonomia dos professores.....	78
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	88

INTRODUÇÃO

“Justificar a doutrinação pela inexistência da neutralidade é como tentar justificar o roubo pela existência da cobiça.” (NAGIB, 2020).

“Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra.” (FREIRE, 2002).

Estamos vivenciando um período tenebroso no Brasil. Já antes do golpe contra a presidenta¹ eleita em 2016, a nação brasileira presenciava o desmonte das políticas sociais conquistadas historicamente com muitas lutas e resistência pela classe trabalhadora.

A exemplo disso, podemos destacar os ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários, privatizações, redução de verbas na educação básica e do ensino superior, dentre outras medidas e ações que enfraquecem o direito à educação na condição de política pública de Estado². Ademais, a cada instante, um novo golpe contra os direitos dos brasileiros – em especial da classe trabalhadora – é arquitetado. Lamentavelmente, esses golpes já faziam parte da estrutura política do Brasil, constituindo o seu *modus operandi*³.

Pesquisar e dissertar sobre a organização do movimento/programa “Escola sem partido” é materializar que em nossa conjuntura política e em vários outros âmbitos de nossas vidas, e em especial na organização da sociedade civil, se propaga a argumentação da neutralidade política, sendo ignoradas todas as variáveis históricas, sociais, culturais e políticas que influenciam nosso cotidiano, como materializa e defende o Escola sem Partido em seus materiais online:

Sabemos que o conhecimento é vulnerável à contaminação ideológica e que o ideal da perfeita neutralidade e objetividade é inatingível. Mas sabemos também que, como todo ideal, ele pode ser perseguido. Por isso, sustentamos que todo professor tem o dever ético e profissional de se esforçar para alcançar esse ideal. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020b).

¹ O processo que deflagrou o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff foi articulado pelos partidos de Direita, contando com o apoio da Bancada Evangélica, do grande empresariado, do setor midiático e jurídico. Dilma foi acusada pelas tais de “pedaladas fiscais”, mas como muitos estudiosos apontam, isto foi só um pretexto da oposição para tirá-la do governo. Afinal de contas, posteriormente, foi constatado que a presidente afastada era inocente das acusações.

² Em 2016, o Senado aprovou a PEC 241 ou PEC 55, que prevê o congelamento em investimentos públicos (incluindo a educação) por até 20 anos.

³ Expressão que se refere ao modo usual ou característico de agir de uma pessoa ou de um grupo.

Dessa forma, a dissertação que ora se apresenta, tem como objeto de estudo o Projeto de Lei Escola sem Partido e seu perigoso discurso conservador, visando como objetivo geral compreender a relação desse movimento/programa com a sociedade, suas bases ideológicas, consequências dos seus projetos de lei e seus impactos na atual conjuntura da educação brasileira.

Não podemos limitar o potencial que a escola oferece diariamente na construção do conhecimento e da consciência dos sujeitos. O regime militar no Brasil, já nos deixou graves consequências relacionadas ao pensamento alienado, ou seja, aquele que só recebe, que não transforma, não significa, apenas reproduz de forma mecanizada.

[...] apesar de hoje vivermos em um Estado de Direito dito democrático, os efeitos da ditadura militar, que controlou o país por cerca de duas décadas, ainda permanecem sobre a educação brasileira e consequentemente também sobre o trabalho docente, que continua marcado por um processo de proletarização, alienação e aligeiramento de sua qualificação profissional. (BORGES; NORDER, 2007, p.1).

Sendo assim, neste sentido se compreende a necessidade de desmistificar a abordagem da neutralidade, que se expressa de forma equivocada considerando a conjuntura de classes sociais antagônicas, e neste contexto, a escola sendo um dos principais espaços de construção e formação dos sujeitos, tende a causar impactos sociais de acordo com as políticas que são pensadas e introduzidas a ela.

Destarte, esta pesquisa faz reflexões acerca da educação como direito fundamental e sua dimensão, bem como sua importância como instrumento efetivo para a emancipação social dos cidadãos e paralelamente analisa os objetivos do Programa Escola Sem Partido e em que medida o programa supra viola direitos fundamentais, especialmente a liberdade de cátedra, esta, compreendida na dimensão do direito de livre manifestação do pensamento e no direito de aprender e ensinar livremente.

Devido ao fato de o movimento/programa Escola sem Partido ter sido introduzido em 2004, mas conquistado maior destaque somente em 2016, é importante o desenvolvimento e análise dessa pesquisa de forma que possamos compreender melhor esse movimento, seus objetivos, motivações e influências.

Para esta análise, será utilizado o PL 867/2015 (BRASIL, 2015), apresentado pelo deputado Izalci Lucas (Sr Izalci) e por meio do qual iniciam-se, na Câmara dos Deputados, os debates sobre o tema e seus desdobramentos. Em 2018 há um novo fato que é a constituição de uma comissão especial para debate sobre a temática, devido às diversas proposições em relação à chamada Escola sem Partido.

Por fim, propõe-se uma crítica de quem são os principais envolvidos e os movimentos que estão por trás desses projetos, quais seus verdadeiros interesses e as reiteradas insistências para que os mesmos fossem aprovados.

A razão de realizar esta dissertação veio de inquietações com o surgimento de discursos, movimentos e Projetos de Leis que defendem uma reforma estrutural da educação, da escola, do fazer docente. Surgiu também da necessidade da investigação sobre a proposta do Escola sem Partido, articulada a uma leitura social mais ampla, contextualizada histórica e politicamente.

Tentar compreender quem são as pessoas por trás do projeto de lei “Escola sem partido”, qual a motivação que elas têm para desenvolver uma proposta educacional que vem despertando conflitos no que diz respeito à doutrinação no meio escolar; e pensar nos conceitos que envolvem esse projeto e nos possíveis impactos que pode causar no nosso sistema de ensino tornou-se assim, um objeto de escolha.

Esse tema trouxe uma certa dificuldade para o desenvolvimento da pesquisa devido ao fato de ser contemporâneo e que a todo momento ocorria alguma mudança no andamento do seu projeto. Exemplo disso foi o fato de o projeto inicial ter sido arquivado no final de 2018 e outro com teor mais grave ter vindo à tona em 2019. Ou seja, é um cenário incerto, porém, rico enquanto objetos de pesquisa.

Para tentar resolver essa dificuldade metodológica, optamos por lidar com a análise crítica das fontes bibliográficas e principalmente, das fontes digitais, por se tratar de um objeto de estudo contemporâneo.

Planejamos nosso estudo a partir de um entendimento do movimento/programa Escola sem Partido para além da sua significação como Projeto de Lei, compreendendo-o como um fenômeno discursivo, autoritário e conservador que traz implicações e consequências para toda a educação brasileira.

O campo da educação aparece, então, como terreno fértil para esse debate, considerando os avanços ocorridos nas últimas décadas de discussões envolvendo principalmente temáticas como política, gênero e sexualidade. Esse acontecimento, ainda que venha ocorrendo de forma lenta, despertou um desconforto em grupos conservadores, que buscam atualmente barrar essas discussões no meio escolar utilizando o argumento de que ocorreria uma possível “doutrinação” que influenciaria a nas decisões políticas, na sexualidade ou até mesmo formas de ser e estar condenadas moral e religiosamente.

Na verdade, o elemento inicial para qual apela o Escola sem Partido é justamente a questão da ideologia de gênero, e isso como será colocado mais adiante, se dará por razões de oportunismo e de política, visto que essa parcela dominante de conservadores já estava no poder antes do Escola sem Partido.

Miguel (2016) aponta três grupos como os principais responsáveis pela popularização nacional do combate à “ideologia de gênero” tanto no meio popular como no político: os “ultraliberais”, norteados pelo ideário neoliberal e respaldados pela grande imprensa brasileira e os *think tanks* da direita; os fundamentalistas religiosos, a chamada “bancada evangélica” no Congresso Nacional, que poderiam ser equivalidos aos populistas autoritários descritos por Apple (1997), em função de suas pautas conservadoras e abordagens agressivas; e os “anticomunistas” que, apesar de sub-representados em comparação aos demais, mobilizam uma retórica alarmista contra uma suposta ameaça comunista na sociedade brasileira.

Paulo Freire, importante intelectual brasileiro, está entre os alvos preferenciais dos ataques do Escola sem Partido. Os simpatizantes desse movimento culpam Freire pelos problemas na educação pública, acusando-o de disseminar “ideias comunistas” nas escolas e universidades públicas. Contudo, muito embora os conservadores procurem difamar e desqualificar a relevância social, política e educacional do autor aqui no Brasil, Paulo Freire tem seu trabalho valorizado e reconhecido em vários países do mundo.

De acordo com Gadotti (2016, p.154), “A Escola sem Partido é um sintoma de uma sociedade manipulada pelo complexo burguês, midiático, empresarial e religioso, em oposição ao pensamento de Paulo Freire que é hoje um dos educadores mais lidos do mundo”. Logo, estando organicamente ligado aos pressupostos neoliberais, este movimento parte de uma concepção educativa acrítica, que busca naturalizar as desigualdades sociais, mantendo assim o *status quo*⁴.

Isto posto, esta dissertação é fruto de reflexões provocadas ao longo das aulas de Mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Isso, pois, ao perceber o crescente aumento desse movimento, passamos a nos debruçar e pesquisar acerca do assunto. Assim, diante do atual cenário político, no qual muito se questiona a posição crítica e reflexiva dos professores, faz-se importante problematizar acerca das implicações decorrentes desse movimento na organização escolar e na prática dos docentes das escolas públicas.

⁴ Expressão utilizada para referir-se ao estado atual das coisas, ou, simplesmente, para manter as coisas como estão.

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e documental, por meio de livros, artigos, dissertações, teses e legislação, bem como na análise bibliográfica que abordam Escola sem Partido, conservadorismo, gênero e história. Desse modo, por meio da investigação, foram analisadas informações do site institucional do Escola sem Partido, assim como alguns projetos de lei baseados neste movimento. Na fundamentação teórica, utilizamos os trabalhos de Freire (1996), Frigotto (2016), Pena (2016a, 2016b, 2017), dentre outros que subsidiaram as discussões sobre a educação e a sociedade capitalista.

Nesse sentido, a proposta da escrita do trabalho desdobra-se em dois capítulos: No primeiro capítulo, dividido em três seções, pretende-se fazer uma contextualização histórica partindo dos anos 2000 até o início do governo Bolsonaro, discorrendo sobre o movimento/programa Escola sem Partido, bem como analisando seus dois principais projetos.

Já o segundo capítulo tem como objetivo apresentar uma discussão teórica sobre o que está em jogo na carta de defesa do Escola sem Partido, o ataque a Paulo Freire e ao seu legado e, por fim, a autonomia dos professores.

Em suma, a partir dos autores citados acima, construímos uma discussão sobre as consequências e repercussões desse movimento para a escola pública e, conseqüentemente, para a prática docente. Em outras palavras, nas próximas seções, faremos uma análise crítico-reflexiva acerca das principais questões que permeiam este estudo, ressaltando os impactos que a aprovação desses projetos de lei do Escola sem Partido acarretaria na prática escolar.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MOVIMENTO/PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO

O projeto Escola sem Partido surgiu da iniciativa de alguns alunos e pais religiosos que se organizaram com o intuito de acabar com a doutrinação política ideológica que “supostamente” ocorre constantemente nas escolas pelo Brasil. Um dos criadores do projeto é Miguel Nagib que também é coordenador do projeto. O projeto surgiu em 2004, porém, somente em 2015, veio a se tornar um projeto de lei oficialmente proposto pelo Deputado Izalci do Partido Social Democrático Brasileiro do Distrito Federal (PSDB-DF) e desde então espera andamento no processo.

O projeto possui um site oficial com todas as informações acerca da discussão sobre a Escola Sem Partido contendo os seus objetivos e o projeto em si na íntegra. Logo, ao acessar a primeira página, nos deparamos com um vídeo afirmando onde o criador do programa explica os motivos da saída do movimento “Escola Sem Partido”⁵.

Neste site, seus organizadores também postam notícias relacionadas ao projeto, fazem denúncias de casos de “doutrinação” nas escolas e textos defendendo suas ideias.

O Projeto Escola sem Partido é uma proposta de lei que torna obrigatória a afixação em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio de um cartaz com o seguinte conteúdo:

- 1- O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
- 2- O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
- 3- O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula, nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
- 4- Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

⁵ Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 25 maio 2021.

5- O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

6- O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro de sala de aula. (<http://escolasempartido.org/?s=deveres+do+professor>)⁶.

Alguns dos grandes apoiadores do projeto Escola sem Partido são o Movimento Brasil Livre (MBL), a bancada evangélica do Congresso Nacional, o Pastor e Deputado Marco Feliciano (PSC-SP), além da conhecida família de políticos Bolsonaro cujo Eduardo Bolsonaro expressou sua opinião sobre o projeto na Comissão Especial para o projeto Escola sem Partido:

Os professores ficam nesse devaneio de senso crítico (...) O projeto escola sem partido tem que prever uma criminalização, uma pena, porque eles sabem o que estão fazendo (...) eles estão mudando a estratégia. Passaram do Marx, tentaram tomar os quartéis, não conseguiram, graças aos militares, obrigado militares de 64.⁷

Compreendendo este contexto, nota-se que o Escola sem Partido, possui entre seus organizadores e apoiadores uma preocupação muito grande com o fato de que as escolas “supostamente” estão “doutrinando” seus alunos com ideais de “esquerda”, como por exemplo, ensinar Karl Marx ou falar sobre ideologia de gênero.

Esse movimento utiliza do termo “sem partido” no seu nome, porém vemos que a corrente ideológica entre seus apoiadores é muito semelhante e segue a tendência de criticar a ideologia de esquerda, partidos de esquerda, movimentos sociais, movimentos LGBT. Determinando que debater o socialismo, comunismo, a revolução russa, igualdade de gênero e diversidade seria um “delito”. Esse movimento é o mesmo que prefere considerar o Golpe Militar de 1964 como uma “Contrarrevolução” e que não considera o Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff um golpe parlamentar, criticando duramente quem assim considera.

O movimento/programa Escola sem Partido, portanto, se apresenta como um grupo “preocupado” com a educação. Porém, é perceptível que devido a composição dos grupos responsáveis por essa iniciativa terem suas próprias ideologias conflitantes com outros grupos contrários à sua ideologia procuram, dessa forma, ter um controle maior sobre como essas ideologias conflitantes são apresentadas nas escolas, ou se elas devem ser apresentadas e debatidas nas escolas.

⁶ Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 25/05/2021.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SzlnDnbAutM>. Acesso em: 25 maio 2021.

Esse projeto ameaça a educação de forma que a escola, uma instituição designada a desenvolver o pensamento científico e crítico do aluno, se vê obrigada a tratar dentro de sala, de assuntos complexos explorados pela ciência, porém respeitando as “convicções religiosas e morais” dos pais dos alunos. No livro “Escola “sem” Partido” é possível ter uma ideia de como isso funcionaria:

O que os autores do projeto pretendem, na verdade, é que o professor de biologia ensine ao mesmo tempo o logos do evolucionismo e a versão; ou seja, a doxa criacionista (campo exclusivo da religião, não da ciência); que o professor de física não ensine apenas a teoria do big bang; que o professor de história ensine que a África foi povoada pelos descendentes de Cam – deixando subjacente a ideia de que os povos africanos originaram-se de uma maldição bíblica e que, portanto, sua cultura e religião são igualmente amaldiçoadas. (FRIGOTTO, 2017, p.123).

1.1 Dos anos 2000 ao início do governo Bolsonaro

De sorte a realizar o estudo necessário para a compreensão do desenvolvimento de elementos como o autoritarismo e do próprio conservadorismo, derivados de processos sociais através do tempo, é antes imperioso observar os acontecimentos históricos que possibilitaram que esse desenvolvimento acontecesse de forma plena.

Nesse caso, procuramos estabelecer como recorte temporal, para a análise, o período que vai dos anos 2000 até o início do governo Bolsonaro. A escolha desse recorte se deve ao fato de localizarmos, nesse tempo histórico recortado, um período marcado por avanços e em seguida, o desenrolar de um movimento conservador e autoritário no Brasil. Esse conservadorismo se revelou de forma mais objetiva e unificada nas manifestações de 2016, as quais acaloraram o golpe político-jurídico-parlamentar contra a presidenta Dilma Vana Rousseff e posteriormente a vitória de Bolsonaro, em 2018.

Nossa intenção aqui é possibilitar uma contextualização histórica dos principais fundamentos que estimularam a ascensão e permanência de forças autoritárias e conservadoras, para posteriormente verificar como estas se constituem, principalmente, no campo educacional.

Em janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a presidência do governo brasileiro. Por se tratar de um antigo operário, havia muitas expectativas em relação a mudanças profundas, sobretudo na esfera educacional.

Lula criou uma política de diversidade social em seu primeiro mandato, desenvolvendo vários programas e ações que deram continuidade às políticas de valorização da educação iniciadas no governo anterior:

Segundo Moehlecke (2009, p.472):

Em relação ao governo anterior, percebe-se um nítido crescimento, em termos quantitativos, dos programas implementados na área, com ênfase naqueles voltados para a diversidade étnico-racial. Dois programas do governo anterior foram mantidos na gestão Lula, sendo que um deles foi aprovado nos últimos três meses de governo e reformulado nos anos seguintes. Com exceção da educação especial, que tem dois programas iniciados já em 2003, os demais programas começaram a funcionar principalmente no segundo e terceiro ano do governo e, em sua quase totalidade, continuavam em andamento ao final de 2006.

Nota-se que ocorreram evoluções na esfera educacional, quando comparado o governo Lula com o anterior de Fernando Henrique Cardoso, sendo desenvolvidos novos projetos e ações para melhoria da qualidade da educação e estimulada a diversidade étnico-racial, o que foi marcante para um país que apresenta uma cultura discriminatória em virtude da condição social dos indivíduos muito acentuada.

Moehlecke (2009, p. 476) destaca ainda alguns projetos relevantes do governo Lula:

[...] o Projeto Educar na Diversidade e o Programa Educação para Diversidade e Cidadania, voltados para o conjunto de educadores e estudantes da educação básica com os quais são discutidos temas e questões relacionados à diversidade cultural e ao combate à discriminação e à exclusão. Há ainda programas que trabalham com ambas as possibilidades de ação, como os programas Conexões de Saberes e Uniafro, direcionados a públicos específicos, mas que se propõem a repensar as relações que se estabelecem entre os grupos étnicos e culturais no conjunto da sociedade.

O objetivo dos projetos desenvolvidos era justamente criar uma nova orientação no contexto das políticas educacionais, visando uma educação igualitária para todos os cidadãos, contemplando a diversidade, de modo a estimular o respeito às diferenças.

No governo Lula, foram elaborados projetos voltados para o ensino superior, como foi o caso do Prouni, que tinha a finalidade de oferecer bolsas de estudo para estudantes de baixa renda, negros e indígenas. Outra medida foi o Programa de apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), implementado através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e que tinha a finalidade de expandir as ofertas de vagas e a permanência no Ensino Superior Público, conforme o REUNI:

As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. (BRASIL, 2009).

As medidas tomadas no governo Lula geraram mudanças relevantes na educação básica, entre elas a aprovação do Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização

dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que ampliou os recursos a serem disponibilizados para as escolas. Sobre o governo Lula, Pinto (2009, p. 328) explica:

[...] a grande marca da atual gestão do MEC e, com certeza, fator de peso para a manutenção de Fernando Haddad no cargo, na transição do primeiro para o segundo mandato de Lula, foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em abril de 2007. O PDE, que nasce como um conjunto de ações (boa parte delas preexistentes) sem uma maior articulação entre si, culmina com 52 ações constantes no Plano de Ação Plurianual 2008/2011 (GRACIANO, 2007; KRAWCZYK, 2008 e CAMARGO, PINTO e GUIMARÃES, 2008). Sem dúvida alguma, seu eixo principal é o decreto n. 6.094 de 24/04/2007, que “dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados”. (Grifos do autor).

O governo Lula apresentou como medida marcante a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação, com aplicação de várias ações que integravam os Estados, Municípios e o Distrito Federal, em prol da melhoria da qualidade da educação brasileira.

Foi utilizado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como instrumento de referência para identificar os entes que precisavam ser apoiados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) prioritariamente.

Pinto (2009, p. 328) ressalta ainda: “Inicialmente desenhado para os 1.200 municípios com valores mais baixos no IDEB, os apoios e convênios acabaram se generalizando para a quase totalidade dos municípios e para redes estaduais [...]”.

Certamente, os recursos disponibilizados para os municípios e estados brasileiros contribuíram muito para minimizar os problemas e a falta de instrumentos de trabalho que se verifica nas instituições de ensino de todo o país. A tabela 1, a seguir, traz o percentual de despesas do governo federal com o ensino por subfunção, no período de 2000 até 2007:

Tabela 1 - Percentual de despesas do governo federal com manutenção do ensino por subfunção (2000-2007)

Subfunção	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ensino Fundamental	845	881	606	819	64	51	1.059	1.142
Ensino Médio	99	829	172	142	165	227	173	122
Ensino Profissional	822	848	868	864	931	1.026	1.123	1.385
Educação Superior	8.762	8.574	8.693	8.246	8.314	9.066	1.0150	1.1434
Educação Infantil	71	06	08	06	01	17	26	03
Educação de Jovens e Adultos	0	267	1	93	9	66	427	0
Educação Especial	08	54	52	51	39	66	55	0
Outras	95	151	881	173	2.728	2.036	6.195	4.746
Total	10.702	11.610	11.281	10.394	12.251	12.255	19.208	18.832

Fonte: Pinto (2009, p. 333).

A educação superior teve maiores gastos e conseqüentemente, exigiu que fosse disponibilizado maior volume de recursos à mesma, principalmente quando comparada com o Ensino Fundamental, que teve uma queda nos investimentos nos anos de 2004 e 2005, o que foi superado nos anos seguintes, quando foram disponibilizados mais recursos financeiros para tal segmento.

Importante dizer ainda que as pautas referentes a incorporação de gênero e sexualidade galgaram espaço diante das discussões e elaborações das políticas educacionais no Brasil dos anos 2000, referendadas pelos acordos e definições internacionais. O Brasil foi um dos 155 governos signatários da “Declaração de Jomtien⁸”, ratificando-a durante a Cúpula Mundial Educação para Todos, em Dakar (Senegal). Uma das oito metas do Projeto Milênio referia-se à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres (meta três), previstas como medidas necessárias para a melhoria das condições de vida pela ONU. Foi nesse contexto, de forte influência das agências multilaterais, que se instaurou a preparação da comissão do Brasil para a participação na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância que ocorreu em Durban, na África do Sul. Na oportunidade, o tema da discriminação com base na orientação sexual foi um dos principais

⁸ A Declaração de Jomtien é considerada um dos principais documentos mundiais sobre educação, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração de Salamanca de 1994. De acordo com a Declaração: “Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem.” (ESPANHA, 1994).

problemas levantados (BRASIL, 2004). Como consequência direta, tivemos a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD) em outubro do mesmo ano, constituindo-se como uma das primeiras medidas adotadas pelo governo brasileiro para implementação das recomendações oriundas da Conferência de Durban.

O recém-formado Conselho Nacional de Combate à Discriminação contou com representantes de organizações da sociedade civil, do movimento LGBTI e dos movimentos de mulheres. Contudo, no que tange aos documentos de referência para a educação neste período, merece destaque o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001, mas que não avançou no debate em relação à sexualidade, à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero (CARREIRA *et al*, 2016). A menção da temática de gênero surgiu apenas em poucos tópicos e na análise diagnóstica formulada sobre alguns níveis de ensino (VIANNA; UNBEHAUM, 2004, 2004).

Com a mudança de governo, eleição de Lula, alterou-se também a relação com os debates em torno da produção de políticas públicas e a incorporação de gênero, sexualidade e orientação sexual. Grande parte da produção acadêmica que trata do tema no século XXI afirma que foi no governo Lula que a pauta passou a ser reconhecida a partir da negociação e da representatividade no governo de diversos atores políticos, como integrantes não só de programas e projetos, mas da própria organização administrativa (CARREIRA *et al*, 2016).

Nesse sentido, foram criadas várias secretarias especiais, entre elas: a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Secretaria Especial de Política para Mulheres, a Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria Nacional da Juventude. Estas tinham como proposta original induzir a execução de políticas a partir da interseccionalidade⁹ de gênero, raça, sexualidade, geração, entre outras dimensões das desigualdades. Como fruto desses esforços assistiu-se à criação de muitos projetos e programas relacionados à temática de gênero/sexualidade na educação escolar, como se destaca no quadro 1:

⁹ Conceito sociológico que refere-se ao estudo das interações nas vidas das minorias, entre diversas estruturas de poder. Trata-se das interseções entre estes diversos fenômenos e como a consequência de diferentes formas de dominação ou de discriminação. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. (HIDRATA, 2014).

Quadro 1 - Programas com a temática de gênero do Governo Federal (2003 – 2009)

Projetos/Programas	Diretrizes	Responsável	Período
Programa Mulher e Ciência	Estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País.	Grupo interministerial composto pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação (MEC).	2005/2017
Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero	Estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país.	Resultado da parceria entre o Ministério da Educação e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (Onu Mulheres).	2006/2017
Editais Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos	Apoiar e incentivar estudos e pesquisas nessas áreas.	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).	2005/2012
Pensando Gênero e Ciências	Encontro trienal com pesquisadoras e Núcleos de Pesquisa de Gênero das Universidades.	Iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) a partir do compromisso com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.	2006/2010
Meninas e Jovens. Fazendo Ciência, Tecnologia e Inovação	Ação de indução para ampliar o número de mulheres nas carreiras e profissões científicas e tecnológicas.	CNPq, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e Petrobrás, iniciada em 2013.	2013/2018
Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE)	Curso de extensão ou especialização universitária que objetiva discutir questões relativas às tais temáticas.	Articulação entre diversos ministérios (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação), o Conselho Britânico (órgão do Reino Unido atuante na área de Direitos Humanos, Educação e Cultura) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ)	2006/2016
O Curso Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP- GR)	Curso sobre Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.	Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Organização das Nações Unidas Mulheres	2011/2017

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero	Estratégia de disseminação de informações acerca das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em parceria com instituições governamentais, não-governamentais, universidades, agências internacionais e entidades da sociedade civil.	2009/2016
Visibilidade à produção cultural das mulheres	Selecionar projetos realizados por proponentes do sexo feminino, em âmbito nacional	Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)	2013/2015
Programa Educação Inclusiva: direito à Diversidade	Apoiar a formação de gestores e educadores, a fim de transformar os sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.	MEC / SECAD – educação continuada.	2011/2012
Programa Pró equidade de gênero e raça.	Objetivo de difundir novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional, combater as dinâmicas de discriminação e desigualdade de gênero e raça praticadas no ambiente de trabalho, assim como promover a igualdade de gênero e raça no que diz respeito às relações formais de trabalho e à ocupação de cargos de direção.	Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho e ONU Mulheres.	2005/2019

Fonte: Mendonça e Moura (2020).

Destaca-se no âmbito do MEC o *Programa Educação para a Diversidade e Cidadania*, desenvolvido durante o ano de 2005 com o objetivo de promover políticas de educação inclusiva e de qualidade centrada na ética da diversidade. Neste período o foco principal das políticas educativas voltadas para o gênero e a diversidade sexual foi a formação docente.

Os mesmos elementos balizadores se aplicam ao programa *Educação e Gravidez na Adolescência*, dirigido à inclusão da educação sexual, dos direitos sexuais e reprodutivos e da saúde sexual e reprodutiva nos contextos escolares, o programa *Educando para a Igualdade Gênero, Raça e Orientação Sexual*, orientado para a formação de professores em gênero, orientação Sexual e diversidade étnico-racial em cinco estados brasileiros e o programa *Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero nas Escolas*.

O quadro apresentado nos ajuda a perceber um cenário em que na esfera federal houve um investimento, através de programas de governos e iniciativas para a inserção da discussão e o reconhecimento da importância do debate de gênero nas políticas educacionais. Consideramos importante ressaltar que este investimento federal se deu a partir de um acúmulo histórico da luta de muitos movimentos e também com muita pressão. Não foi um processo sem contradições ou limites no interior do próprio governo. Além disso, é fundamental resgatar os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e a cobrança internacional de diversas

agências em relação a esta temática. Ou seja, o quanto elas contribuíram, financeiramente e politicamente para o lançamento e a manutenção destes programas.

Ainda sobre estas iniciativas do governo federal, que apresentamos no quadro 1, é importante dizermos que estes programas receberam críticas de movimentos e setores que discutiam a pauta, principalmente às questões ligadas a destinação de recursos e também ao recuo em alguns pontos considerados estratégicos. Contudo, apesar de limitações e das críticas, os dados e até mesmo as análises produzidas sobre este período confirmam que foi o momento de maior crescimento e investimento nesta discussão. Nosso país nunca havia contado com tantas políticas governamentais que fomentassem os debates de gênero nas políticas educacionais. Os dados mencionados no quadro acima confirmam isso.

Mas esse cenário alterou-se imediatamente conforme a conjuntura pós golpe que impeachmou Dilma Rousseff. Conforme o quadro aponta, todos os programas, por diferentes motivações, não existem mais. É de suma importância compreendermos que a escalada do conservadorismo e do extremismo religioso, diretamente atrelados as perseguições e aos ataques a esta pauta, não foram bem-sucedidos somente pós golpe que retirou o partido dos trabalhadores da presidência da república. Ou seja, o que hoje se convencionou chamar de “onda conservadora” já tinha seus agentes atuando e obtendo vitórias relevantes ainda nos governos petistas, em um processo que envolveu inúmeras contradições e disputas.

Assim como os populares termos "de direita" e "de esquerda" para determinar posicionamentos políticos são abstratos, variáveis de acordo com a cultura, as instâncias de poder etc, dizer "conservador" sem qualificar, significa pouca coisa. Por isso é importante fazer uma delimitação conceitual.

[...] conservadores defenderam realezas, monarquias constitucionais, aristocracia, democracia representativa e ditadura presidencialista; altos impostos e livre comércio; nacionalismo e intemacionalismo; centralização e federalismo; neoliberalismo e welfare State. Defenderam religiões e o laicismo. Existem, sem dúvida, conservadores hoje em dia que não imaginam que conservadores do passado poderiam defender instituições muito distintas das que eles admiram hoje. (MULLER, 1997, p. 3).

Apesar da variabilidade do conceito, acredita-se que existem algumas características que não costumam variar e colocam o conservadorismo, independente do seu tempo e lugar, dentro de uma lógica comum. Cardoso (2015), em um esforço de definir o que é conservadorismo, retoma análises e conceitos de vários autores. Neste artigo, ele elenca sete pontos citados por Muller (1997) que são recorrentes para conceituar o conservadorismo.

1. Ceticismo em relação à eficiência de constituições escritas em detrimento de costumes e hábitos; 2. Papel dominante das práticas culturais e morais como mecanismos de freio às paixões humanas; 3. Ceticismo em relação a projetos de liberação dos indivíduos das autoridades socioculturais; 4. Ênfase na família como instituição de socialização [...]; 5. A legitimidade da desigualdade e da necessidade de elites culturais, políticas e econômicas; 6. Proteção da propriedade privada como função principal da ordem política; 7. Importância do Estado como garantidor da propriedade e da imposição da lei, ou seja, a necessidade de manutenção da autoridade política. (MULLER, 1997, p. 18).

Enquanto católicos e evangélicos se dedicavam intensamente à defesa de uma moralidade cristã estrita, mediante a intervenção nas votações, nas políticas públicas e nos debates legislativos relacionados às propostas de descriminalização do aborto, a união civil de homossexuais, aos direitos humanos e sexuais, às tecnologias reprodutivas, feministas e defensores dos direitos LGBTI estavam do outro lado da trincheira, vários dos quais entrincheirados no governo lula.

Apontar a relação e o vínculo entre os governos petistas e grupos religiosos, para nós, é fundamental, como chave de análise de um quadro do campo político onde estes se tornaram peças centrais, detentores de enorme capital político, social e econômico. Na visão de governabilidade e de democracia com as quais os governos petistas trabalharam estes agentes foram acumulando ainda mais capitais, galgando espaços e construindo um discurso hegemônico em torno de pautas ligadas a questão moral e da família, expressas através da chamada “ideologia de gênero”, que se tornariam amplamente vitoriosas, inclusive eleitoralmente em 2018.

Agora, analisaremos como se construiu toda a trama que conduziu ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff e como este se relaciona, de maneira direta ao crescimento de forças autoritárias e com discussões defendidas pela direita política do país. De modo mais específico, observaremos como esse movimento histórico tem impactado na educação, procurando estabelecer relações com o momento de ascensão de projetos conservadores no campo da educação, como o movimento/programa Escola Sem Partido (ESP):

O atual golpe instaurado no Brasil reitera, com novas sutilezas, as estratégias do passado da classe dominante brasileira para interromper duas conquistas, ainda que parciais, dos movimentos sociais, sindicatos, instituições científicas e culturais historicamente empenhadas na luta por uma sociedade mais justa: a Constituição de 1988 e a eleição, em 2002, do ex-operário [sic.] Luiz Inácio Lula da Silva. (FRIGOTTO, 2017, p. 20-21).

De acordo com Frigotto (2017, p. 23), a gênese do golpe de 2016 está na reorganização dos setores da burguesia nacional, do empresariado (braço político e ideológico), da mídia, bem como, de figuras do judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal.

Um bom exemplo para elucidar essa questão foram as jornadas de junho de 2013, com a ocorrência de protestos que se desdobraram em outras pautas para além da redução da tarifa do transporte público e que colocaram em cena os atores sociais que estariam estrelando os movimentos de 2015 e 2016, com caráter ideológico bem mais elaborado.

No início as manifestações foram capitaneadas pelo Movimento Passe Livre (MBL), que tem como bandeira central a tarifa zero pelo transporte público. O MBL lutava na ocasião contra o aumento recente das passagens de ônibus, muito especialmente na capital paulista. (SOUZA, 2016, p.87-88).

O cenário da crise econômica parecia oportuno para desestabilizar o governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Com o objetivo de reforçar o desgaste do governo Dilma, os anúncios de corrupção no governo e do PT, fragilizaram o cenário político, que se utilizou da crise econômica, trazendo desconforto às camadas da classe média.

Antes das eleições, as jornadas de julho de 2013 foram manipuladas midiaticamente pela pauta da Direita, dando um componente massivo à desestabilização do governo Dilma, predominantemente das camadas médias organizadas em movimentos sociais de direita financiados pelo partido da oposição com ampla cobertura da mídia hegemônica. (ALVES, 2016, p. 16).

O que se pode perceber foi um destaque para a classe média¹⁰, feito pela imprensa nacional, dando visibilidade para as suas ideologias de direita de forma sistemática. A ligação entre a direita e a classe média é fundamental para interpretar o movimento político conservador e autoritário, responsável, de certa forma, por estimular o golpe de 2016.

Mas essa classe ganha nesses episódios, por força da construção da narrativa midiática que lhe reserva o papel de “herói cívico”, um estímulo novo e gigantesco. A intensidade do apoio aumenta, e a mobilização desses setores chega a graus inéditos na história do país. A direita conservadora e moralista de ocasião começa a sair do armário e se assumir. (SOUZA, 2016, p. 96).

¹⁰ O conceito de classe média é muito discutível e de difícil definição e precisão, especialmente no caso brasileiro. Nesse sentido, a nossa proposição não é pensar uma “nova classe média”, mas constatar que ela existe e que teve papel fundamental no processo de ascensão de forças conservadoras, autoritárias e potencialmente fascistas, no cenário atual. Desse modo, para melhor compreensão da “nova classe média” brasileira, recomendamos os estudos do Professor Marcio Pochmann (2015), O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social, publicado pela editora Boitempo. Pochmann realiza uma análise do trabalho, na base da pirâmide de rendimentos da sociedade brasileira, em que se propõe ir além da abordagem do problema, proposta pelos monopólios dos meios de comunicação que alegam ser uma “nova classe média” o resultado fundamental do recente movimento geral na estrutura da sociedade brasileira.

A proximidade da classe média com o autoritarismo não é novidade no cenário brasileiro. A famosa “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que aconteceu em 19 de março de 1964, às vésperas do golpe militar de 1º de abril, foi organizada por senhoras da classe média paulistana, as quais, apadrinhadas pelo empresariado aliado aos militares, foram às ruas de São Paulo pedir que fosse realizada uma intervenção militar, algo que se concretizaria dias depois.

Esse fato histórico é importante para considerar que há um elo entre a classe média e os discursos autoritários e conservadores. Contudo, como já brevemente apontado aqui, as manifestações de junho de 2013, que inicialmente tinham um caráter popular, foram sendo apoderadas pela classe média, a qual passou a exibir o verde e amarelo nas ruas do país, assumindo uma astuciosa posição de classe contestadora.

É interessante mencionar que recentemente, em 31 de maio de 2020, apoiadores do presidente Jair Bolsonaro foram às ruas de Brasília com esses mesmos dizeres reeditando a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (DEPOIS..., 2020).

Se a marcha original, realizada por conservadores em São Paulo, em março de 1964, foi considerado um dos principais atos que preparou o terreno para o golpe militar, as manifestações de agora, pedem o fechamento do STF e do Congresso Nacional devido ao avanço no inquérito sobre Fake News (TSE, 2021) e ataques às instituições promovidos pelo chamado gabinete do ódio, com financiamento de empresários.

Uma consideração fundamental que se deve fazer é a respeito do papel do capitalismo nesse processo de constituição da nova classe média, especialmente sobre o aspecto do trabalho alienado e explorado. Nesse contexto de diminuição de direitos e avanço brutal do capitalismo neoliberal, a sobrevivência é ameaçada constantemente, impulsionando os indivíduos à servidão voluntária, como bem apontado por Chauí (2000), e que também é destacado por Adorno (2009), quando diz que os oprimidos acreditam mais nos valores dos senhores que os próprios senhores. A classe média, em especial a brasileira, querendo convencer de que não é oprimida, defende valores dominantes e libertam o potencial fascista enrustido no seu interior, de sorte a massacrar aquilo que lhe parece menor.

Quando se menciona o fascismo é necessário compreender que esse termo não pode ser limitado, portanto, como um acontecimento do passado. Há, em nosso presente, a necessidade real de reflexão sobre como o fascismo ainda se reproduz e sobrevive como potência em ascendência, neste início de século. É preciso sempre lembrarmos a barbárie praticada por

sociedades assumidamente fascistas, como a Itália de Mussolini e a Alemanha de Hitler, para que reflitamos sobre a dimensão da potencialidade fascista, no contemporâneo:

Apela-se para a vigilância com relação aos possíveis retornos – é o tema do “nunca novamente!” E, de fato, a atividade e a agitação das extremas direitas nos últimos anos, o fenômeno do “revisionismo” no que tange à Shoah, a facilidade com qual os grupos neonazistas surgem na ex-Alemanha oriental, os “fundamentalismos”, nacionalismos e purismos de todas as espécies, de Tóquio a Washington e de Teerã a Moscou- tudo isso de fato exige vigilância. (LACOUÉ-LABARTHE; NANCY, 2002, p. 10, grifos dos autores).

É nesse ambiente propício para o desenvolvimento de ideias potencialmente fascistas e com o apoio da grande imprensa nacional é que se reflete a contrariedade política da classe média em relação ao Partido dos Trabalhadores. O resultado desse processo de insatisfação pode ser percebido em episódios como o descontentamento com relação a presença de populares em shopping centers e aeroportos, espaços antes dedicados quase que exclusivamente à classe média tradicional, agora ocupados por essa nova parcela da população que ascendeu, ao menos pelo critério econômico, à condição de classe média.

Os argumentos de Souza (2016) colaboram para refletir sobre essa insatisfação da classe média com o acesso ao capital cultural pelas classes desfavorecidas, o que provoca, em certa medida, o incômodo com quem permitiu esse acesso, ou seja, com o governo petista. Além do desconforto com o capital cultural, conforme destacado por Souza (2016), existem outros elementos fundamentais nesse processo: as questões econômicas, a ampliação dos movimentos sociais e sua participação política, a ampliação do acesso à universidade, a política de cotas (que é proveniente do governo FHC, mas que ganhou efetividade nos governos petistas).

Krawczyk e Lombardi (2018) destacam que com o apoio da mídia, do Judiciário, Ministério Público, a própria Ordem dos Advogados do Brasil, as entidades empresariais, Parlamento e Partidos políticos criou-se uma situação muito grave com o único objetivo de destituir o PT e impedir Lula de voltar a se candidatar. Sendo assim, não mediram esforços para violar as normas jurídicas relativas aos direitos mais elementares, inclusive dispositivos constitucionais, desembocando no golpe parlamentar-jurídico-midiático desencadeado em 17 de abril na Câmara dos Deputados e consumado no Senado em 31 de agosto de 2016.

A caracterização da destituição de Dilma Rousseff, presidenta reeleita, como um golpe decorre do fato de que não foi cumprida a exigência constitucional da existência de crime de responsabilidade, único motivo legal que justificaria o impeachment. Obviamente, os autores desse ato sempre negaram a existência do golpe argumentando que seguiram todo o ritual

previsto, inclusive com a chancela do Supremo Tribunal Federal que presidiu a sessão do Senado que consumou o impeachment, conforme previsto na Constituição.

Mas o que é preciso considerar é que não foi simplesmente um ato anticonstitucional que substituiu o chefe de Estado e que, a partir daí, passou a governar conforme as regras democráticas então vigentes. Na verdade, com o afastamento de Dilma Rousseff rompeu-se a institucionalidade democrática deixando de existir o Estado Democrático de Direito¹¹. Assim, passamos a viver num Estado de exceção com uma sequência de atos discricionários abrindo margem a uma verdadeira escalada do arbítrio, num estado de golpe contínuo constituído por atos que se sucedem eivados de ilegalidade. Atos estes, cometidos pelo Executivo, por parlamentares, pelo Judiciário e pela imprensa que vão desde as condenações sem provas até, às vésperas da eleição, a liberação de delação, a censura à imprensa na forma do impedimento de entrevistar Lula em contraponto à autorização de entrevista de Bolsonaro à TV Record no horário do debate dos candidatos à presidência da República.

Impedida de continuar à presidência da república, a presidenta Dilma é obrigada a deixar o cargo ao qual a maioria da população a elegeu, assumindo o vice-presidente Temer, que mais tarde, sem o apoio das camadas populares, dos líderes sindicais e dos movimentos sociais, o “fora Temer” tornou-se grito de guerra de grandes multidões.

Os resultados mais severos da crise se manifestaram assim que o governo ilegítimo de Michel Temer assumiu o poder, pondo em prática demandas políticas e econômicas bem diferentes das escolhidas nas urnas, em que houve redução dos serviços prestados à população, retrocesso dos direitos trabalhistas, perda do poder de compra pela disparada da inflação e aumento do desemprego, de forma contínua.

O início ano de 2017 foi marcado pela convocatória da greve geral. As Centrais Sindicais mobilizaram de forma contínua atos manifestação nas ruas em todo o país. Podemos destacar o Dia Internacional da Mulher, 08 de março, em que as mulheres se mostraram presentes na luta contra os retrocessos do governo Temer em relação ao sistema de proteção social, aos direitos humanos e aos direitos das mulheres. No dia 31 de março foi convocado o Dia Nacional de Mobilização contra o desmonte da aposentaria e da CLT em preparação a greve geral do dia 28 de abril. Segundo a avaliação das Centrais Sindicais, a Greve Geral do dia 28 de abril foi um sucesso, uma vez que contou com o apoio de cerca de 35 milhões de

¹¹ “Resumidamente, no Estado Democrático de Direito, as leis são criadas pelo povo e para o povo, respeitando-se a dignidade da pessoa humana”. (ESTADO..., 2019).

trabalhadores que foram às ruas contra as reformas do governo, paralisando setores importantes da economia nacional.

O êxito da greve geral de 28 de abril e as denúncias de envolvimento do presidente Temer na corrupção do grupo JBS e no processo de garantia do silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, no dia 17 de maio, intensificaram as ações seguintes e colocaram a bandeira das Diretas Já como eixo unificador de amplos seguimentos do campo a esquerda¹². A denúncia da JBS contra o presidente desencadeou imediatamente uma série de atos nas principais cidades do país pedindo o impeachment de Temer e eleições Diretas Já. Contudo, em pronunciamento na TV, o presidente Temer¹³ afirmou que não renunciaria e apesar dos inúmeros pedidos de impeachment protocolados na Câmara dos Deputados, as reformas do governo prosseguiram em caráter de urgência.

O ato do #OcupaBrasília no dia 24 de maio, teve a participação de mais de 150 mil pessoas que sentiram no corpo o braço armado do governo golpista. A manifestação foi duramente reprimida, não devendo nada aos tempos da ditadura militar. O governo Temer infiltrou policiais para iniciar as depredações ao patrimônio público e justificar o avanço da violência contra os trabalhadores. A força policial, além do tradicional arsenal de combate, utilizou também armas de fogo, atingindo gravemente e matando manifestantes. Por fim, o governo Temer chamou as forças armadas e instalou o Estado de Sítio, que foi revogado no dia seguinte, após sofrer duras críticas. As lutas sociais contra o golpe e contra as reformas do governo Temer avançaram para uma consolidação da unidade de ação e de programa. As atividades foram de permanente mobilização nacional e contou com uma programação extensa cujo ponto de maior força, até então, foi a convocatória da segunda greve geral para o dia 30 de junho. No dia 28 de maio, no Rio de Janeiro, o Ato por Diretas Já convocado por diversos artistas reunindo cerca de 100 mil pessoas na praia de Copacabana e contou com artistas como Caetano Veloso, Milton Nascimento, Wagner Moura, dentre muitos outros¹⁴.

A Frente Brasil Popular lançou, no dia 29 de maio de 2017, em São Paulo, o Plano Popular de Emergência para romper com o modelo de capitalismo dependente em que apresenta

¹² Após a divulgação dos áudios entregues ao Ministro do STF, Edson Fachin, por Joesley Batista, um dos donos do grupo JBS, em que _ cava claro a participação de Temer no processo de propina para comprar o silêncio de Eduardo Cunha para não revelar os esquemas de corrupção, que comprometem a cúpula do PMDB e PSDB, a mídia e grupos da direita passaram a pressionar o presidente para que renunciasse e fosse convocada eleição indireta. (EDITORIAL..., 2017, p.28).

¹³ O presidente Temer desqualificou a gravação afirmando que foi “[...] adulterada e manipulada com objetivos nitidamente subterrâneos”. (PRONUNCIAMENTO..., 2017, p. 32).

¹⁴ O Ato por Diretas Já contou ainda com a participação de artistas populares, atores e parlamentares (AULER, 2017). Em São Paulo o segundo Ato pelas Diretas Já foi convocado para o dia 04 de junho e contou com cerca de 100 mil pessoas. (MAIS..., 2017).

os eixos de emergência para o enfrentamento da crise política e econômica do país. Os eixos foram: democratização do Estado; política de desenvolvimento, emprego e renda; reforma agrária e agricultura popular; reforma tributária; direitos sociais e trabalhistas; direito à saúde, à educação, à cultura e à moradia; segurança pública; direitos humanos e cidadania; defesa do meio-ambiente e política externa soberana. A proposta da Frente foi submeter o Plano às diversas entidades e movimentos sociais para construir um programa que fosse capaz de unificar a luta dos trabalhadores.

Em meio a uma tremenda instabilidade política, o governo assume cada vez mais sua face de exceção e mira em toda e qualquer forma de resistência. A politização do carnaval de 2018 com o coro “Fora Temer” ecoando em todos os estados e com as duas escolas campeãs do carnaval do Rio de Janeiro apresentando versões diferentes da conjuntura brasileira agravou a situação conflituosa para o governo e sua base de apoio. Enquanto a escola campeã, Beija-Flor, apresentou na avenida a versão da Lava Jato e da mídia e marcou a corrupção como a responsável pela crise brasileira, a vice-campeã, Paraíso do Tuiuti, encantou a todos ao som do samba-enredo Meus Deus, Meu Deus, Está Extinta a Escravidão? Escancarou para milhões de telespectadores, e constrangeu os repórteres, que as raízes da crise política estavam na origem de nossa formação sócio-histórica, em que a classe dominante brasileira não admite qualquer mudança na estrutura social.

Problemas estruturais continuam sem ser superados como a escravidão, o racismo e a falta de proteção social. Entretanto, o que mais incomodou a classe dominante e seu governo ilegítimo foram as Alas dos manifestantes fantoches, manipulados pela mídia, dos trabalhadores com a carteira de trabalho rasgada e a apoteose do Vampiro Neoliberal com a faixa de presidente. Campeã no coração do brasileiro, a mídia boicotou a transmissão do desfile da Paraíso do Tuiuti e o governo proibiu que no desfile das campeãs o Vampiro Neoliberal usasse a faixa presidencial.

O carnaval foi o indício para o governo federal fazer a intervenção militar no Rio de Janeiro sob o argumento de combater o crime organizado. Em 16 de fevereiro, o presidente Michel Temer (MAZUI; CARAM; CASTILHOS, 2018) assinou o decreto presidencial de intervenção na Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro afirmando que tomaria medidas duras e firmes para restabelecer a ordem. Nos primeiros meses de 2018, as medidas de exceção indicam que o processo golpista toma novos rumos cada vez mais ameaçadores para o que resta da democracia brasileira. No dia 27 de fevereiro o Governo Federal criou o Ministério

Extraordinário da Segurança Pública (PEDUZZI, 2018) indicando o aprofundamento das medidas de exceção.

Assim, apesar das denúncias de envolvimento do presidente Temer nos esquemas de corrupção e da total falta de apoio popular às reformas neoliberais, o presidente vai se conservando no poder à custa do uso do dinheiro público¹⁵ seja na compra de votos para a aprovação das reformas no Congresso Nacional, seja nos acordos de renúncia fiscal. Para Boito Jr (2017) a instabilidade política decorre da resistência popular, mas também da insatisfação da base de apoio do governo, localizada na burguesia interna, na ação do sistema de justiça e no capital internacional.

Estamos, pois agora, vivenciando um enorme retrocesso político legitimado pelas urnas com a vitória de Jair Messias Bolsonaro para presidente num processo marcado por uma dupla fraude. A primeira foi a prisão de Lula numa condenação sem provas, impedindo sua candidatura quando as pesquisas eleitorais o colocavam em primeiro lugar na preferência dos eleitores. A segunda fraude foi a estratégia da campanha do ex-capitão Bolsonaro planejada com a assessoria do marqueteiro de Trump, Steve Bannon, que espalhou largamente notícias mentirosas pelos diferentes dispositivos das redes sociais, entre os quais se destacou o WhatsApp. Conforme reportagem do Jornal Folha de S. Paulo de 18 de outubro de 2018, a campanha de Bolsonaro contratou empresas de disparos de mensagens em massa que, pelo aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp, espalharam notícias falsas contra a candidatura do PT em flagrante violação do artigo 222 do Código Eleitoral Brasileiro, que define como “anulável a votação, quando viciada de falsidade, fraude, coação...”. (BRASIL, 1965).

Em linhas gerais, a discussão no segundo turno ficou enredada no campo das moralidades. Primeiro, para religiosos e seculares, o *combate à corrupção* - que foi reafirmado em todo o *tempo da crise* como o mal maior da política - deslegitimou o discurso das esquerdas. Para essa moralidade, a corrupção é combatida com pessoas de bem, de preferência de fora do poluente sistema político. A campanha de Fernando Haddad, nesse sentido, tinha uma mácula: o mentor de sua candidatura estava na cadeia, acusado de corrupção. Em que pesem as ações

¹⁵ O processo de cassação da chapa Dilma/Temer é de autoria do PSDB, do senador Aécio Neves, que contestou o resultado eleitoral de 2014. A votação no TSE, no dia 09/06/2017, foi muito apertada, mas o voto do presidente Gilmar Mendes, tido como aliado do presidente, foi fundamental para o resultado de 4 votos a 3. O Globo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/veja-os-votos-dos-ministros-do-tse-no-julgamento-da-chapa-dilma-temer.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ilegais do juiz Sérgio Moro e o questionável julgamento da suposta compra do triplex por Luís Inácio Lula da Silva, não havia como negar que a cúpula do Partido dos Trabalhadores cometera atividades de corrupção regulares e estruturadas.

Pelo exposto, a crise política no Brasil se aprofunda e está longe de ser resolvida, o que nos leva a crer, que o futuro da democracia brasileira se torna cada vez mais sombrio. A classe dominante assumiu a militarização da questão política e busca a legitimação das massas pelo viés do combate ao crime organizado e à corrupção. Transforma toda e qualquer resistência em uma ameaça à ordem e enquadra as lideranças políticas de esquerda na lei de combate ao terrorismo e organização criminosa.

Os desdobramentos desse processo são extremamente perigosos para a resistência e soberania popular. A memória recente da ditadura militar nos faz prever o pior dos cenários e nos interrogar se as entidades e partidos políticos de esquerda terão condições de restaurar a democracia no Brasil em curto período de tempo.

No caso da pasta de educação, que é o nosso maior foco, podemos observar que o Ministério da Educação em pouco mais de sete meses do primeiro ano de mandato do presidente Bolsonaro, teve mudanças intensas na equipe. Setores de extrema direita que compõe o governo, com diferentes ideias conservadoras de projetos educacionais, lutam pela hegemonia desse campo da administração federal, sem, ao menos, mostrarem o mínimo conhecimento sobre o papel do MEC na coordenação da Educação brasileira.

O governo propõe combater o “marxismo cultural” e sua doutrinação política” e isso inclui desde a negação da história do Brasil (como acontece com o golpe de 1964 e a ditadura militar) até a supressão das ideias de Paulo Freire, um dos educadores de maior reconhecimento no mundo.

Jamin (2018) explica que essa teoria conspiratória sobre “marxismo cultural” surge na década de 1990 nos círculos da extrema direita norte-americana e europeia e tem como centro combater a propagação de que, com a queda do Muro de Berlim, a ameaça comunista apenas se reorganizou, transferindo a luta ideológica da área econômica para o campo da cultura. De acordo com esse pensamento, os novos “proletários” são as mulheres, as minorias LGBT, as minorias étnicas e os imigrantes que se organizam para combater o “homem branco” e a civilização ocidental com novas armas culturais, com a defesa do politicamente correto e com a luta contra o racismo, o sexismo, o chauvinismo masculino. Ainda segundo Jamin (2018), a extrema direita propaga que o marxismo cultural é uma ideologia muito perigosa que busca “destruir tradições e valores ocidentais”, notadamente a família, com vistas a criar as condições

para a vitória final do comunismo. A extrema direita considera que os professores estão entre os principais difusores dos princípios do marxismo cultural.

Essa reflexão nos faz perceber que a estratégia de Bolsonaro ao combater o marxismo cultural é justamente para não permitir uma educação emancipatória e continuar conduzindo mudanças conservadoras na Educação Brasileira.

Sendo assim, no próximo item, procuraremos analisar de que maneira o projeto Escola Sem Partido (ESP) se articula a esse movimento social e político mais amplo, de raiz autoritária, de discursos conservadores e com notável potencial fascista. Partimos da hipótese de que o ESP é um componente importante da pauta política da direita contemporânea. Deste modo, é preciso observar quais são os atores sociais que movimentam o ESP e porque tem causado um campo de conflito e confronto, na cena educacional brasileira.

Logo, qualquer que seja o campo, do discurso ou da prática, o autoritarismo se manifesta como um ataque à diferença. Logo, diante de um contexto de aprofundamento de discursos conservadores e com caráter autoritário, é fundamental analisar como esse movimento afeta o campo do pensamento, ou seja, como ele se dissemina na educação.

A exemplo do que foi mencionado acima, podemos citar o caso do ex-ministro da educação Abraham Weintraub que responde a processo por ataques às Universidades e professores (WEINTRAUB..., 2021), corte de verba (DIRIGENTES..., 2019), suicídio de Reitor (CARVALHO, 2017) em ações da PF que mantiveram as mesmas lógicas da Lava jato. E a indicação de um novo ministro Milton Ribeiro (PASTOR...,2020), agora de uma universidade privada e evangélico mantendo também intervenções nas nomeações de reitores.

1.2 Descortinando o movimento/programa Escola sem Partido

Como visto, o Brasil entrou num processo de discursos conservadores, com grandes reflexos na educação. O movimento/programa Escola sem Partido, sem dúvida, representa um dos maiores atores desse discurso no atual cenário. Porém, vale ressaltar que alguns conceitos e noções de caráter moralista cristão, foram se aglutinando desde muito antes da criação do ESP. Segundo Nagib¹⁶, em entrevista concedida ao Blog Portaberta:

É fato notório que, nos últimos 30 anos, um número cada vez maior de professores e autores de livros didáticos vem-se utilizando de suas aulas e de suas obras para

¹⁶ Miguel Nagib é advogado, procurador do Estado de São Paulo desde 1985 e foi assessor no Supremo Tribunal Federal de 1994 a 2002.

doutrinar ideologicamente os estudantes, visando à formação e propagação de uma mentalidade social favorável a partidos e organizações de esquerda. (NAGIB, 2008).

Luís Felipe Miguel, em um de seus artigos aponta nesse sentido ao afirmar que essa crítica a “doutrinação marxista” era “algo que estava presente desde o período da ditadura militar” (MIGUEL, 2016, p. 595). Para o autor, esse é o elemento inicial para qual apela o Escola Sem Partido, e que seria abandonado a partir de 2010 com o alinhamento do ESP aos movimentos de combate ao que foi estereotipado como “ideologia de gênero”.

O Projeto Escola sem Partido foi criado em 2004, pelo advogado Paulistano Miguel Nagib, após um episódio ocorrido na escola de sua filha. Segundo Nagib, o professor teria feito uma analogia entre as vidas de Che Guevara e São Francisco de Assis. A comparação teria sido motivada por ambos terem aberto mão de tudo por uma ideologia. O primeiro pela ideologia política e o segundo pela ideologia religiosa. Para Nagib (apud BEDINELLI, 2016, n.p.), que é um cristão conservador católico: "As pessoas que querem fazer a cabeça das crianças associam as duas coisas e acabam dizendo que Che Guevara é um santo."

Desde esse episódio, o advogado é bastante convidado a falar em programas de debate¹⁷, concede entrevistas¹⁸ a vários meios de comunicação e é chamado para apresentar e defender o Projeto Escola Sem Partido em audiências públicas¹⁹.

Seu programa foi abraçado por todos os grupos da direita brasileira. É o idealizador de projetos de lei que tramitam em todo o Brasil, nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, e também no Congresso Nacional. Com o golpe parlamentar de 2016, que destituiu a presidente Dilma Rousseff, a proposta do movimento/programa Escola sem Partido passou a contar com a simpatia do então ministro da Educação, o administrador e político pernambucano Mendonça Filho²⁰.

O programa, em sua essência, enxerga o aluno como tábula rasa, que chega ao espaço escolar imaculado de qualquer influência da vida social, como se o estudante não tivesse uma

¹⁷ Cf. Nagib (2016a, 2016b).

¹⁸ Cf. Nagib (2016c).

¹⁹ Cf. Composição da mesa da Audiência pública “Liberdade de expressão em sala de aula” da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=5325>. Acesso em: 18 out. 2016 às 21:50. É interessante que o proponente do projeto de lei nesta casa, o senador Magno Malta, não foi convidado para a audiência e sim Miguel Nagib como autor do projeto de lei.

²⁰ A posição de Mendonça Filho merece detalhamento. Sua convergência com as teses do Escola Sem Partido foi expressa em diversos discursos e entrevistas, antes e depois da posse no ministério, e ele chegou a nomear, como assessor especial, um entusiasta do movimento. Mas se viu constrangido a desfazer a nomeação no dia seguinte, diante da péssima repercussão (TOLEDO, 2016), e a se manifestar publicamente contra a aprovação dos projetos que tramitam no Congresso (SALDAÑA, 2016).

vida anterior, exterior e posterior à sua passagem pela escola. Além disso, acreditam ser o professor capaz de “fazer a cabeça” de seus alunos com uma suposta “doutrinação ideológica” durante as aulas.

Em “Mensagem de fim de ano do coordenador do Escola sem Partido ao militante disfarçado de professor” Miguel Nagib escreve em tom de intimidação:

Prezado Militante Disfarçado de Professor:

2016 está chegando ao fim. Foi um ano de ouro para a militância em sala de aula, não é mesmo? O ano do "gópi", do "Fora, Temer!", das "ocupações" contra a PEC 241... Quanta politicagem! E a trabalhadeira para "desconstruir a heteronormatividade dxs alunxs"? Mesmo sem dar aulas e fazendo aquilo de que mais gosta, você deve estar exausto. Agora vêm as férias, o descanso merecido antes de voltar ao front em 2017. Pois é de 2017 que eu gostaria de lhe falar. Tudo indica que não será um ano muito tranquilo para politikeiros como você. O problema é que, graças em parte ao trabalho realizado pelo Escola sem Partido – que você tanto odeia quanto teme –, a doutrinação ideológica e a propaganda política e partidária em sala de aula estão se tornando uma atividade de alto risco. A cada dia mais gente fica sabendo quem você é e o que você faz no segredo das salas de aula. E o que é pior: essas pessoas já entenderam que aquelas práticas, além de covardes e antiéticas, são ilegais, o que significa que você pode acabar tomando um processo nas costas caso venha a causar algum dano, material ou moral, a qualquer dos seus alunos. A situação vai ficar ainda mais complicada para o seu lado quando sair pela editora Record o livro que Rodrigo Constantino e eu estamos escrevendo, o que deve acontecer logo no começo do ano. Mais e mais estudantes e pais saberão como lidar com abusadores como você. Três anos é o prazo de prescrição das ações de reparação de danos, segundo o Código Civil. É o tempo de que dispõem as suas vítimas para decidir se desejam processá-lo. O interessante é que, nesse meio tempo, elas já não estarão sob o seu poder, de modo que você não poderá persegui-las ou prejudicá-las. Você provavelmente já terá esquecido o nome delas, mas elas se lembrarão perfeitamente do seu. Agora, pense no número de estudantes e pais que podem se sentir lesados pelas suas práticas abusivas ao longo desses três anos, e calcule o tamanho do risco a que você está se expondo e expondo as escolas onde trabalha, que respondem solidariamente pelos danos que você causar aos usuários dos serviços que elas prestam. É por isso que professores com o seu perfil passarão a encontrar cada vez mais dificuldade para arrumar emprego nas escolas particulares. Você pode ser muito útil para os partidos e organizações a que serve, mas para as escolas em que trabalha é sinônimo de encrenca. Se você soubesse como é fácil, no Brasil, processar outra pessoa, ficaria bastante preocupado. Só para você ter uma ideia: nos juizados especiais, se o valor da indenização pleiteada for igual ou inferior a 20 salários mínimos (R\$ 15.760,00), o autor da ação nem precisa gastar dinheiro com advogado: ele mesmo pode assinar a petição, cujo modelo eu terei o prazer de disponibilizar. É claro que algumas dessas ações podem vir a ser julgadas improcedentes; mas até isso acontecer, você já terá tido um bocado de aborrecimentos e despesas. O simples fato de ser processado já é uma “condenação”. Enfim, tudo vai depender das suas vítimas. Se elas não se acovardarem ou se omitirem, você vai receber tantas intimações que pode acabar ficando amigo do carteiro ou do oficial de justiça. De minha parte, continuarei me esforçando para que molestadores empedernidos como você sejam expelidos do sistema. Desejo-lhe, portanto, um 2017 cheio de denúncias e processos. Que seus alunos não caiam na sua conversa, e os pais deles estejam sempre de olho em você. Estes são os meus votos de Ano Novo para você e seus colegas de militância. Sem o menor respeito ou admiração. (NAGIB, 2017).

Nesse sentido, em sua mensagem de final de ano, Miguel Nagib, age discursivamente de modo a constranger, intimidar e violentar professores e professoras, restringindo sua liberdade de cátedra, além de desqualificar a figura docente ou imprimir-lhe ameaça.

No território universitário, o pesquisador Fernando Penna vem debatendo fortemente as implicações do movimento Escola sem Partido, e também as ameaças trazidas pelo programa materializado em projetos de lei. Em relação ao crescimento de discursos por esse movimento/programa, ele destaca que uma resposta comum é:

Não levar a sério a ameaça apresentada por esse discurso e os projetos de lei que incorporam suas ideias por ser algo que, para nós, é muito obviamente contraditório com a legislação educacional existente. O discurso do Escola sem Partido não foi devidamente enfrentado, a meu ver, desde o momento em que ele surgiu, em 2004, justamente por parecer absurdo e sem fundamentos legais para aqueles que conhecem o debate educacional, e também porque ele se espalha com muita força, não em debates acadêmicos, mas nas redes sociais. Esse discurso utiliza-se de uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional. (PENNA, 2017, p. 35).

Assim o autor destaca fatores importantes dessa movimentação surgida em 2004 e que não foi vista com a devida atenção por parte de professoras e professores críticos, de estudantes que defendem uma educação conscientizadora, libertadora e plural, com o objetivo de ampliar a visão de mundo e a participação ativa do indivíduo em todas as esferas da vida em sociedade. Com técnicas simples, o movimento/programa foi ganhando espaço na defesa dessa proposição de política pública educacional, principalmente, depois das eleições de 2018. Fica claro que a principal questão a ser debatida não trata só da constitucionalidade, da discussão legal; talvez o mais importante seja uma disputa pela opinião pública, o debate no espaço público, e a compreensão das razões pelas quais essas ideias vem conquistando alguns segmentos da sociedade civil.

Ancoradas na Convenção Americana dos Direitos Humanos de 1969 (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1969), da qual o Brasil é signatário, ambas as propostas contam com a defesa de um expressivo grupo de representantes parlamentares, que acabam utilizando dessas ações legislativas para alcançar tradicionais pautas de seus interesses ou dos partidos que constroem. O próprio bloco evangélico apresenta táticas diversas em votações e posicionamentos que interferem em sua esfera de atuação (DANTAS, 2011).

Segundo Penna (2016), o movimento do ESP só se tornou um projeto de lei a partir de 2014 a pedido do então deputado Estadual Flávio Bolsonaro²¹, que solicitou a Nagib que desenvolvesse os argumentos do movimento em forma de um projeto de Lei. Assim, o projeto 2.974/2014 foi apresentado pela primeira vez à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no dia 15 de maio, por esse deputado estadual que propôs no âmbito do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro o “Programa Escola sem Partido”.

Penna (2016) esclarece ainda que o município do Rio de Janeiro também apresentou naquele mesmo ano o projeto com poucas adaptações. O responsável pela PL 867/2014²² foi o vereador Carlos Bolsonaro²³. Penna (2016) afirma que o estado do Rio de Janeiro foi o primeiro a conhecer na forma de um projeto de lei o “Programa Escola sem Partido”. Esse episódio teve como atores políticos de destaque os políticos da família Bolsonaro²⁴.

A estratégia do ESP é articular os dois movimentos: o combate no campo jurídico, com que foi construído, de forma cuidadosa, pelo jurista Miguel Nagib o PL 867/2015, e o combate no campo político-social, no qual seus representantes fazem o papel de traduzir o PL 867/2015 da linguagem jurídica, que não é acessível nem compreensível à maior parte da população do país, para a linguagem popular, em que o tema da doutrinação marxista é traduzido como anticomunismo/antiesquerdismo.

O primeiro tema identificado, o anticomunismo/antiesquerdismo, é antigo e estava presente no golpe de 1964, no qual o perigo da ameaça comunista funcionou como justificativa oficial para colocar o país sob a tutela dos militares. Nos anos seguintes, houve perseguições, prisões, mortes e tortura de milhares de brasileiros que estavam envolvidos com as “perigosas” ideias comunistas e de esquerda:

O anticomunismo, por fim, parecia ultrapassado com o fim da Guerra Fria, mas ganhou nova roupagem na América Latina e no Brasil. A ameaça passou a ser o “bolivarianismo” (a doutrina do falecido presidente venezuelano Hugo Chávez) e o Foro de São Paulo, conferência de partidos latino-americanos e caribenhos de centroesquerda e de esquerda, que na narrativa anticomunista assumiu a feição de uma conspiração para dominar o subcontinente. A despeito do centrismo crescente de seu discurso e de suas práticas moderadas quando esteve no governo, o Partido dos

²¹Flavio Bolsonaro é empresário, advogado e político brasileiro. Filiado ao Partido Social Liberal (PSL) comandante da legenda no Rio de Janeiro. É Senador Brasileiro pelo Estado do Rio de Janeiro, e filho do atual presidente da República Jair Messias Bolsonaro (PSL).

²² Este projeto de lei 867/2015 é de autoria do Deputado Federal Izalci Lucas, do PSDB/DF, e foi apensado a PL 7180/2014 de Erivelton Santana do PSC/BA

²³Carlos Nantes Bolsonaro é um político brasileiro, e o segundo filho do 38º presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Carlos é vereador pelo Rio de Janeiro desde 2001 e filiado ao Partido Social Cristão (PSC).

²⁴ Família Bolsonaro refere-se a quatro personagens políticos. São eles: Jair Messias Bolsonaro, atual Presidente da República Brasileira e seus 3 filhos. Eduardo Bolsonaro, Deputado Federal por São Paulo, Carlos Bolsonaro, Vereador da Capital Rio de Janeiro, e Flávio Bolsonaro Ex Deputado Estadual e atual Senador pelo Estado do Rio de Janeiro.

Trabalhadores veio a ser apresentado como a encarnação do comunismo do Brasil, gerando uma notável sobreposição entre anticomunismo e antipetismo. Com alguma penetração na mídia tradicional e um uso muito forte das redes sociais, escritores como Olavo de Carvalho são a voz pública dessa posição. (MIGUEL, 2016, p. 593-594, grifo do autor).

O Escola sem Partido ressuscitou o tema da paranoia anticomunista e da ameaça esquerdista, e o fez um de seus eixos principais. Na releitura do Escola Sem Partido, o anticomunismo/antiesquerdismo é, conforme apontado na passagem anterior, sobreposto a um antipetismo, o que é bem conveniente no cenário político de articulação pré-impeachment. O que torna esse elemento fundamental na análise do Escola sem Partido é que, de acordo com Miguel (2016), ele potencializa o alcance das ideias até então restritas a pequenos grupos e as coloca como importantes para o debate sobre educação, no país:

O fortalecimento público deste discurso abertamente conservador permitiu que ganhasse visibilidade – e expressão parlamentar – um movimento que acusa as escolas de “doutrinação ideológica” e propõe medidas para impedir que professoras e professores expressem, em sala de aula, opiniões consideradas impróprias. A principal organização é o Movimento Escola Sem Partido (MESP), que se apresenta como uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, o MESP permaneceu na obscuridade até o início da década de 2010, quando passou a ser uma voz frequente nos debates sobre educação no Brasil. Seu programa foi abraçado por todos os grupos da direita brasileira. É o idealizador de projetos de lei que tramitam em todo o Brasil, nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, e também no Congresso Nacional. (MIGUEL, 2016, p. 595).

O programa possui uma página oficial no Facebook intitulado “Escola sem Partido”, com mais de duzentos mil seguidores e uma conta no Instagram de mesmo nome, com quase 50 mil seguidores, onde também compartilham imagens, depoimentos, lives e vídeos de apoio ao movimento, assim como atacam principalmente o trabalho de professores, pessoas e/ou grupos que são totalmente contra o projeto, intitulando-os como “comunistas”.

Além disso, o programa possui duas páginas na internet. Os sites são oficiais e trazem informações acerca da discussão sobre a Escola Sem Partido. Em uma página²⁵, é possível encontrar áreas como “Home” (onde utilizam imagens e vídeos estimulando estudantes a processarem professores por “suposta” doutrinação em escolas), “Quero denunciar” (para casos onde pais ou filhos acreditem serem vítimas de algum militante disfarçado de professor) e um blog onde postam notícias relacionadas ao projeto, fazem denúncias de casos de “doutrinação” nas escolas e textos defendendo suas ideias. Em outra página²⁶, disponibiliza o modelo do

²⁵Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 10 fev. 2018 às 21:20.

²⁶Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: 20 mar. 2017 às 21:50.

projeto de lei Escola sem Partido (Municipal, Estadual e Federal), que prevê a afixação em sala de aula de um cartaz contendo deveres do professor para que o aluno saiba que tem o direito de não ser doutrinado por seus professores. No tópico “Quem somos”, descrevem o movimento como “Uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de *contaminação* político-ideológica das escolas brasileiras em todos os níveis de ensino, do básico ao superior”.

Nessa descrição do movimento, há um grande engano na interpretação ao se confundir partido, ideologia e escola como coisas correlatas diretamente.

A ideologia, enquanto visão de mundo, está contida em diversas esferas da vida social, inclusive escolas e partidos. Ao vincular ideologia e partido, como um par indissociável, o movimento tenta caracterizar a escola como um espaço de neutralidade, retomando conceitos de uma pedagogia tradicional, na qual o papel da escola é transmitir saber aos alunos, restando a eles assimilar os conhecimentos transmitidos. Aos alunos, reserva-se o direito de reproduzir o conhecimento, afastado de toda crítica social, política e ideológica envolvida em sua formulação e aprendizado (PAGNI; CARVALHO; GALLO, 2016, n.p.).

Apesar do discurso do movimento tentar criar para si uma imagem de defensor da escola contra o que chama de “contaminação político-ideológica”, o criador do movimento, Miguel Nagib, tem profundos vínculos com o *think-tank*²⁷ liberal Instituto Millenium, tendo sido por muito tempo articulista e depois um dos mantenedores do instituto²⁸. O Instituto Milenium é “[...] o principal *think tank* da direita brasileira, criado em 2006 e financiado por empresas nacionais e transnacionais, com eco na linha editorial de parte da grande imprensa e popularizada por jornalistas como Rodrigo Constantino.” (MIGUEL, 2016, p. 593).

Ao procurarmos mais informações sobre a Associação Escola Sem Partido, quem seria sua pessoa jurídica do MESP, acabamos nos deparando com a existência de uma segunda pessoa jurídica: Escola Sem Partido Treinamento e Aperfeiçoamento Eireli – ME. Esta seria uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada de Natureza Empresária do procurador Miguel Nagib e seu ramo de atividade seria treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial que tem um capital de quase oitenta mil reais²⁹. Portanto, a apresentação do movimento/programa Escola sem Partido como apenas “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2014-2017), como consta no site, vai de encontro à sua

²⁷Um Think-Tank é em geral um grupo de interesse ou uma instituição que investe em divulgação e propagação de conhecimento com viés político-ideológico definido e ligado a interesses particulares deste grupo, visando transformações na sociedade.

²⁸ As ligações do procurador com o Instituto foram investigadas por Aquino (2016).

²⁹De acordo com a pesquisa no website ConsultaSocio.com. Disponível em: <http://www.consultasocio.com/q/sa/miguel-francisco-urbano-nagib>. Acesso em: 18 out.2016 às 21:50.

proximidade ideológica com a corrente liberal e o desenvolvimento de suas atividades empresariais, que contradizem uma neutralidade defendida publicamente.

Além disso, o passo a passo presente no site do Escola sem Partido é um estímulo de caráter assumidamente político, pois propõe que o sujeito que esteja de acordo com as ideias do programa procure um parlamentar, havendo, no próprio passo a passo, uma descrição do tipo de parlamentar que deva ser procurado: “[...] comprometido com as causas relacionadas a liberdade, educação e família”. Ou seja, há na própria proposição uma sugestão ideológica a se seguir. Em outras palavras, o interessado deve procurar um parlamentar que defenda ideologicamente os valores da tradicional família brasileira, que, nesse caso, estão fortemente enraizados por valores ideológicos cristãos, conservadores, patriarcais, temas estes historicamente presentes nas ideologias de direita e que combinam com as teses do Escola sem Partido. Logo, podemos constatar que no Escola sem Partido opera a tríade Deus, Família e Pátria, perceptível, por exemplo, na declaração de Miguel Nagib, em debate realizado pela Globo News:

Nenhum pai é obrigado a confiar em um professor. Nenhum pai. O professor quando fecha a porta da sala de aula, ele é o dono do espetáculo. Se ele tiver uma boa formação e tiver bons princípios, sorte do aluno, mas e se não tiver? Como saber? Não é verdade? E há uma infinidade de pessoas que são mal preparadas e que cujos valores – eu nem entro no mérito se são bons ou ruins – mas que não coincidem com os valores da família. (NAGIB, 2016d. Informação verbal) ³⁰.

Essa visão do Escola sem Partido estimula pais e alunos a se submeterem a um papel de delatores, instaurando a insegurança e o ódio, que em nada contribuem para a construção de um ambiente saudável, de confiança e diálogo entre professor e aluno na relação ensino-aprendizagem.

Outra incoerência quanto à suposta neutralidade ideológica do projeto que se pode constatar também, em sua página, se refere à participação do ESP nas eleições de 2016, em que o próprio movimento publicou imagens de candidatos dos mais diversos partidos políticos, os quais assinaram um termo de compromisso, igualmente disponível no site, em que se comprometeram, caso eleitos, a apresentar um projeto de lei contra a doutrinação nas escolas e a propaganda política e ideológica nas instituições pertencentes ao sistema municipal de ensino, nos moldes do anteprojeto de lei elaborado pelo movimento ESP.

A estratégia do movimento obteve alguns resultados, visto que o projeto contra a doutrinação nas escolas foi apresentado, por todo o Brasil, nas esferas municipais e estaduais.

³⁰ O debate na Globo News está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iNSC1rNOz74> . Acesso em: 15 jul. 2017 às 20:20.

De acordo com levantamento feito por MOURA (2016), em sua pesquisa de Mestrado pela UFRJ, o projeto tem avançado em todo o cenário nacional.

O movimento que se surgiu a mais de uma década manteve-se muito tempo sem grande expressividade, encontrando maior visibilidade na sociedade em dois principais momentos. Conforme (PENNA, 2016b), o primeiro momento se deu em 2007 por ocasião da polêmica gerada pela coluna no Jornal O Globo, do jornalista Ali Kamel³¹, no qual ele fez duras críticas à coleção de livros didáticos Nova História Crítica, de Mario Schmidt (KAMEL, 2007); o segundo momento foi em 2011, com a problemática gerada em torno do material produzido pelo Ministério da Educação de Combate à Homofobia (SOARES, 2015), chamado pela mídia de “Kit Gay”. Segundo Miguel,

[...] o crescimento da importância do MESP no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero”. Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças. (MIGUEL, 2016, p.596)

Embora a sensibilidade em relação à igualdade de gênero tenha se tornado transversal a muitas políticas governamentais, a preocupação central dos conservadores religiosos é com a educação (e, em menor medida, com os meios de comunicação de massa). Entende-se que as crianças seriam as mais vulneráveis à “ideologia de gênero”³², que impediria a consolidação da identidade masculina ou feminina. No Brasil, foram alvos prioritários o plano nacional de educação, aprovado em 2014 depois de longa tramitação, e os planos de educação votados em 2015 nas assembleias legislativas estaduais e nas câmaras municipais. Tais planos devem reger o ensino por um prazo de dez anos.

Evangélicos e católicos trabalharam juntos e obtiveram o banimento da temática de gênero do plano nacional e de muitos outros, estaduais e locais (BRITTO; REIS, 2015; BERGAMIM JR., 2015). Durante a apreciação dos planos de educação, era comum ver câmaras

³¹ Na época era diretor-executivo de jornalismo da TV Globo, além de ocupar o cargo de colunista no Jornal, onde até 2001 ocupou também o cargo de editor-chefe. Atualmente o jornalista é editor de jornalismo da TV Globo.

³² Expressão usada para desqualificar as teorias de gênero e a relevância de um debate social amplo sobre essas questões. Ela foi popularizada por setores fundamentalistas da Igreja Católica, que a utilizaram como alerta para os perigos do feminismo como base para a destruição da família e dos papéis prescritos para homens e mulheres pela doutrina cristã. No contexto brasileiro, o espantoso da “ideologia de gênero” também é muito mobilizado por setores neopentecostais (JUNQUEIRA, 2017).

ou assembleias tomadas por freiras, lado a lado com pastores de igrejas neopentecostais, pressionando deputados e vereadores. Também na França, a ofensiva (predominantemente católica) levou a recuos e, em alguma medida, a um veto informal à palavra “gênero”³³ (genre) em documentos oficiais (DELAPORTE, 2014).

Existe uma variedade de propostas que já tramitaram ou ainda estão tramitando em diversos âmbitos legislativos de nosso país, que levam os postulados do ESP. Desse modo, o Projeto de Lei nº 867/2015 (PL) foi uma das propostas apresentadas em âmbito federal, especificamente pelo então Deputado Federal Izalci Lucas, do PSDB/DF. Esta proposta de lei objetivou incorporar o ESP à Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Este PL foi interrompido na Câmara Federal devido a um parecer negativo da procuradoria de justiça. O artigo 3º desse projeto em questão esclarece que:

Art. 3º São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdo ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes. (BRASIL, 2015, p. 2).

Diante disso, vemos que esta proposta propõe vedar determinadas perspectivas de ensino, caso tais perspectivas violem pressupostos da crença religiosa dos alunos ou responsáveis. Estudar relações sociais ou categorias analíticas como política, gênero, raça, sexo e cultura, podem ser assim interpretadas como nocivas às crenças, na medida em que muitas destas questões podem contrariar as convicções religiosas. No entanto, vale destacarmos aqui a reflexão realizada por Penna (2017), a respeito dessa questão de uma educação diferente para cada família. O autor afirma que “como o professor pode evitar qualquer atividade que possa entrar em contradição com as crenças daquelas 50, 40 famílias, super-heterogêneas em sala de aula?” (PENNA, 2017, p. 47).

A fim de justificar o PL, o movimento atua no campo discursivo em que, de acordo com Miguel (2106, p. 601), “[a] ameaça da ‘doutrinação marxista’ nas escolas é alimentada por uma leitura fantasiosa da obra do revolucionário sardo Antônio Gramsci”. Acreditamos que esse é um ponto capital a ser explorado, pois a suposta doutrinação marxista nas escolas é o primeiro tema do ESP, que viria mais tarde a se articular com outros temas de interesse da direita nacional e da aliança de forças conservadoras que têm avançado, no Brasil. A ideia da “doutrinação marxista” como estratégia de dominação da esquerda, embasada pela teoria de

³³ Não só o campo de estudos teóricos, mas a palavra em si e tudo relacionado a ela, como a contestação das relações de poder entre os sexos, a inclusão política de novas identidades como as de grupos LGBT, etc.

Gramsci, tem origem no pensamento de Olavo de Carvalho, representante de uma suposta intelectualidade direitista brasileira e entusiasta do ESP, o qual tem conseguido destaque especialmente no contexto das redes sociais.

Outro elemento que nos ajuda a argumentar que existem muitas semelhanças entre as teses de Olavo de Carvalho e o ESP concerne ao ataque ao PT e à sua responsabilização pela “contaminação ideológica”, a qual se daria através da estratégia gramsciniana, que, independentemente de ser ou não uma ação consciente, segundo Carvalho (2002), é parte fundamental do pensamento estrutural da esquerda nacional:

O gramscismo fez muito sucesso nos anos 60, inspirando a febre passageira do eurocomunismo e revigorando algumas esperanças comunistas. No Brasil, conquistou praticamente a esquerda inteira, e o PT é um partido essencialmente gramsciano, admita-o ou não explicitamente. (CARVALHO, 2002, p. 7).

O pensamento de Carvalho (2002), na estratégia de localizar na teoria de Gramsci os problemas da educação nacional e, conseqüentemente, do avanço da esquerda política, se aproxima dos argumentos do ESP que se referem a uma suposta fragilidade das crianças, as quais seriam os alvos preferidos dos doutrinadores ou ativistas intelectuais. Seja qual for a nomenclatura que queiramos assumir, a dinâmica é a mesma:

Que essa “filosofia”, para se propagar, não conte tanto com a persuasão racional como com a eficácia da penetração sutil no inconsciente das massas, é o que se vê claramente pela sua ênfase na conquista das mentes infantis — um terreno onde o avanço da esquerda vem causando um dano incalculável a milhões de crianças brasileiras, usadas como cobaias de uma desastrosa experiência gramsciana. (CARVALHO, 2002, p. 62- 63).

Em junho de 2014, Olavo de Carvalho foi convidado pelo ESP para ser um dos palestrantes do 1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas. Esse fato nos permite inferir que há uma relação de simpatia entre ambas as partes, o que reforça nosso argumento de que o pensamento de Carvalho tem afinidades eletivas com o movimento Escola Sem Partido. Carvalho iniciou sua exposição, no Congresso do Escola Sem Partido, alertando os participantes de que é necessário cuidado, quando se refere à doutrinação nas escolas, pois uma doutrina é “[...] uma teoria, um conjunto coerente de teses sobre a realidade, que pode então, ser formalmente expresso e discutido.” (CARVALHO, 2014). Apesar de sua observação inicial sobre a doutrinação, ele afirma que não há mais doutrinação, nas escolas brasileiras:

O que eles estão utilizando agora é uma manipulação de comportamento que não passa pelo filtro da inteligência e, portanto, não há uma doutrinação, há uma indução de comportamento, que não passa pelo filtro das ideias. [...] O que se transmite é um conjunto de cacoetes, sentimentos, símbolos, atitudes, que são impregnadas diretamente na conduta, sem passar pelo filtro do intelecto. (CARVALHO, 2014).

Para justificar sua afirmação, indica como referência o livro *Maquiavel Pedagogo ou o ministério da reforma psicológica*, de Pascal Bernardin (2013, n.p.), que “[...] mostra as técnicas de manipulação ideológica que foram introduzidas nas escolas do mundo inteiro praticamente há mais de quarenta anos.” Carvalho (2014) prossegue sua argumentação, ressaltando que os responsáveis por introduzir tais técnicas de manipulação nas escolas do mundo todo foram, em sua maior parte, os organismos internacionais, como a ONU, a qual sugere que esteja sob o comando dos comunistas, desde sua origem.

Segundo os argumentos de Carvalho (2014), os processos de manipulação têm seu funcionamento garantido, pois se preocupam em atacar a vítima dentro de todas suas possibilidades. Ou seja, abordam-se a conduta, os sentimentos, utilizando-se diversas ferramentas, tais como o cinema, a televisão, a música e a própria educação. Portanto, é esse mecanismo que visa a atacar a juventude, em um processo de manipulação.

Assim, o pensamento intelectual da esquerda seria responsável por articular o enraizamento dos ideais provenientes desse campo do pensamento no coração da sociedade civil. Quanto à teoria de Gramsci, Olavo de Carvalho a coloca como inimiga central do desenvolvimento do país e a responsabiliza pela suposta ignorância histórica acerca dos verdadeiros fatos políticos do Brasil. “Isso, quer dizer, que nós não conhecemos a história das gerações que nos antecederam imediatamente” (CARVALHO, 2014).

Em abril de 2019, o presidente Bolsonaro compartilhou no Twitter³⁴ vídeo de uma aluna de cursinho pré-vestibular no qual discutia com uma professora que teria criticado o guru do bolsonarismo, Olavo de Carvalho. O presidente aplaudiu a atitude da estudante e afirmou que “professor tem que ensinar, e não doutrinar”.

No momento em que a “ideologia de gênero” se sobrepõe à “doutrinação marxista”, o discurso do movimento/programa Escola sem Partido dá outra guinada. A defesa de uma educação “neutra”, que era predominante até então, cede espaço à noção da primazia da família sobre a escola.

³⁴Disponível em:

https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1122466597644505089?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etwete%5Etwterm%5E1122466597644505089%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_c10&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.ufrgs.br%2Fhumanista%2F2019%2F08%2F01%2Fclima-de-guerra-o-que-dizem-professores-acusados-de-doutrinacao-e-o-fim-do-escola-sem-partido%2F. Acesso em: 30 abr. 2019 às 15:00.

O *slogan* “Meus filhos, minhas regras”, que sintetiza a *démarche* familista do movimento/programa Escola sem Partido, passou a ser repetido nas intervenções públicas do grupo e de seus aliados e também usado como *hashtag* nas redes sociais³⁵. Paródia da histórica bandeira feminista “meu corpo, minhas regras”, o lema subverte seu sentido original, que é a afirmação da autonomia e dos direitos individuais das mulheres, colocando em seu lugar a submissão absoluta das crianças a seus pais, tratadas como se fossem suas propriedades.

Durante a votação do *impeachment* da presidente da República, o fantasma da “ideologia de gênero” e da partidarização do ensino foi evocado. Três deputados justificaram seu apoio ao golpe que então se perpetrava com argumentos vinculados à doutrinação nas escolas ou à igualdade de gênero. O autor de um dos projetos afirmou votar contra o PT, que “se utiliza da política externa nacional para financiar ditaduras bolivarianas sanguinárias” e “da educação para doutrinar e assediar nossas crianças.” (MARINHO, PSDB-RN, 2016. Informação verbal).³⁶ Outro deputado, integrante da Frente Parlamentar Evangélica, votou em nome de seu filho para banir “propostas de que criança troque de sexo e aprenda sexo nas escolas, com seis anos de idade.” (MAURO, PSD-PA, 2016. Informação verbal).³⁷ Já o coordenador da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, encaminhando a votação como líder da bancada de seu partido, justificou sua posição como a posição de cristãos “contra o aborto, contra a eutanásia, contra o infanticídio, contra a ideologia de gênero.” (CARIMBÃO, PHSAL, 2016).³⁸

A vitória conservadora no Plano Nacional de Educação, em 2015, foi constantemente evocada como sendo um veto terminante a qualquer iniciativa em prol da igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual. A tribuna da Câmara foi usada para denunciar livros didáticos que “corrompem pela ideologia de gênero”, mas que foram recomendados pela comissão do Ministério da Educação que selecionou obras a serem adotadas nas escolas, levando à questão: “Quem defenderá as famílias da afronta governamental?” (DIONIZIO,

³⁵ Até onde pude ver, a frase foi cunhada por Marcello Reis, líder do grupo extremista de direita Revoltados On Line, grande parceiro do MESP, num seminário na Câmara dos Deputados sobre a Base Nacional Curricular Comum, no qual uma das quatro mesas foi “composta exclusivamente por entusiastas do movimento de direita calcado no combate a uma suposta ‘hegemonia ideológica da esquerda’ nas salas de aula país afora” (MATHIAS, 2016). A realização da mesa, como atividade oficial da Câmara, já é indício da influência desta agenda no Congresso Nacional.

³⁶ Fala proferida na sessão de 17/04/2017 de votação do *impeachment* da presidente da República.

³⁷ Idem.

³⁸ Fala proferida na sessão de 17/04/2017 de votação do *impeachment* da presidente da República.

PSDB-MS, 2016. Informação verbal).³⁹ Tais livros chegaram a ser classificados como “pornográficos” (EURICO, PSB-PE, 2016. Informação verbal).⁴⁰

O enquadramento “família *versus* ideologia de gênero” foi mobilizado pelos parlamentares conservadores, por vezes de forma bastante bruta:

Em certo aspecto, eu me animo, pois, a população está cada vez mais atenta, e questões de família e de gênero entraram na agenda política do País. Sou enfático ao manifestar minha posição: sou a favor da família e contra qualquer ideologia, incluindo a ideologia de gênero, pois sou contra a relativização de valores (GALLI, PSC-MT, 2016. Informação verbal).⁴¹ Ou ainda: A ideologia de gênero que basicamente diz que o menino não nasce menino ou que a menina não nasce menina e que a sua sexualidade será formada no decorrer no tempo, e não por influência dos seus pais, mas por um orientador educacional, pelo Governo (AGUIAR, PSD-MG, 2016. Informação verbal).⁴²

A descaracterização grotesca do que é a discussão sobre gênero é apenas uma faceta do discurso da bancada conservadora. A outra faceta é a construção de um amálgama em que família, natureza e “criação” (divina) se completam: “O ser humano, quando nasce, não nasce um ser amorfo: ou nasce homem ou nasce mulher” (FELICIANO, PSC-SP, 2016. Informação verbal)⁴³. Ou então: “A natureza é sábia e a criação, divina. Se ser homem ou ser mulher são papéis que cada um representa como quer, por que os seres humanos foram criados diferentes?”. (CAMPOS, PSD-SP, 2016. Informação verbal).⁴⁴ A educação sobre gênero é incluída como o movimento final de um processo de “decomposição da família natural”, que incluiu antes o “kit gay” (a proposta de combate à homofobia nas escolas) e a “Lei da Palmada” (ou “Lei Menino Bernardo”), a Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, que coíbe o espancamento de crianças pelos pais ou cuidadores (OLIVEIRA, PSC-RJ, 2016. Informação verbal).⁴⁵

Se as famílias tradicionais, assim como os papéis de gênero convencionais, são tanto naturais quanto de origem divina, qualquer discussão está encerrada. A ordem natural e divina é, por definição, incontestável. O discurso culmina então na defesa de valores que deveriam ser fixos, mas estão sendo “invertidos” e “trocados” (FELICIANO, PSC-SP, 2016. Informação verbal).⁴⁶ A disputa é movida para um terreno pré-político, de cruzada moral. Esse resultado, que fortalece a intervenção reacionária nos processos educativos, não seria alcançado caso o

³⁹ Fala proferida na sessão de 3/02/2016.

⁴⁰ Fala proferida na sessão de 24/02/2016.

⁴¹ Fala proferida na sessão de 3/02/2016.

⁴² Fala proferida na sessão de 15/04/2016.

⁴³ Fala proferida na sessão de 2/03/2016.

⁴⁴ Fala proferida na sessão de 3/03/2016.

⁴⁵ Fala proferida na sessão de 16/04/2016.

⁴⁶ Fala proferida na sessão de 25/02/2016.

Movimento Escola Sem Partido tivesse permanecido fiel a seu projeto original, de combate ao que apresentava como “doutrinação marxista” no ensino. É a “ideologia de gênero” e a defesa da família que o permitem.

Miguel Nagib, no dia 1 de agosto de 2019, suspendeu as atividades do Movimento Escola sem Partido afirmando que “esperava mais apoio do Presidente Jair Bolsonaro.” (NAGIB, 2019 *apud* FERREIRA, 2019). Na verdade, essa fala de Nagib foi apenas uma desculpa para não admitir o que o STF já havia consolidado, ou seja, a inconstitucionalidade do Escola Sem Partido, como veremos no decorrer da dissertação.

Outro fator que nos leva a reflexão sobre a saída de Nagib do site ancora-se no fato dele já ter conseguido seu objetivo com a abertura das escolas cívico-militares (MENEZES; SÓCRATES, 2019) em moldes semelhantes ao que se propaga o Escola sem Partido.

Todavia, as páginas eletrônicas do ESP continuaram funcionando e no facebook o movimento declarou que, a partir do encerramento, denúncias, pedidos de socorro e orientação deveriam ser dirigidos ao MEC, secretarias de educação, Ministério Público e políticos que se elegeram a partir da bandeira.

Em dezembro de 2019 retornou à Câmara dos Deputados a indicação, por meio do Presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de criar a Comissão Especial para discutir o projeto de lei 7180/14, que institui o Escola Sem Partido. O projeto, que vinha sendo analisado por uma comissão especial na Câmara dos Deputados foi arquivado no final do ano de 2018. Porém, vale ressaltar que esse arquivamento não foi definitivo, pois em 2019 foi apensado um novo projeto de lei no projeto inicial do Escola sem Partido ainda mais gravoso.

Foram 12 tentativas de votar o parecer do relator, o deputado Flavinho (PSC), sem sucesso. O texto estabelecia que o poder público não se intrometeria no processo de amadurecimento sexual dos alunos, nem permitiria qualquer forma de “dogmatismo” ou “tentativa de conversão na abordagem das questões de gênero”. Ainda estabelecia seis deveres aos professores, que deveriam ser fixados em cartazes em todas as salas de aula do Ensino Fundamental e Médio do País.

Deputados da oposição ao projeto apresentaram diversos requerimentos regimentais na tentativa de obstruir o processo e, ao fim da comissão, deram como vitoriosos por conta da votação não seguir adiante.

O deputado Marcos Rogério (DEM-RO), presidente da comissão especial, falou à imprensa após finalizar os trabalhos. “Essa matéria, desde o começo, tinha um grau de polêmica muito grande. Mas o desafio da comissão foi pautar a matéria, fazer o debate acontecer na

sociedade. O fato de votar ou não votar não significa derrota. O tema está nas escolas, nas empresas, nas ruas, esteve no debate presidencial. Se alguém pensa que não votar significa derrota, precisa olhar para as ruas” (ROGÉRIO, Informação verbal).

Em 2019, o debate retomou por conta dos Projetos de Lei 502/19 e 246/19 apresentados pelas deputadas Taliria Petrone (PSOL-RJ) e Bia Kicis (PSL-DF), respectivamente, mas ambas as matérias não foram votadas. Assim, no encerramento do ano, Rodrigo Maia anunciou que este assunto poderia voltar à tona em 2020.

Ao projeto 7.180/2014 foram apensados outros projetos que tramitam em conjunto. Todos partem de uma base comum, que é abordar o artigo 12 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, onde estabelece que a educação religiosa e moral deve ser de acordo com as convicções dos pais. Penna em reportagem ao Fiocruz apresenta que é a partir daí que vem a interpretação de que a escola não educa, apenas instrui. “É uma interpretação distorcida e que traz ainda a criminalização do professor e limitação ao extremo do ambiente escolar.” (PENNA, 2017).

Entre os pontos críticos a serem discutidos na Comissão, PENNA aponta dois que foram apensados pelo recente projeto proposto por Bia Kicis⁴⁷ – o artigo 7º, que garante o estudante o direito explícito de gravar as aulas e o artigo 8º que veda aos grêmios estudantis a promoção de atividade político-partidária. “O projeto vem evoluindo de acordo com as resistências e as demandas, a partir de seu público alvo. Eles tiraram artigos obviamente inconstitucionais e acrescentaram mais cerceamento para pluralidade de ideias e autonomia pedagógica” (PENNA, 2017, n.p.). Os parlamentares de oposição ao ESP usam a mesma estratégia emendando o projeto.

Desta forma, ganham tempo protocolar para não levar o projeto à votação, além de ampliar as discussões em torno da temática. “Todas essas iniciativas são válidas, porque precisamos usar todas as estratégias possíveis para impor barreiras a essa barbaridade, mas falta ainda uma discussão de base. Estamos montando agora uma estratégia mais propositiva” (TAVARES, 2019, n.p.)

Beatriz Kicis Torrents de Sordi é advogada, cunhada do Miguel Nagib. Estava no grupo com o Alexandre Frota, que foi visitar Mendonça Filho, então titular no MEC durante a presidência de Michel Temer, onde apresentaram as propostas do grupo Revoltados OnLine para a Educação (MARANHÃO, 2016). Possui em seu canal no Youtube vídeos feitos para o

⁴⁷ Recém-eleita deputada federal, foi procuradora da justiça do Distrito Federal, se afastando do cargo em função da aposentadoria em 2017. Dirigiu o Instituto Resgata Brasil – entidade neoconservadora – junto com Claudia Castro.

grupo Revoltados OnLine, dentre esses um criticando a lei da palmada, além de outros que aparece ao lado de Olavo de Carvalho como sua aluna e divulgadora.

Aqui vale alertar sobre a artimanha da deputada Bia kicis, através desse exercício performático da linguagem de tentar mudar o texto dos artigos sem na verdade mudar verdadeiro teor. A essa altura, já era do conhecimento da mesma, as reiteradas decisões do Superior Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade do movimento/programa Escola sem Partido.

Nesse diapasão, as autoras Perez e Mascarenhas (2019) trazem, detalhadamente, em seu artigo, intitulado: “*A INCONSTITUCIONALIDADE DO MOVIMENTO “ESCOLA SEM PARTIDO”*”, os seguintes julgados do STF, que tratam especificamente do tema sobre a “Escola sem Partido”:

(i) Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 5537-MC/AL – julgada em 21/03/2017; (ii) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 457/GO – julgada em 30/05/2017; (iii) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 461/PR – julgada em 16/06/2017; (iv) Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 4439/DF – julgada em 27/09/2017; (v) Reclamação (Rcl.) n. 33137/SC – julgada em 08/02/2019; (vi) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 548/DF – julgada em 19/03/2019. PEREZ; MASCARENHAS, 2019, n.p.).

Sendo assim, o STF já firmou entendimento de que o conteúdo materializado pelos instrumentos normativos, que veiculam as ideias do movimento “Escola Sem Partido”, esbarra na afronta aos artigos art. 1º, III, 5º, 22, XXIV, 24, IX, 205, 206, II, III, V, 214, e 227, todos estes da CF/88, bem como os artigos 2º e 3º, II, III e IV, da LDB.

Para solidificar esse entendimento, em decisão unânime, agora recentemente (24/04/2020), os ministros do STF (Superior Tribunal Federal), votaram contra uma lei municipal que vetava a discussão de gênero nas escolas (SALDAÑA, 2020). A repercussão dessa medida foi tamanha que militantes do movimento/programa Escola sem Partido, no Tweepster, sugeriram a ideia de os pais fazerem justiça com as mãos contra as decisões do STF, como se vê na imagem a seguir:

Figura 1 – Escola Sem Partido sugere que pais façam justiça contra decisões do STF



Fonte: Tweetar Escola Sem Partido (2020)⁴⁸.

Entre as expectativas para o campo mais retrógrado está a inclusão de um projeto de Lei Nº 1.411/15, de Rogério Marinho (PSDB/RN), que propunha alterar o Código Penal na tentativa de tipificar o crime de assédio ideológico, que poderia chegar de três meses a um ano de detenção e multa. Quando apresentado, o próprio Movimento Escola sem Partido publicou nota contra essa iniciativa.

O que percebe com essa situação é que o Escola Sem Partido tem criado um campo de conflito discursivo e jurídico, o qual atinge o campo educacional brasileiro, em que ataca o pensamento democrático e a garantia constitucional da pluralidade de concepções pedagógicas, de sorte a fragilizar o campo educacional e abrir espaço a discursos autoritários e potencialmente fascistas, defendidos sob o disfarce da liberdade de expressão garantida constitucionalmente.

Diante disso, faremos, nesse último item do Capítulo 1, uma análise documental do Projeto de Lei 867/2015 e o novo PL 246/2019 para uma posterior reflexão sobre os desafios à nossa formação profissional/docente.

1.3 O Projeto de Lei 867/2015 e o novo PL 246/2019: uma análise de seus principais artigos

O projeto de lei 867/2015 intitulado “Escola Sem Partido”, elaborado pelo Deputado Izalci (PSDB/DF), é constituído por 9 artigos, 17 incisos e 5 parágrafos. Os artigos tratam do que dispõe o projeto de lei, dos princípios da educação nacional segundo os idealizadores do projeto, sobre a proibição da prática de doutrinação política e ideológica, sobre a função do

⁴⁸ Disponível em: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1254168786699255812>. Acesso em: 26 abr. 2020 às 16:15.

professor, direitos dos educandos no ato da matrícula escolar, limites éticos e jurídicos da atividade docente, criação de canal de comunicação nas secretarias de educação para reclamações, sobre a aplicação do que se encontra disposto na lei e sobre sua data de publicação. Apresenta ainda, em anexo, texto referente aos deveres dos professores e uma justificativa do projeto.

Apontamos ainda no item anterior que projetos de lei semelhantes ao PL 867/2015, todos inspirados no anteprojeto de lei elaborado pelo Movimento Escola sem Partido⁴⁹, tramitavam nas Assembleias Legislativas de vários estados e municípios do Brasil.

Para efeito de nossa análise, nessa dissertação, consideraremos o que se encontra escrito no PL 867/2015 e o novo PL 246/2019, elaborado com a finalidade de substituir o anterior, que foi arquivado em 2018. Nesse sentido, nos concentraremos a analisar no PL 867/2015 o que está escrito nos artigos 2º e 4º, que citamos a seguir. Os dois artigos tratam sobre os princípios da educação nacional e sobre a função do professor, este um dos elementos importantes para o desenvolvimento do processo educativo.

Art. 2º. A educação nacional atenderá aos seguintes princípios: I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico; III - liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência; IV - liberdade de crença; V - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado; VI - educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença; VII - direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. (BRASIL, 2015).

O PL 867/2015 aponta também questões referentes à atividade profissional do docente em seu artigo 4º:

Art. 4º. No exercício de suas funções, o professor: I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária; II - não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas; III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; IV - ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito; V - respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções; VI - não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula (BRASIL, 2015).

⁴⁹ Cf. portal do Movimento. Disponível em: www.escolasempartido.org

Nesse sentido, o projeto de lei tem como objetivo suspender e submeter a sociedade a uma não mobilização e impedir a construção de transformações socioculturais, criminalizando o exercício do professor e submetendo o mesmo a avaliação dos pais, como que semelhante a um tribunal inquisitório.

É importante nesse ponto de análise considerar que a peça legislativa favorável aos princípios da ESP, atualmente em voga no Parlamento Federal, corresponde ao texto do PL n. 246/2019 de autoria da deputada Bia Kicis (PSL-DF), em virtude do arquivamento, ainda no ano de 2018 do PL 7.180/14 e seus apensados.

Em 2019, como se iniciou uma nova legislatura e o pastor evangélico da Assembleia de Deus Erivelton Santana (PATRI-BA), autor do PL 7.180/14 não conseguiu se reeleger, o referido projeto e seus apensados, entre eles o de n. 867/15 – autoria de Izalci Lucas (PSDB-DF) – não puderam mais ser desarquivados para discussão nas comissões. Por esse motivo Bia Kicis que surge no atual contexto do parlamento como a “Federal de Bolsonaro no DF”, apresenta o PL de n. 246/19.

O projeto de lei 246/2019, abrange todo o ensino público e dá liberdades apenas às escolas privadas e religiosas. Com isso, é possível fazer uma relação com a declaração do ex-ministro da educação, Ricardo Vélez-Rodríguez de que a universidade deve ser apenas para as elites (UNIVERSIDADE...2019).

O que chama atenção no PL n. 246/19 são as reformulações incorporadas no texto atual em relação às versões anteriores, como por exemplo, àquela do PL n. 867/15. Para a versão de 2019, disponibilizada para discussão na Câmara Federal, as “novidades” aparecem logo no art. 1º, com formulações mais precisas quanto aos princípios educacionais defendidos pela organização, no que diz respeito, a ajustes de redação em alguns incisos com o acréscimo de mais dois, em comparação ao PL n. 867/15 de autoria do ex-deputado federal, atual senador Izalci Lucas (PSDB-DF). O texto atual do art. 1º contém nove incisos, o anterior apenas sete.

Institui no seu artigo 4º proibições mais explícitas ao professorado, ao definir que, no exercício de suas funções, o (a) professor (a):

Art. 4º No exercício de suas funções, o professor:

I – não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;

II – não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;

III – não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

IV – ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria;

V – respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções;

VI – não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou de terceiros, dentro da sala de aula (BRASIL, 2019).

Essas disposições, que dão a entender uma aparente preocupação com a pluralidade de opiniões dentro da sala de aula, na verdade representam uma verdadeira mordça para o magistério. O artigo 6º, parágrafo único, procura envolver os pais na censura ideológica aos professores, ao determinar que:

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, as escolas deverão apresentar e entregar aos pais ou responsáveis pelos estudantes material informativo que possibilite o pleno conhecimento dos temas ministrados e dos enfoques adotados (BRASIL, 2019).

Tem o mesmo sentido o artigo 7º:

Art. 7º É assegurado aos estudantes o direito de gravar as aulas, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola. (BRASIL, 2019).

No caso específico do art. 7º a discussão jurídica fica posta em virtude deste ratificar em seu conteúdo o “direito” de estudantes gravar as aulas sem a devida autorização das/os professoras/es, sob o argumento que estes sujeitos fazem parte de um espaço público, no caso, a escola.

O argumento adotado por defensoras/es da ESP é contestado pelo “Movimento Educação Democrática”, contestação endossada pela “Frente Nacional Escola sem Mordça” que compreendem ser o conteúdo das aulas de autoria de professoras/es, um direito que lhe assiste do ponto de vista da autoria, portanto, só poderá ser gravado e publicizado caso tenha sua autorização expressa. Em outra ponta suscita, também, a discussão sobre o direito de imagem, já que, a ninguém está permitido fazer imagens de outrem sem que haja um acordo entre ambas as partes. Garantia estabelecida pela Constituição Federal de 1988, no seu art. 5º, inciso X:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: ...

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; [...]. (BRASIL, 1988).

Igualmente grave é o artigo 8º, que de modo totalmente inconstitucional proíbe os estudantes de fazer política “é vedada aos grêmios estudantis a promoção de atividade político-partidária” (BRASIL, 1988).

Um ataque gravíssimo às liberdades democráticas e ao direito do exercício de cidadania plena como forma de emancipação humana. Uma estratégia que tem por trás o interesse da extrema direita de coibir qualquer forma de organização política e coletiva de estudantes da educação básica, em função do trauma e da paranoia que o movimento de ocupação das escolas em todo país, entre 2015-2016, acabou gerando nas/os neoconservadoras/es à frente do poder.

O artigo 10º define como ato de “improbidade administrativa contra os princípios da administração pública” a não fixação de cartazes, em locais específicos do espaço escolar, com o que a ESP classifica “deveres do professor”, mas Penna (2016) – coordenador do “Movimento Educação Democrática” – assevera que são “proibições” à atividade docente. Nesse aspecto se reforça a delação, o punitivismo e a perseguição sobre aquelas/es professoras/es que não se enquadrarem dentro da caixinha de moralismos e “disciplinarização dos corpos” (FREIRE, 1987). Parafrazeando Paulo Freire (1987), a punição e a perseguição recaem sobre as/os que não admitirem o retorno a perspectiva da “educação bancária”, concepção altamente danosa para o desenvolvimento integral da afetividade, da cognição, autonomia e liberdade de crianças, adolescentes e jovens.

Como o projeto de lei aplica-se também aos sistemas de ensino da União e dos Estados, depreende-se que, se eventualmente aprovado, as atividades de centros acadêmicos e diretórios das universidades estarão sujeitas à criminalização. É “fato notório”, afirma a deputada do PSL na justificativa do projeto de lei, “[...] que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas, bem como para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis” (NOVA ESCOLA, 2019, n.p.).

Segundo a justificativa, tal “realidade” foi “amplamente comprovada pela Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre o PL 7.180/2014 e apensados, conhecida como Comissão Escola sem Partido”, de modo que “entendemos que é necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas e a

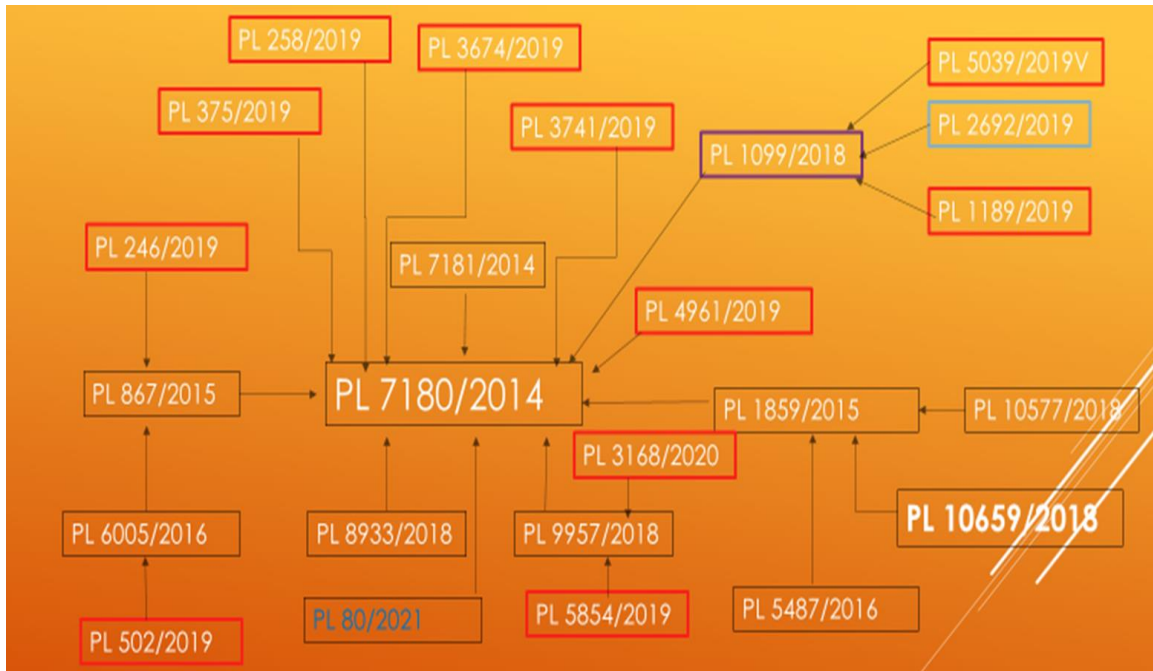
usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” (CARTA CAPITAL, 2021).

Ainda segundo Bia Kicis (ADUSP, 2019) a liberdade de ensinar, assegurada pelo artigo 206, II, da Constituição Federal, “[...] não se confunde com liberdade de expressão; não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente, sob pena de ser anulada a liberdade de consciência e de crença dos estudantes que formam, em sala de aula, uma audiência cativa”. (ADUSP, 2019). A liberdade de ensinar, continua a justificativa, “[...] obviamente, não confere ao professor o direito de se aproveitar do seu cargo e da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”.

Em resumo, o PL 246/2019 procura estabelecer mecanismos que exerçam total controle do corpo docente, chocando-se frontalmente com a liberdade de cátedra que deve caracterizar a docência, e também do corpo discente. De modo cínico, o inciso IV do artigo 1º do próprio projeto define como um dos princípios do “Programa Escola sem Partido” a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Ora, o PL de Bia Kicis, tal como o anterior, é uma verdadeira afronta à liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, bem como à liberdade de aprender. Sendo assim, finalizaremos esse tópico com a árvore de pensamento de como se desdobra o Escola sem Partido nos dias atuais, apresentada na figura 2, a seguir.

Em relação ao todo, aqui, para essa dissertação, nos concentramos nos principais temas que serão trabalhados no capítulo 2, quais sejam: o que está em jogo levando em consideração a carta de defesa do Escola sem Partido; o ataque a pedagogia freireana; e o ataque à autonomia dos professores.

Figura 2 - árvore de pensamento de como se desdobra o Escola sem Partido



Fonte: Imagem cedida pela Professora doutora Flávia do Bonsucesso Teixeira (2020)

2 REFLEXÕES EM TORNO DO ESCOLA SEM PARTIDO E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

“Os buracos negros sugam tudo o que está por perto, e ninguém sabe o que existe ao certo lá dentro. É mais ou menos assim que funciona a sala de aula nesta geração. Os militantes disfarçados de professores sugam todo o “óbvio” e transformam em algo que ninguém sabe o que é.[...]” (SIMÃO, 2020).

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (FREIRE, 2002).

2.1 Carta de defesa do Escola sem Partido: o que está em jogo?

Na tentativa de a todo custo alavancar o Escola sem Partido, o promotor e fundador do movimento/programa, articula uma aproximação com o legislativo após reiteradas decisões do STF em desfavor desses projetos. Com o intuito de obter êxito nesse propósito, Nagib lança a Carta de defesa do Escola sem Partido (NAGIB, 2008), na qual conta com centenas de assinaturas de promotores aliados e com interesses em comum.

Percebe-se que o movimento utiliza a estratégia de não divulgar suas alianças com institutos liberais, mas faz questão de alardear parcerias com partidos, parlamentares e grupos conservadores para conseguir adeptos. Para ilustrar tal fato, trataremos nesse manuscrito dos artifícios utilizados pelo movimento nos trabalhos da Comissão Escola sem Partido instalada na Câmara dos Deputados em Brasília.

A elaboração de leis (além de outras atribuições, como a fiscalização dos atos do Poder Executivo) compete ao Poder Legislativo, que no âmbito federal⁵⁰ é constituído pelo Congresso Nacional que, desde 1891, é composto por duas Casas Legislativas autônomas: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal⁵¹(BICALHO, 2016).

A Câmara dos Deputados é constituída pelos representantes eleitos em número proporcional ao da população de cada estado e do Distrito Federal, para um mandato de quatro

⁵⁰ Nos estados, o Poder Legislativo é composto pelas Assembleias Legislativas e Tribunal de Contas do Estado, e, nos municípios, pelas Câmaras Municipais e Tribunal de Contas dos Municípios. Neste capítulo discutiremos apenas o Poder Legislativo Federal, embora a lógica de funcionamento seja a mesma. E, por conseguinte, a atuação de uma Psicologia Jurídica legislativa também.

⁵¹ Integra ainda, ao Poder Legislativo Federal, o Tribunal de Contas da União, órgão que auxilia o Congresso Nacional nas atividades de controle e fiscalização externa (fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração pública direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas). Por não ser um órgão para o qual compete a elaboração de leis, neste capítulo o funcionamento de tal instituição não será mencionado.

anos. Na quinquagésima quinta legislatura da história política do país⁵² – iniciada no ano de 2015 –, a Câmara passou a contar com 513 membros, sendo que o estado de São Paulo tem o maior número de deputados eleitos, com setenta representantes: o número máximo por estado permitido pela Constituição. Os estados de menor população elegem o número mínimo previsto constitucionalmente: oito deputados cada um (BICALHO, 2016).

O Senado Federal, embora também composto por membros escolhidos em eleição direta pelo povo (para um mandato de oito anos), representa os interesses dos estados e do Distrito Federal como unidades da federação, independente do tamanho da respectiva população. Por isso, o número de senadores eleitos por estado e pelo Distrito Federal não é proporcional ao número de habitantes, mas fixo: três por unidade da federação, totalizando hoje 81 membros na Casa (LEMOS, 2008).

Os trabalhos de elaboração de leis se desenvolvem basicamente em duas fases distintas em cada Casa Legislativa: o momento em que os projetos tramitam nas comissões⁵³, e após o momento em que os projetos são discutidos e votados em Plenário.

Chama a atenção também que os trinta deputados titulares e igual número de suplentes que compõem a Comissão Especial⁵⁴ são, em sua maioria, membros da Frente Parlamentar Evangélica (mais conhecida como bancada da Bíblia), da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, da Frente Parlamentar de Segurança Pública (mais conhecida como bancada da bala), como descrito no quadro 2, a seguir.

A Comissão Especial – destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7180, de 2014, do Sr. Erivelton Santana e apensados, é composta dos seguintes membros: Presidente – Marcos

⁵² Com a proclamação da República, a tradição constitucional brasileira espelhou-se no modelo norte-americano para criar um Legislativo federal bicameral, dividindo-o em duas vertentes, uma a representar os estados federados, com senadores eleitos pelo sistema majoritário, e outra o povo, com deputados eleitos pelo sistema proporcional, formando, portanto, duas câmaras mutuamente revisoras. Foram exceções as Constituições de 1934 e 1937, que preconizavam o unicameralismo. A doutrina republicana entende que o bicameralismo é o sistema mais apropriado às federações, ao apontar o Senado como a câmara representativa dos estados federados (ARAÚJO, 2012).

⁵³ A Câmara Federal possui, hoje, vinte comissões permanentes: Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; Comissão de Defesa do Consumidor; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Comissão de Desenvolvimento Urbano; Comissão de Direitos Humanos e Minorias; Comissão de Educação e Cultura; Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; Comissão de Legislação Participativa; Comissão de Minas e Energia; Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Comissão de Seguridade Social e Família; Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Comissão de Viação e Transportes; Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Comissão de Turismo e Desporto. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/comissoes/comissoes-permanentes>
Acesso em: 20 jun 2020.

⁵⁴ Cf. Documento de criação da Comissão (MARANHÃO, 2016).

Rogério (DEM/RO); 1º Vice-Presidente - Pastor Eurico (PHS/PE); 2º Vice-Presidente: Lincoln Portela (PRB/MG); 3º Vice-Presidente – Hido Rocha (PMDB/MA); Relator – Flavinho (PSB/SP).

Quadro 2 - Comissão Especial PL7180/14

Comissão Especial PL7180/14	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PODE/PMN/PRP/ PSDC/PEN/PRTB	
Alan Rick PRB/AC (Gab. 650-IV) - vaga do PR (*) (#)	(*) (#) Arnaldo Faria de Sá PTB/SP (Gab. 929-IV)
Antonio Bulhões PRB/SP (Gab. 327-IV) (*) (#)	(*) Carlos Andrade PHS/RR (Gab. 758-IV)
Bacelar PODE/BA (Gab. 381-III) (#)	(*) (#) Ezequiel Teixeira PODE/RJ (Gab. 210-IV)
Darciso Perondi PMDB/RS (Gab. 518-IV) (#)	(*) (#) José Carlos Aleluia DEM/BA (Gab. 854-IV)
Delegado Francischini SD/PR (Gab. 265-III)	Junior Marreca PEN/MA (Gab. 537-IV)
Eduardo Bolsonaro PSC/SP (Gab. 481-III) (*) (#) (°)	(#) Mauro Pereira PMDB/RS (Gab. 843-IV)
Hildo Rocha PMDB/MA (Gab. 734-IV) (#)	(°) Pr. Marco Feliciano PSC/SP (Gab. 254-IV)
João Campos PRB/GO (Gab. 315-IV) - vaga do PPS (*) (#)	(°) Roberto Alves PRB/SP (Gab. 946-IV)
Josué Bengtson PTB/PA (Gab. 505-IV) (*) (°)	(°) Soraya Santos PMDB/RJ (Gab. 352-IV)
Lincoln Portela PRB/MG (Gab. 615-IV) (*) (#)	(°) Sôstenes Cavalcante DEM/RJ (Gab. 560-IV) - vaga do PSD
Marcos Rogério DEM/RO (Gab. 930-IV) (*)	4 vaga(s)
Pastor Eurico PHS/PE (Gab. 906-IV) (*) (#)	
Ricardo Izar PF/SP (Gab. 634-IV) (*) (°)	
2 vaga(s)	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Jefferson Campos PSD/SP (Gab. 346-IV) (*) (#)	(°) (*) (#) Joaquim Passarinho PSD/PA (Gab. 339-IV)
Paulo Freire PR/SP (Gab. 416-IV) (*) (#) (°)	(Deputado do DEM ocupa a vaga)
Paulo Pimenta PT/RS (Gab. 552-IV) (#) (°)	7 vaga(s)
Pedro Uczai PT/SC (Gab. 229-IV) (*) (°)	
Professora Marcivânia PCdoB/AP (Gab. 338-IV)	
(Deputado do PRB ocupa a vaga)	
3 vaga(s)	
PSDB/PSB/PPS/PV	
Creuza Pereira PSB/PE (Gab. 662-IV) (#)	(°) Átila Lira PSB/PI (Gab. 640-IV)
Fábio Sousa PSDB/GO (Gab. 271-III) (*) (#)	Daniilo Cabral PSB/PE (Gab. 423-IV)
Flavinho PSB/SP (Gab. 369-III) (*) (°)	(°) (*) (#) Izalci Lucas PSDB/DF (Gab. 602-IV)
Rogério Marinho PSDB/RN (Gab. 446-IV) (#)	3 vaga(s)
(Deputado do PRB ocupa a vaga)	
1 vaga(s)	
PDT	
Pompeo de Mattos PDT/RS (Gab. 704-IV) (*) (#)	1 vaga(s)
PSOL	
Glauber Braga PSOL/RJ (Gab. 362-IV)	Jean Wyllys PSOL/RJ (Gab. 646-IV)

Fonte: Câmara dos Deputados (2018).⁵⁵

(*) Membro da Frente Parlamentar Evangélica – (mais conhecida como Bancada da Bíblia); (#) Membro da Frente Parlamentar de Segurança Pública (mais conhecida como Bancada da Bala); (°) Membro da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana.

Como afirmou o deputado Bacelar (PODE/BA), quando presidiu o Seminário da Comissão Especial ESP em Salvador,

⁵⁵ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 17 ago. 2018 às 19:30.

Na Comissão nós vamos perder. São 39 membros e nós só temos 8 votos. Essa Comissão foi tirada a dedo, porque além do caráter político tem o caráter religioso. O presidente da Comissão é pastor, o relator é o líder do movimento carismático da Igreja católica,[...] é o pastor Marco Feliciano, é o pastor [inaudível] [...] É uma concentração religiosa muito grande. (BACELAR, 2017. Informação verbal).⁵⁶

O fato de quase todos os deputados pertencerem a uma Frente Parlamentar de cunho religioso e/ou punitivista não implicaria em problema algum se estes não se utilizassem do espaço da Comissão para abordar pautas sociais com o intuito de instaurar pânico moral (COHEN, [NI]apud MISKOLCI, 2007) ou guerras psicológicas (MARTIN-BARÓ, 2017), para assim fazer valer a sua visão de mundo como verdade única.

Em fevereiro de 2017, iniciaram as audiências públicas, que podem ser requisitadas pelo relator ou qualquer outro deputado que faça parte da Comissão, mediante aprovação do plenário. Segundo o Plano de Trabalho da Comissão⁵⁷, visando a um processo o mais democrático e transparente possível e que se possa chegar a um excelente relatório final, essas audiências têm acontecido periodicamente nos plenários da Câmara Federal, em Brasília, e, priorizam a colaboração de órgãos, instituições, entidades e pessoas jurídicas, públicas e privadas, e representantes da sociedade civil que tenham relação com a matéria objeto de deliberação, ou seja, o PL 7.180/2014 e seus apensados.

Mas, ao contrário de um processo o mais democrático e transparente possível, o que se instala é um ambiente hostil e de polarização. Os convidados que se colocam contra o ESP são invariavelmente atacados, interrompidos em suas falas e desqualificados pelo público presente, que sempre conta com maioria favorável ao ESP, e por parlamentares que advogam a favor da causa, ameaçando as liberdades constitucionalmente asseguradas.

O cenário é descrito por Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e um dos convidados a participar de audiência pública na Comissão Especial Escola sem Partido realizada no dia 07 de março de 2017.

Quando a gente vai no Congresso Nacional a situação é mais ou menos a seguinte: pelo menos foi quando eu fui e acho que com o Fernando (Penna) foi também, era eu contra o ESP, o plenário todo com militantes do ESP, todos os deputados favoráveis ao ESP e só o Bacelar, que é o deputado da Bahia, que era contrário também ao ESP e tinha três minutos de fala. (CARA, 2017. Informação verbal).⁵⁸

⁵⁶ Fala proferida no Seminário da Comissão Especial da Câmara Federal realizado na Câmara Municipal de Salvador no dia 29 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VzEAMolBb24>. Acesso em: 17/06/2018 às 23:20.

⁵⁷ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/documentos/outros-documentos/plano-de-trabalho>. Acesso em: 22 abr. 2018 às 15:20.

⁵⁸ Fala realizada na mesa “Por uma Educação Democrática”, no dia 29 de junho de 2017 por ocasião da fundação do Movimento Educação Democrática.

Ao final da exposição dos convidados, os deputados podem fazer considerações finais, e quase todas manipulam um discurso moralista e de contraposição ao comunismo, ao marxismo, ao “esquerdismo”, às lutas das minorias, à “ideologia de gênero”⁵⁹, entre outros. Clamam por punição aos professores que se “aliam” a essas causas, e não raramente atacam parlamentares de partidos de esquerda.

É o cúmulo do absurdo o que nós estamos vivendo hoje em dia, Sr presidente. E é muito bonito, o Toni Reis veio aqui e falou (em) desenvolvimento da pessoa humana, aprender e ensinar, divulgar o saber e depois me surpreendeu, deputado Lincoln, quando falou que o PNE foi aprovado aqui através de acordo. Ora, então o que o MEC fez com os planos municipais de educação, atropelando o PNE e sugerindo que todos os planos municipais de educação contivessem a ideologia de gênero? E depois a Base Nacional Comum Curricular, que o então governo Dilma Rousseff mandou para essa casa, recheado de ideologia de gênero em todas as matérias [...]. Isso não vai entrar na escola. E aqui eu abro um parêntese para fazer uma crítica ao professor Miguel Nagib e ao ESP. Está aqui uma foto, provavelmente aqui são professores rindo, e com o seguinte dizer no cartaz: Sou professor e vou falar de gênero para seu filho e sua filha. Para ser bem otimista, presidente, é falando dane-se para todo mundo que está aqui, e na nossa cara. O projeto ESP tem que prever uma criminalização, uma pena, porque eles sabem o que estão fazendo. E estão fazendo de tão ruim que esses 13 anos de PT vão ser difíceis de serem recuperados. A economia a gente corre atrás. Corrupção, a gente pode debater um punhado de lei. Agora, a molecada formada na escola, nesse pensamento de Paulo Freire, isso aí vai demorar décadas. Eles estão na verdade é mudando aqui a estratégia. Passaram do Marx, tentaram tomar quartéis no passado. Não conseguiram graças aos militares. Obrigado, militares de 64! E tentam agora através de Gramsci, filósofo italiano, que prega o seguinte: Não tomem quartéis, tomem escolas! E têm feito esse trabalho (BOLSONARO E. PSC-SP. Informação verbal).⁶⁰

Esses discursos inflamados dos parlamentares são postados em suas respectivas páginas nas redes sociais e replicados em muitas outras páginas do Facebook e também do Youtube, como, por exemplo, nas páginas do MBL, da Caneta Desesquerdizadora⁶¹ ou dos Revoltados ON LINE. Nessas páginas, é possível encontrar vídeos com os seguintes títulos: Eduardo

⁵⁹ O termo “ideologia de gênero” foi inventado por movimentos conservadores para manipular a opinião pública e fazê-la acreditar que discutir gênero na escola seria um meio de inculcar nos alunos “valores imorais” sobre sexo e a possibilidade de escolher ser menino ou menina, colocando em risco a dita “família tradicional brasileira” (CASSAL; MONTEIRO; BICALHO, 2011). É importante destacar que discutir gênero em sala de aula não tem nada a ver com isso. Para maiores problematizações: Bortolini *et al.* (2014).

⁶⁰ Considerações proferidas na Audiência Pública da Comissão Especial do ESP na Câmara Federal, no dia 07/02/2017 às 17:52. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/reunioes/pesquisa/videoArquivo?codSessao=58780&codReuniao=45974#videoTitulo>. Acesso em 17 abr. 2019 às 18:50.

⁶¹ Pedro Paulo Bicalho, um dos autores deste artigo, já teve perfil criado pela Caneta Desesquerdizadora, por época de manifestação pública contra a decisão liminar de juiz do Tribunal Regional Federal da 1a. Região, acerca do projeto de reorientação sexual que visa descaracterizar a resolução 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia (decisão popularmente conhecida por projeto da cura gay). Em apenas quatro horas após a postagem, já havia mais de duas mil curtidas, quinhentos compartilhamentos e duzentos comentários na rede, em sua grande maioria contendo discursos de ódio. (BICALHO, [SI]).

Bolsonaro defende Escola Sem Partido⁶²; Eduardo Bolsonaro e Feliciano fazem presidenta da UNE passar vergonha durante debate⁶³; Eduardo Bolsonaro desbanca líder LGBT, adorador de Paulo Freire⁶⁴.

Os títulos dados aos vídeos dos parlamentares manifestam discursos de ódio às pessoas que adotam uma postura contrária ao ESP. E o movimento se aproveita da polarização política, que se instaurou no Brasil nos últimos anos, para construir o perfil de um novo inimigo político: o dito professor doutrinador. Sendo assim, o ESP se utiliza do discurso de que crianças e adolescentes não têm como escapar da doutrinação imposta por professores por serem audiência cativa, e de que esses mesmos professores estariam usurpando das famílias o direito de dar educação moral aos filhos de acordo com suas próprias convicções, para instaurar o medo como operador político. Está instaurada, assim, a sociedade com base na produção do medo, pois é através deste sentimento que passamos a ver o mundo e a nos situar nele. (MOREIRA; FULTON; UZIEL; BICALHO, 2010, p. 300).

Senhor presidente, Senhor relator, quando tiver um projeto como esse eu acho que nós temos que ter primeiro uma decisão, um posicionamento nesse Brasil. De quem é a responsabilidade principal na educação dos nossos filhos? É da família ou é da escola? Onde é que se forma o caráter das crianças, dos nossos filhos... é dentro da família ou na escola? Eu acho que é na família. Eu acho que a escola, ela é um complemento. Ela complementa, ela ajuda, ela complementa a educação. Então, [...] nós temos que pensar que a escola não pode se contrapor à família. Ela não pode se contrapor a pensamentos que a família traz. (PASSARINHO – PSD-PA. Informação verbal).⁶⁵

Zaffaroni (2011) descreve o autoritarismo *cool* do século XXI como uma guerra sem inimigo definido; o único inimigo que invariavelmente reconhece é o mesmo de todo autoritarismo: quem confronta seu discurso (ZAFFARONI, 2011, p.78). Relata que esse tipo de autoritarismo foi desenvolvido nos Estados Unidos após o final da Guerra Fria e do advento da globalização, e mostra que esse discurso ideologicamente conservador e controlador se espalhou de maneira diferenciada na América Latina, onde a polarização de riqueza acentuada pela economia globalizada deteriorou gravemente as classes médias, tornando-as anômicas. (ZAFFARONI, 2011, p.72). Segundo ele:

⁶²Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vcpUHlioZnk>. Acesso em 17 abr. 2019 às 18:50.

⁶³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m6wObTz7ukA>. Acesso em 17 abr. 2019 às 18:50.

⁶⁴Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uRVkrtGOxEQ>. Acesso em 17 abr. 2019 às 18:50.

⁶⁵ Considerações proferidas na Audiência Pública da Comissão Especial do ESP na Câmara Federal, no dia 07/02/2017 às 17:48:55. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/reunioes/pesquisa/videoArquivo?codSessao=58780&codReuniao=45974#videoTitulo>. Acesso em: 17 abr. 2019 às 18:50.

[...] a anomia avança no sentido originário de Durkheim e o discurso popularesco, grosseiro e primitivo tem maior aceitação porque parece compensar a segurança perdida por causa da globalização: a sociedade perde coesão e está ávida por um discurso que lhe devolva essa perspectiva, por primitivo, vingativo e volkisch que seja: a coesão é alcançada através de um discurso simplista que clama pela vingança pura e simples. Dado que a mensagem é facilmente propagada, rentável para os empresários da comunicação social, funcional para o controle dos excluídos, bem-sucedida entre eles e satisfatória para as classes médias degradadas, não é raro que políticos se apoderem desse discurso e até o disputem [...]. Assim se impõe o discurso único do novo autoritarismo (ZAFFARONI, 2011, p. 72-73).

Um dos argumentos mais utilizados pelo ESP para mobilizar o medo nas famílias, provocar pânico moral (COHEN, [SI] apud MISKOLCI, 2007) ou guerras psicológicas (Martin-Baró, 1987) e conseguir adesão da população é o da implantação da ideologia de gênero nas escolas. Isso aparece em memes divulgados na página do ESP, como descreve Penna (2016):

Na minha opinião, a imagem mais chocante de todas é a que reproduzo abaixo, que tem relação com o termo ideologia de gênero. Este termo foi criado por grupos que tentam desqualificar e, até mesmo, demonizar o trabalho com a questão de gênero nas salas de aula. A meta, em grande parte já alcançada, é criar um termo que remeta a medos difusos de que as crianças aprenderiam a ser gays e lésbicas em sala de aula e que os professores estariam tentando destruir a família tradicional. (PENNA, 2016. Informação verbal).⁶⁶

E aparece também em discursos proferidos pelos deputados da Comissão:

Porque o que eles têm é a imposição doutrinária. O que eles têm é a doutrinação ideológica nas escolas. Homem não nasce homem. Mulher não nasce mulher. Mas gay nasce gay. Onde nós estamos? A que ponto a irracionalidade bateu no ser humano? A que ponto? (PORTELA – PRB-MG. Informação verbal).⁶⁷

Segundo Cohen ([SI] apud MISKOLCI, 2007, p. 111), um pânico moral emerge quando:

⁶⁶Considerações proferidas na Audiência Pública da Comissão Especial do ESP na Câmara Federal, no dia 07/02/2017 às 17:28. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/reunioes/pesquisa/videoArquivo?codSessao=58780&codReuniao=45974#videoTitulo>. Acesso em: 17 abr. 2019 às 18:50.

⁶⁷Considerações proferidas na Audiência Pública da Comissão Especial do ESP na Câmara Federal, no dia 07/02/2017 às 17:56. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/reunioes/pesquisa/videoArquivo?codSessao=58780&codReuniao=45974#videoTitulo>. Acesso em: 17 abr. 2019 às 18:50.

Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas [...]. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende.

Segundo Martin-Baró (1987, p. 277), a guerra psicológica tem como foco quebrar a pessoa, acabar com sua autonomia e sua capacidade de oposição, não dar espaço para sua liberdade e suas opções, e se utiliza de um método cujo principal recurso é instalar um sentimento de insegurança para influenciar as pessoas por inteiro ganhando seus corações e suas mentes para que se submetam aos ditames do poder. Deve-se destacar que essa guerra psicológica, embora tenha sido utilizada há 30 anos em El Salvador por grupos diferentes e em um contexto social específico daquele país, tem muito em comum com as táticas que o ESP tem promovido contra os professores no Brasil de hoje. Ou seja, utilizando-se de categorias como neutralidade científica em sobreposição à liberdade de expressão e de pensamento, o que se quer é estabelecer o controle do trabalho de professores e técnicos da educação para que eles atuem apenas instruindo, docilizando corpos de estudantes e produzindo subjetividades serializadas, úteis somente a determinadas correntes ideológicas, religiosas e econômicas que estão a serviço do controle social.

Foucault (1979, p. 289), em seu livro “*Microfísica do poder*”, aponta que governar é promover condutas e que, para tanto, deve-se operar no triângulo soberania-disciplina-gestão governamental e ter como alvo a população. De acordo com o autor: Quando se quiser obter alguma coisa da população – quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo, etc. – é pela família que se deverá passar. De modelo, a família vai tornar-se instrumento, e instrumento privilegiado, para o governo da população.

É nesse sentido que atua a máxima meu filho, minhas regras, propagada pelo projeto em discussão. Para conseguir maior adesão da população e justificar a proteção da família, da criança e do adolescente, o projeto inventa categorias como a ideologia de gênero que, segundo propaganda partidária veiculada na mídia televisiva, é defendida pelo professor com a intenção de fazer a cabeça da criança desde a educação infantil, ou como menino pode ser menina, e menina pode ser menino. Daí em diante, passa-se a defender que questões morais, religiosas e ideológicas seriam propriedade privada da educação familiar, enquanto ao professor se destinaria a função de apenas instruir. Utilizando-se de categorias como neutralidade científica

em sobreposição à liberdade de expressão e de pensamento, o que o projeto Escola sem Partido defende é o controle do trabalho de professores e técnicos da educação para que eles atuem apenas na produção de subjetividades normalizadas (SCRIVANO; CUNHA; BICALHO, 2017).

O Escola sem Partido acompanha a polarização que se instaurou no país nos últimos anos para em nome da educação manipular um discurso de cuidado com vistas ao controle da população. O movimento favorece determinadas correntes ideológicas e religiosas para dizer à população como deve ser, viver, silenciar e morrer e produzir subjetividades serializadas, úteis ao mercado neoliberal.

Além disso, o Escola sem Partido integrou a plataforma que elegeu o presidente Jair Messias Bolsonaro, portanto, é um projeto de nação, obscurantista que ultrapassa a discussão econômica.

2.2 O ataque à pedagogia freireana: Por que Paulo Freire?

O ataque a Paulo Freire e ao seu legado, com a proposta no senado de retirar do educador recifense e, ao mesmo tempo universal, o título de Patrono da Educação Brasileira ocorre a partir do golpe de Estado aplicado em 2016, contra a ex-presidente da República Dilma Rousseff, quando começam as tentativas de se estabelecer um contexto de pensamento único cujo objetivo era o de fortalecer o ambiente de tolhimento da liberdade de expressão e no enaltecimento da intolerância e de tendências autoritárias.

As eleições, movidas por debates agressivos, tóxicos, que se espalharam pelas redes sociais, em aplicativos de celular, em rodas de conversa, em grupos familiares, estimulados, especialmente, pela televisão, expõem a violação de nossa democracia, agravadas pelo golpe de Estado de 2016.

Desde então, movimentos conservadores miraram em Paulo Freire, acusando-o de ser um grande líder da doutrinação ideológica que impera na educação brasileira. Tais acusações, evidentemente sem nenhum componente científico, passaram a vigorar fortemente em setores da Direita, e serviram de pretexto, por exemplo, para consolidação do movimento/programa “Escola sem Partido”.

Uma verificação no YouTube nos indica uma série de vídeos em que pessoas resolvem opinar negativamente a respeito da obra freireana⁶⁸. Analisando os três vídeos mais acessados, percebemos os seguintes pontos em comum: Paulo Freire seria o ideólogo do comunismo e, portanto, o responsável pela doutrinação de esquerda especialmente nas escolas públicas brasileiras já há três décadas, no mínimo. Fora isso, ele também é “adorador de Che Guevara”; “admirador do stalinismo”; e “ideólogo do Partido dos Trabalhadores”. Concluimos nesses discursos que pouco importa se Freire nunca elogiou Stálin em sua obra, nem se o PT nasceu bem depois de suas incursões bibliográficas. Em relação a Guevara, sem dúvida Paulo Freire nutria por ele grande admiração, enxergando na figura de “Che” um revolucionário que acreditava em sua utopia, na busca por um mundo mais justo compactuado pelos oprimidos.

Portanto, trata-se de extrema relevância resgatar o pensamento de Paulo Freire pois no atual momento político vivenciado pelo Brasil, suas ideias se tornam mais contemporâneas do que nunca. Tempos políticos instáveis, de descrédito na esperança e nítidas sensações de retrocesso por parte de um governo com fortes traços conservadores.

Os grupos apoiadores do movimento/programa Escola sem Partido são os que estão na linha de frente no ataque as ideias de Paulo Freire, reivindicando uma educação neutra, acusando os professores de “doutrinadores esquerdistas” e a Freire também de ser um “doutrinador”⁶⁹.

Em um debate realizado no dia 26 de julho de 2016, na TV Futura, o advogado Miguel Nagib, fundador e presidente do Movimento Escola Sem Partido, descreveu Paulo Freire como um pedagogo do Partido dos Trabalhadores (PT) que usou toda a pedagogia progressista para promover os interesses do partido. Na sequência, Nagib afirmou que o professor não tem o direito de exercer sua liberdade de expressão em sala de aula, pois, se assim o fizer, o aluno não terá direito de consciência e de crença, pois o aluno é uma audiência cativa do professor (NAGIB, 2016. Informação verbal)⁷⁰.

⁶⁸ Eis uma listagem com os vídeos mais acessados, cuja temática é crítica em relação à obra freireana: “Olavo de Carvalho fala algumas verdades sobre Paulo Freire” (242 mil visualizações). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ag-kqDBFkAE>. “O vigarista Paulo Freire” (352 mil visualizações). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I6qb2gMSqgQ>. “Desconstruindo Paulo Freire – o patrono da educação brasileira” (15.355 visualizações). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PsOD2Ic3Sjk>. Acesso em: 07/07/2019 às 20:30.

⁶⁹ Há no site do Movimento Escola Sem Partido vários textos que se referem a Paulo Freire como doutrinador, bem como os seus “seguidores”. Como exemplo ver: Na imagem, a cabeça de Paulo Freire aparece aberta com a frase: “Paulo Freire: transformando analfabetos inocentes em analfabetos comunistas desde 1963”. Disponível em: <https://escolasempartido.org/>. Acesso em: 8 de nov. 2016.

⁷⁰ Participaram do debate Miguel Nagib e o professor doutor. Fernando Penna, da UFF. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J2v7PA1RNqk&t=2948s>. Acesso em: 8 de nov. 2016 às 22:00.

A mencionada entrevista deixa implícito ideias conservadoras, à medida que transforma o professor em um mero transmissor de conteúdo. Mas para Freire, os educandos não são passivos e submissos, mas investigadores críticos, questionadores, que estão livres para construir novas leituras da realidade. Assim:

A educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir “conhecimentos” e valores aos educandos meros pacientes à maneira da “educação bancária”, mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos. Sem esta não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos em torno de um mesmo objeto cognoscível (FREIRE, 1987, p.39).

Do ponto de vista de Freire, a educação não se vale pelo autoritarismo, pela doutrinação, e sim por um espaço de questionamentos, diálogos, onde o professor não é o detentor do conhecimento. Numa sala de aula, o professor direciona os debates para além dos conteúdos, ou seja, para a vida concreta. E no mundo real, inclusive temas como política estão presentes na vida dos nossos alunos. Essa ponte entre o mundo real e a sala de aula só é concretizada quando os professores não são vigiados ou suspeitos de doutrinação.

Em várias postagens, em sua página no Facebook, o movimento/programa Escola sem Partido dissocia educação de ensino e educação de política⁷¹. Na visão desse movimento/programa a articulação desses termos produziria a redução da qualidade do ensino e a perda do caráter instrutivo do ensino, facilitando práticas doutrinárias e ideológicas em sala de aula.

Para Moreira (2013), enquanto a educação diz respeito à promoção de sentimentos e hábitos que permitam ao indivíduo se adaptar ao meio em que vive, a instrução se refere à questão de transferência de conhecimentos e habilidades que assegurem às pessoas formas de se inserirem, de maneira competente, no mercado de trabalho.

[..] cruzamos na vida com pessoas instruídas e mal-educadas; e conhecemos analfabetos com esmerada educação. A instrução, por si mesma, não dá felicidade. Porém é difícil conceber que um homem bem-educado venha a ser infeliz. Sabemos que os jovens e as crianças podem sofrer motivações de várias pessoas. Porém só educa eficazmente quem ama o educando. Sendo assim, o professor teria de amar os educandos, para poder educá-los. E o que poderia motivar o professor a amar os seus alunos: o salário? (MOREIRA, 2013, p.31).

⁷¹ Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/escolasempartidooficial/>. Acesso em: 27 ago. 2018 às 16:30.

O ponto de vista de Moreira, aclamado pelo movimento/programa Escola sem Partido, limita, dessa forma, a função da escola à propagação de conhecimentos técnicos instrumentais. Seu foco incide sobre habilidades procedimentais (habilidade de leitura, escrita e cálculos matemáticos, por exemplo), não permitindo que se questione sobre o sentido dos saberes escolares nas práticas sociais, nem sobre os lugares ocupados pela técnica no processo de estratificação da sociedade. Trata-se, assim, de uma visão pedagógica tecnicista e reprodutivista, amplamente difundida na educação brasileira na década de 1960 e 1970⁷².

O conceito de educação, apresentado por Moreira (2013) possui, por sua vez, um caráter reducionista. Em vez de ser compreendida como processos formativos que se desenvolvem, dentre outros espaços, nas relações familiares, no trabalho, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, manifestações culturais instituições de ensino e pesquisa e escola, a educação é pensada como uma matéria que se circunscreve, de forma exclusiva, no seio familiar. Educar é, para ele, um ato de amor, algo impensável para profissionais que possuem poucos salários. Com efeito, o intuito dos professores, ao defender o caráter educativo da escola, é promover a doutrinação marxista, inserindo elemento estranho à escolarização: a partidarização política.

Em Paulo Freire, educação e ensino e educação e política são elementos indissociáveis. Daí a aversão do movimento/programa Escola sem Partido a esse pensador. No entanto, pode-se afirmar que a dimensão política da escola remonta à Grécia Antiga. Platão, em sua República, já evidenciava a importância de uma sociedade justa, fundamentada na educação de seus membros. Aristóteles, em sua Política, apresenta três características específicas do homem que o distinguem dos demais animais: a fala, as qualidades éticas e a comunicação. A primeira qualidade, a fala, possibilita indicar não somente a dor e o prazer, mas também o justo e o injusto. As qualidades éticas possibilitam a percepção do bem e do mal, bem como do justo e do injusto (Pol. I, 1, 1253a 14-18). E, conclui Aristóteles, “[...] a comunicação faz a casa e a cidade.” (Pol. I, 1, 1253a 18-19). Aristóteles dirá que o homem é um animal político e a finalidade da política consiste em organizar a sociedade, de tal modo que nela se possa viver uma vida virtuosa e feliz e não apenas materialmente confortável. Para tanto, é preciso que o ser humano tenha a capacidade de discernimento, através da educação, distinguindo racionalmente o útil do inútil, o verdadeiro do falso, o justo do injusto.

⁷² Para uma compreensão detalhada dessa visão, ver Saviani (2018).

Por essa via, a política se dá como uma prática racionalmente orientada para a construção e manutenção do bem comum. Essa concepção de política é enfatizada nas obras de Paulo Freire, especialmente na *Pedagogia da Autonomia*, último trabalho publicado pelo autor em vida.

Na concepção pedagógica freireana, pode-se dizer que existem saberes indispensáveis aos educadores e um deles reside no fato de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua construção. Para tanto, é imprescindível a experiência dos educandos que podem refazer/recriar o ensinado, apropriando-se desse saber no contexto de sua própria realidade. Freire sustenta que a prática educativa precisa se assentar no diálogo e na problematização, por meio de perguntas desestabilizadoras, que despertem curiosidades e que provoquem novos desafios aos educandos.

Freire rejeita qualquer proposta educativa que apresente o educador como facilitador do processo pedagógico, como um mediador, cuja principal tarefa seja transferência de conhecimentos. Para ele, subjacente à concepção de transferência de conteúdo, celebrada pelos modismos pedagógicos, encontra-se a noção de que conhecimento é uma coisa ou abstração, com vida própria, sem conexão com indivíduo e sociedade.

Todavia, o conhecimento não é, para ele, uma entidade autônoma e neutra, nem um elemento reificado da cultura e da sociedade. Pode-se dizer que Paulo Freire compreende o conhecimento como uma construção social, fruto de relações de poder. Com efeito, não se trata apenas de uma construção técnica, guiada por princípios epistemológicos e regras metodológicas. O caráter inescapavelmente político e ideológico do conhecimento esconde, todavia, intenções e interesses. Portanto, questionar relações de saber e de poder é algo inerente às práticas pedagógicas emancipatórias. Afinal de contas, o conhecimento precisa ser pensado em favor de quê, de quem ou contra o quê e contra quem.

Em uma passagem da *Pedagogia da Autonomia*, Freire (2017, p.21) sugere, de maneira explícita, que o professor tome, como objeto de reflexão, em sala de aula, experiências discentes em áreas periféricas dos grandes centros urbanos. Tendo como foco de observação aspectos da cidade negligenciados pelo poder público, Freire sugere que se discuta com alunos a questão da poluição dos riachos e dos córregos e dos baixos níveis de bem-estar das populações, bem como a presença de lixões e os riscos que oferecem à saúde das pessoas. Trata-se, pois, de uma abordagem dialógica e problematizadora, que tem como cerne o questionamento de relações de poder.

Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? Esta pergunta é considerada em si demagógica e reveladora da má vontade de quem a faz. É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia. Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária "intimidade" entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? Que ética de classe está embutida neste descaso? (FREIRE, 2017, p. 32, grifos do autor).

Como pensador dialógico, Freire constrói, nessa passagem, um suposto interlocutor conservador, que questionará esse tipo de abordagem “[...] dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferí-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos”. (FREIRE, 2017, p.31-32).

Observa-se aqui que o interlocutor idealizado por Freire possui uma visão de mundo que nos remete ao movimento/programa Escola sem Partido, negando a dimensão educativa e política da escola. Em outra passagem, o autor enfatiza o caráter astuto da ideologia dominante, que defende um processo de escolarização neutro, sem ideologia política.

Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra. Minha presença de professor, que não pode passar despercebida dos alunos na classe e na escola, é uma presença em si política. Enquanto presença não posso ser uma omissão, mas um sujeito de opções. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper. Minha capacidade de fazer justiça, de não falhar à verdade. Ético, por isso mesmo, tem que ser o meu testemunho (FREIRE, 2017, p.95-96).

Cumprido sublinhar que a dimensão política, defendida por Freire, está estritamente ligada ao respeito à diversidade dos educandos e educadores, dos gestores e da comunidade escolar, à luta em favor da vida e da dignidade humana.

Em outras palavras, a dimensão política sustentada por Freire é aversa a qualquer forma de dogmatismo e doutrinação, fundamentando-se em princípios éticos que respeitem à dignidade humana e ao direito à diferença.

Lutar pelo direito que tenho de ser respeitado e pelo dever que tenho de reagir a que me destratem. Lutar pelo direito que você, que me lê, professora ou aluna, tem de ser você mesma e nunca, jamais, lutar por essa coisa impossível, acinzentada e insossa que é a neutralidade. Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça?

‘Lavar as mãos’ em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele. Como posso ser neutro diante da situação, não importa qual seja ela, em que o corpo das mulheres e dos homens vira puro objeto de espoliação e descaso? O que se coloca à educadora ou educador democrático, consciente da impossibilidade da neutralidade da educação, é forjar em si um saber especial, que jamais deve abandonar, saber que motiva e sustenta sua luta: se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode (FREIRE, 2017, p.70).

Nessa perspectiva, a educação é, antes de tudo, uma ferramenta de luta, um instrumento de combate às injustiças sociais e às desigualdades.

A educação, por ser um ato político, fomenta as relações entre educando e educador, que são alvo de uma disputa maior da sociedade, corroborando com a premissa de Paulo Freire, de que não existe uma educação neutra, sem direcionamento político. O educador se dedica para que a política da educação seja reconhecida e entendida como tal, pois a emancipação da classe trabalhadora é o ponto fundamental para o desenvolvimento da sociedade e isso permeia as políticas públicas vigentes, já que não existe uma educação neutra. Moacir Gadotti, no prefácio de Educação e Mudança, relata:

Depois de Paulo Freire ninguém mais pode ignorar que a educação é sempre um ato político. Aqueles que tentam argumentar em contrário, afirmando que o educador não pode “fazer política”, estão defendendo uma certa política, a política da despolitização. Pelo contrário, se a educação, notadamente a brasileira, sempre ignorou a política, a política nunca ignorou a educação. Ela sempre foi política. Ela sempre esteve a serviço das classes dominantes. Este é um princípio de que parte Paulo Freire, princípio subjacente a cada página que aqui escreveu. (GADOTTI, 2014, p.15, grifo do autor).

O legado freireano está direcionado à disseminação do conhecimento aos oprimidos de uma sociedade e ao desenvolvimento de espaços para exercício de sua autonomia. Como afirma o autor, em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciência, “a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes” (FREIRE, 2016, p. 33).

A justificativa do movimento/programa Escola Sem Partido de que o professor não pode manifestar a sua visão de mundo em sala de aula coloca professores e alunos numa relação vertical e desumanizada, confundindo completamente o ato de expor com o de impor ideias. Que problema teria os alunos saberem o que pensa seu professor? Isso é justamente o que se espera em uma relação mais próxima e genuína entre professor e aluno. A cautela que se deve ter é apenas o de não massificar os alunos somente com a vertente política ou ideológica do professor, como se outras leituras não existissem ou ocupassem lugar menos importante na aprendizagem dos alunos. (VÁZQUEZ, 2002, p.56).

Paulo Freire diz que um educador humanista, revolucionário, não irá esperar que seus alunos sozinhos percebam a contradição da educação bancária. O educador deverá participar

desse processo de conscientização quando “[...] sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos.” (FREIRE, 2016, p. 110).

Na sugestão de educação freireana, o educador deve ter na sua essência um potencial progressista, que irá criar formas de entender e encarar a opressão de uma maneira que possibilite e facilite o caminho para transformação da realidade de indivíduo. É imperioso que exista educação para que o sujeito consiga superar as suas imperfeições, e Freire diz que o homem sempre estará em constante busca por aprimoramento, porque este é inacabado e: “A educação é uma resposta da finitude da infinitude.” (FREIRE, 2014b, p. 34).

Freire destaca também que o educador deve entender que aqueles que ensinam não estão diante de ignorantes, mas que o fato de eles serem alunos não exclui o conhecimento que esses possuem, que é um saber relativo ao do educador, portanto, não menos importante. Freire entendia que “[...] a prática educacional não é o único caminho à transformação social necessária à conquista dos direitos humanos, contudo, sem ela, jamais haverá transformação social [...]” e que a “[...] educação consegue dar às pessoas maior clareza para ‘lerem o mundo’, e essa clareza abre a possibilidade de intervenção política. É essa clareza que lançará um desafio ao fatalismo neoliberal.” (FREIRE, 2014a, p. 50).

Nessa visão educacional, educadores e educandos precisam estar integrados por uma pauta comum que é construída a partir da igualdade e respeito, que fará com que essa relação seja baseada no diálogo capaz de desenvolver um processo de vias iguais, ou seja, os educadores têm o papel de ensinar, mas também de aprender.

Ensinar, para Paulo Freire, requer tempo para o diálogo, o que irá permitir ao professor que ele conheça, experimente e vivencie algo que está no outro, em um processo de troca. O educador já não seria o que apenas educa, “mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa.” (FREIRE, 2016, p. 23). Para isso, precisa existir sinceridade, disponibilidade e humildade para admirar essa magnífica experiência, como explica o autor:

A experiência da abertura como experiência fundante do ser inacabado que terminou por ser inacabado. Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de explicação, de respostas a múltiplas perguntas, o fechamento ao mundo e aos outros se torna transgressão ao impulso natural da incompletude (FREIRE, 2016, p. 133).

Caso a rigidez da posição do professor seja mantida, o professor será sempre o que sabe enquanto seus alunos serão sempre os que não sabem (FREIRE, 2016, p.105). O professor será

o ator principal e os alunos passivamente devem aceitar e isso não é uma relação, é apenas um monólogo que é a negação do homem, definido por Paulo Freire como:

O monólogo, enquanto isolamento, é a negação do homem; é fechamento da consciência, uma vez que consciência é abertura. Na solidão, uma consciência, que é consciência do mundo, adentra-se em si, adentrando-se mais em seu mundo, que, reflexivamente, faz-se mais lúcida mediação da imediatez intersubjetiva das consciências. A solidão – não o isolamento – só se mantém enquanto renova e revigora as condições do diálogo (FREIRE, 2016, p. 44).

Definir uma relação profissional e carinhosa é o grande desafio do educador com a sua sala de aula. Exercer uma postura criativa e curiosa que provoque nos alunos a vontade de assumir seu próprio ato de conhecer, irá romper com as antigas práticas que não defendem o protagonismo dos alunos e promovem uma rigidez no ato de ensinar (FREIRE, 2015, p. 12).

É indispensável que os educadores estejam atentos às práticas de desumanização, para que os espaços da sala de aula e da escola não permitam o alojamento das diferenças e não estimule a dependência ao modelo adotado pela maioria. Para isso, os educadores precisam estar preparados para o exercício da autorreflexão crítica e colaborar para o exercício da crítica das causas reais da degradação humana e do discurso pregado pelas classes dominantes de uma educação que eduque para apenas aceitar teorias fatalistas. (FREIRE, 2015, p.13).

2.3 O ataque à autonomia dos professores

Professores temem que a consequência direta de projetos como o Escola sem Partido seria a criação de “tribunais pedagógicos”, em que a atividade de profissionais de educação seria cerceada e os professores criminalizados, criando um clima de constante insegurança na profissão.

O fundador e coordenador do movimento/programa Escola sem Partido, o advogado Miguel Nagib, costuma enfatizar que o site mantido pelo MESP é o único em língua portuguesa dedicado exclusivamente ao combate à doutrinação nas escolas (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020a).

No site oficial do movimento encontra-se a afirmação de que o Movimento foi criado para dar a devida visibilidade ao problema, que supostamente atinge a maioria das escolas e universidade, da doutrinação, e que “[...] o modo de o fazer é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020b).

Considerando que os alunos (não as crianças, mas “os alunos”) são as vítimas, restam como agressores, violentadores, ou, como o próprio Nagib afirmou em audiência na Câmara dos Deputados em 14 de fevereiro de 2017, abusadores ou estupradores, os professores e professoras (BRASIL, 2017). Com o objetivo, então, de “denunciar o doutrinador”, em todas as abas do site do MESP está disponível um botão amarelo com os dizeres “Quero denunciar”, antecedido pela chamada: “Se você ou seu filho foi ou está sendo vítima de algum militante disfarçado de professor, denuncie” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020c).

Para o movimento/programa Escola sem Partido, a única autoridade do professor é aquela que garanta a reprodução dos valores familiares. Essa atuação deve ocorrer sempre dentro dos limites pré-estabelecidos pela fronteira família educa/escola instrui. O que resta disso é, de acordo com Nagib, um “professor burocrata”⁷³ que transmite aos alunos o conteúdo do currículo, aquilo que está escrito e que foi aprovado pelas autoridades competentes. Não lhe cabe dizer aos filhos dos outros o que é certo e o que é errado em matéria de moral”. Em outras palavras, “[...] o programa Escola Sem Partido propõe, portanto, um projeto de escolarização completamente destituído de qualquer caráter educacional” (PENNA, 2016, p. 46). A antítese disso seria a figura do “professor doutrinador”, que encarna a ideia de subversão da moral que o discurso do movimento/programa busca naturalizar

Por fim, com relação ao problema da... e é um argumento surrado... o de que o aluno não é uma folha em branco. Uma criança de 12 anos de idade sabe perfeitamente como dialogar com o professor, com o professor tarimbado, com o militante, que eles estão ali em pé de igualdade. Bem, é evidentemente como disse o professor (?) um argumento de gente sonsa. Com todo o respeito. E mais, é um argumento que é típico, é típico, dos abusadores, que procuram minimizar a gravidade dos seus atos apelando para a condição pessoal das suas vítimas.

Digo mais, é um argumento típico também dos estupradores que alegam em sua defesa que aquela menina de 12 anos que eles acabaram de violentar não é tão inocente quanto parece. Este é o argumento de que o aluno não é uma folha em branco. Então este argumento precisa ser varrido por um a questão de honestidade intelectual” (NAGIB, 2018. Informação verbal).⁷⁴

Para o movimento/programa Escola sem Partido, o argumento de que alunos não são folhas em branco é inaceitável por duas razões. Primeiro, porque reconhece algum tipo de autonomia e agência dos estudantes em seu processo de formação intelectual. Segundo e principalmente porque, paralelamente a isso, tira da “família tradicional” o seu monopólio sobre seus filhos e filhas. Isso é comparado a um abuso ou, mais extremo ainda, a um estupro, porque a fronteira família/escola que o movimento construiu através de seu discurso e prática não é

⁷³ Disponível em <https://bit.ly/2rtM0Dk>. Acesso em: 22 fev. 2018 às 23:20.

⁷⁴ Áudios originais disponíveis em: <https://bit.ly/2IOJnTA> . Acesso em: 22 fev. 2018 às 13:40.

somente um limite de métodos pedagógicos, mas uma regulamentação sobre como devem funcionar as formas mais amplas de socialização e convívio. O jargão "meus filhos, minhas regras" assume assim um duplo sentido. Ele tanto apela para a noção da família nuclear heteronormativa, quanto se apropria dessa ideia de relações familiares como relações de propriedade. Para o movimento/programa Escola sem Partido, os filhos são posses dos pais e responsáveis, ou melhor, do pai. Os conservadores deixam claro que tanto as crianças quanto as mulheres devem estar subordinadas ao homem (LOURO, 2014). Se ressentem, dessa forma, pela perda do pátrio poder.

Um elemento constante na retórica de Nagib é que, caso docentes não sigam o que está determinado nos "Deveres do professor", uma lista de restrições à atuação de educadores definida pelo Programa Escola Sem Partido⁷⁵, pais e responsáveis teriam o direito de processar professores.

O embasamento disso seria o Código de Defesa do Consumidor, que Nagib interpreta como mecanismo de controle das relações de ensino-aprendizagem (NAGIB, 2013). Como a educação é, neste discurso, uma mercadoria, ela poderia ser consumida da forma que os que contratam esse serviço bem entendem. Tudo que escapa da vontade do cliente pode ser alvo de retratação. O único direito válido é o direito ao consumo. Nesse modelo, o próprio acesso aos direitos é controlado pela mão invisível do mercado. É um discurso híbrido, um conservadorismo liberal⁷⁶. Os que podem reivindicar o direito à educação que eles querem fazem-no porque, da maneira que o acesso a tais direitos foi historicamente construído, só a voz de alguns grupos tem lugar na escola. Quem não faz parte dos setores brancos, cristãos, heteronormativos da sociedade não teriam lugar nessa escola. Disponível em:

A justiça, as leis e as instituições nunca podem ser democratizadas. Elas só servem para conter os desvios. As liberdades individuais se tornam instrumentos para a imposição de vontades específicas sobre tudo e todos. Quando da polêmica do Queermuseu, um dos

⁷⁵ 1 – O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias. 2 – O Professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas. 3 – O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas. 4 – Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria. 5 – O Professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. 6 – O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/?s=deveres+do+professor>. Acesso em: 12/05/2020.

⁷⁶ Nos guiamos pelo conceito de conservadorismo-liberal de Bianchi (2015).

argumentos do MBL, movimento que protagonizou as condenações à mostra, era que enquanto certas obras expostas representariam a prática de vilipêndio de objeto de culto religioso,⁷⁷ outras fariam apologia à pedofilia. É significativo observar a reação do Santander Cultural, instituição que promoveu e cancelou o evento, após a decisão do Ministério Público Federal de descartar as acusações e pedir a reabertura da exposição. Em nota, a instituição declarou "não querer gerar qualquer tipo de desrespeito e discórdia" e, por isso, não faria novas edições do Queermuseu (MPF..., 2017).

A relação custo-benefício do desvio não valeria o esforço de se investir nele. É significativo que uma justificativa desse tipo venha de uma organização ligada à um banco. Uma lógica semelhante parece ser a que o movimento/programa Escola sem Partido busca transplantar para a escola quando pede que pais processem escolas e professores. O que é visto como pecado e subversão por alguns, se torna prejuízo financeiro para outros. O desvio incomoda, pois, ele coloca em xeque os privilégios concedidos, no discurso, pela natureza, e na prática, pelo livre mercado. Por isso os desviantes, os alunos, ou os que supostamente incitam o desvio, os professores e as instituições educacionais e culturais, devem ser punidos. E assim avança o projeto reacionário de educação (CUNHA, 2016) para barrar a laicidade do Estado e a secularização da cultura.

Embora a maioria dos Projetos do Escola sem Partido tenham sido declarados inconstitucionais pelo STF, o discurso de ódio contra os professores está difundido. Muitos docentes estão sendo perseguidos, filmados e expostos nas redes sociais, linchados virtualmente e ameaçados de agressões, morte e estupro. A categoria já vem, desde o surgimento do Escola sem Partido, sofrendo perseguições típicas de regimes autoritários. São comuns as comparações com a situação de medo vivida por professores no período da ditadura militar brasileira e no regime nazista.

Penna e Salles (2017) afirmam que o discurso do movimento/programa Escola sem Partido encontra ressonância porque habilmente mobiliza os medos cada vez mais comuns das pessoas nas sociedades modernas, especialmente de segmentos conservadores (aqui tomando-se conservador no bom sentido, afinal, deve-se querer conservar a dignidade das crianças, a segurança e a qualidade do crescimento). O movimento/programa Escola sem Partido mobiliza medos antigos, produz novos e os difunde, em seguida oferece a solução. Conforme esses

⁷⁷ "Ultraje de qualquer coisa que serve na comunicação ou reverência do homem com a divindade. Constitui crime contra o sentimento religioso escarnecer publicamente de coisa utilizada no culto religioso". Disponível em: <https://bit.ly/2FUX299>. Acesso em: 22 fev. 2018 às 15:40.

autores, “[...] os professores tornam-se um inimigo palpável e facilmente localizável frente ao medo difuso de uma conspiração de esquerda” (PENNA; SALLES, 2017, p. 258).

Na composição narrativa dos inimigos da família, da tradição, da infância, da moral etc., o MESP sustenta a existência de uma conspiração para desvirtuar a moral e instituir uma ditadura gay de orientação marxista (GUILHERME; PICOLI, 2018), da qual os professores são agentes infiltrados. Conforme o MESP: “A pretexto de transmitir aos alunos uma ‘visão crítica’ da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020c).

Por isso, Penna e Salles afirmam que a adesão conquistada pelo movimento se deve ao fato de que toca

[...] em um tema onde as preocupações privadas e as questões públicas estão sobrepostas: o bem-estar das crianças e dos jovens. A princípio parece absurdo imaginar no que os professores podem ameaçar o bem-estar dos jovens, mas o MESP esforça-se em representar os professores como agentes que se aproveitam da inocência das crianças para explorá-las. Essa estratégia é levada ao extremo quando o criador e coordenador do MESP compara professores a estupradores (PENNA; SALLES, 2017, p.257).

Muitos professores já estão se autocensurando e desistindo de abordar temas polêmicos na visão do Escola sem Partido, como teoria da evolução, Big Bang, aquecimento global, reforma agrária, inquisição, nazismo, ditadura militar, dentre outros. É a liberdade de aprender, ensinar e divulgar o saber que está em risco, e, conseqüentemente, a própria democracia. Os ataques, que já haviam se tornado comuns na educação básica, se alastraram também para a universidade no período eleitoral. E a fórmula anunciada como capaz de acabar com a suposta doutrinação na educação é o ensino à distância e a privatização das instituições de ensino públicas, incluindo as universidades. O Escola Sem Partido é também uma estratégia de desmonte da ciência brasileira.

Para se ter uma ideia de como o movimento/programa Escola sem Partido é ressuscitado a todo momento, basta lembrar que recentemente, o estado do Rio de Janeiro foi surpreendido com o PL 3325/2020 que proíbe o uso de linguagem neutra em um ataque à identidade de gênero das pessoas. Além de impor uma lógica binária de gênero, o projeto prevê punições às instituições de ensino e aos profissionais de educação, numa tentativa de criminalização do respeito à identidade de gênero e aos direitos humanos.

O Projeto de Lei Alerj 3325/2020 vai na contramão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que prevê, em seu art. 3, os seguintes princípios da educação:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância. (BRASIL, 1996).

Além disso, o referido site utiliza e dissemina informações falsas tais como a aplicação da Lei 4.898/65 para punir professores sendo que a mesma já está revogada e dizia respeito ao abuso de autoridade. Além disso essa lei só fazia sentido para o servidor público, ou seja, o Escola sem Partido mais uma vez mostra suas intencionalidades com a escola pública.

Figura 3 – Intencionalidades do Movimento Escola Sem Partido com a escola pública

The image is a screenshot of the website 'Escola Sem Partido'. At the top, there is a navigation menu with links for 'Home', 'Quem somos', 'Programa Escola sem Partido', 'Blog', and 'Perguntas e Respostas'. The main content area features a list of questions and answers. The first question is 'A doutrinação é uma prática ilícita?'. The answer states that indoctrination is an illicit practice that violates constitutional principles and the Law of Abuse of Authority (Lei 4.898/65). The second question is 'O que pode acontecer com o professor que desobedece os deveres previstos no cartaz?'. The answer explains that the teacher may face civil, administrative, and penal sanctions, including detention and loss of job. The third question is 'Isso não seria uma forma de censura ao professor?'. The fourth question is 'O programa impede o professor de falar de política?'. The website logo 'ESCOLA SEM PARTIDO' is visible in the top left corner.

g/programa-escola-sem-partido/

ESCOLA SEM PARTIDO

Home Quem somos Programa Escola sem Partido Blog Perguntas e Respostas

pesquisas realizadas pelo instituto mostram em casos, em sala de aula, professores reconhecem que se usa a sala de aula e, principalmente, o currículo, como instrumento para corroborar a percepção de muitos alunos e ex-alunos, que se reconhecem como vítimas da doutrinação política e ideológica em sala de aula.

Considerando que a maior parte dessas vítimas é formada por indivíduos vulneráveis, em processo de formação, o Poder Público deve agir preventivamente para proteger esses indivíduos contra essa prática antiética e ilícita, que se desenvolve no segredo das salas de aula. É isto o que prescreve o artigo 70 do ECA.

Seja como for, a Constituição assegura ao estudante, como a qualquer brasileiro, o direito de ser informado sobre seus próprios direitos. Nisso consiste a essência do conceito de cidadania.

A doutrinação é uma prática ilícita?

Sim. O professor que se aproveita de suas funções e da presença obrigatória dos alunos em sala de aula para promover suas próprias concepções e preferências ideológicas, políticas e partidárias viola o princípio constitucional da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; a liberdade de consciência e de crença do estudante; e o pluralismo de ideias.

Tratando-se de servidor público, a violação à liberdade de consciência e de crença do estudante configura crime de abuso de autoridade, definido pelo art. 3º da Lei 4.898/65.

O que pode acontecer com o professor que desobedece os deveres previstos no cartaz?

A prática da doutrinação expõe o professor a sanções de natureza civil (reparação dos danos eventualmente causados aos alunos), administrativa (punição disciplinar) e penal: abusar da audiência cativa dos alunos para promover, em sala de aula, suas próprias opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias, pode render ao professor uma condenação a até 6 meses de detenção, a perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até três anos (Lei 4.898/65).

Isso não seria uma forma de censura ao professor?

O programa impede o professor de falar de política?

Fonte: Escola Sem Partido (2019).⁷⁸

Fica clara que a postura do movimento/programa Escola sem Partido, como manifestação de um movimento conservador reacionário, se dirige contra aqueles que, por dever ético e profissional, questionam as coisas do mundo, ou seja, põem em dúvida as certezas e, ao fazerem isso, provocam desconforto. Como aquilo que defende não compreende lei, salvo pela enviesada leitura que promove, procura coagir, perseguir e desestimular professores e professoras por meios extrajudiciais, com o explícito objetivo de causar incômodo e destruir reputações.

Sabemos que nestes tempos reacionários as vezes é difícil acreditar que a resistência seja possível. Porém, não devemos esquecer que a manutenção dos privilégios também cobra o seu alto preço. Quanto mais conquistas os grupos conservadores conseguem, maiores ficam suas demandas. O monstro de duas cabeças do Escola Sem Partido e o mostro do fundamentalismo religioso nunca se satisfazem; tomaram gosto por impedir e retirar direitos e subjugar minorias e não vão parar sem haja resistência. Lutaremos contra o avanço destas leis e mesmo que elas passem, lutaremos desobedecendo-as. Não voltaremos para a senzala, para o tanque ou para o armário. Formaremos sim crianças (des)viadas. Desviadas das normas de uma sociedade racista, misógina, homofóbica e transfóbica. Criança (desviada), cidadã plena.

⁷⁸ Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em um momento conturbado no Brasil, em que o livre pensar, a crítica e a liberdade de expressão estão sob ameaça. O movimento/programa Escola sem Partido e os projetos de lei que dele advém é o princípio de uma educação alienante para o acobertamento e a naturalização das desigualdades sociais.

Sendo assim, a presente pesquisa teve como objetivo analisar o projeto de lei do Escola sem Partido, mostrando o perigoso discurso conservador no atual cenário da educação brasileira. Durante o seu desenvolvimento, pôde-se refletir sobre diversos aspectos relacionados com essa temática.

Desde os anos 2000, como foi mostrado no Capítulo 1, o Brasil vem passando por um período de avanços significativos, ainda que distantes do ideal, na elaboração de políticas públicas. Entretanto, nos últimos anos uma parcela brasileira em nome de sua moral conservadora e/ou religiosa, está em busca não apenas de frear esse movimento, como também de retroceder em outros aspectos.

Percebemos após análise, que o movimento/programa Escola sem Partido surge com a ideia de combater a doutrinação ideológica que supostamente ocorre no sistema de ensino brasileiro. Possui em sua composição pais e alunos que concordam que existe essa doutrinação, assim como grupos conservadores, como o Movimento Brasil Livre, políticos de direita e bancada evangélica.

A utilização de sites oficiais e páginas do projeto servem como divulgação do mesmo, porém, também é utilizado como um espaço onde seus apoiadores exteriorizam seus discursos de ódio contra pessoas que pensam diferente sobre questões políticas ou questões que vão contra seus princípios morais e religiosos. Contando com apoiadores que possuem milhões de seguidores pelas redes sociais, esse discurso intensifica as tensões entre esquerda e direita, assim como dá representatividade a pessoas que veem esses discursos de ódio, homofóbicos e racistas como normal.

O movimento, portanto, tem intencionalidade de silenciar as discussões de gênero e diversidade sexual na educação. Ainda que esse não fosse o foco, é foco de alguns que adotam o projeto de lei com o intuito de vetar esses temas na escola.

Diversas pessoas alheias ao campo da educação, como o próprio fundador do movimento, querem definir diretrizes e punir professores com base em suas próprias convicções. Acatar convicções morais de qualquer pai ou mãe e educar em detrimento de suas

reivindicações é ignorar a Lei de Diretrizes e Bases bem como tantas outras leis que trazem como princípio a defesa dos direitos humanos e de uma educação com base em vivências e no social.

O constante ataque a professores verificado nas redes sociais, na mídia e nas declarações de parlamentares e apoiadores do movimento/programa Escola sem Partido também indica um dado que não pode ser subestimado. O professor, conforme apresentado no Capítulo 02, tornou-se a figura a ser culpabilizada porque, apesar de todos os limites institucionais que acometem sua prática, o processo formativo de que ele participa tem como importantes premissas a autonomia e a liberdade de pensar. Isso significa que o Escola sem Partido, ao contrário do que seus idealizadores costumam defender, vai compondo um movimento que, em essência, objetiva atacar frontalmente as liberdades e minar ainda mais a autonomia pedagógica.

Mas o ataque também é partidário. A escola e o sistema educacional vão se tornando uma arena de disputa entre partidos que pode confundir ainda mais as pautas da educação, desviando a atenção e acobertando articulações que buscam reduzir a função social da escola e torná-la um grande negócio. A conjugação dessas questões, somada ao incentivo à vigilância, à intimidação do trabalho docente e à difusão de concepções ultrapassadas e anacrônicas sobre educação, terminam por estimular um ambiente de formação ainda mais persuasivo, dual e limitado.

A educação transformadora, libertadora de Paulo Freire, no entanto, visou questionar o tempo inteiro a condição como sujeito e construir uma educação com base na realidade. Nada mais assustador para um fundamentalista que a realidade e a dúvida. Assim, Freire é também criticado juntamente com o marxismo veementemente por esse movimento.

É importante destacar que, no meio desse caos que nos cerca, há resistência ao Escola sem Partido no campo da política, sociedade civil e entre professores da educação básica e superior. Ademais, vários trabalhos acadêmicos foram e ainda vem sendo produzidos com o intuito de criticar tal movimento e revelar a verdadeira intenção por trás dos seus idealizadores. Sendo assim trata-se de uma batalha de ideias (de um lado, as ideias dos conservadores, do outro, o pensamento progressista) entre aqueles comprometidos com a democracia e aqueles que não visam, de fato, melhorias dentro da sociedade.

Finalizamos nossa pesquisa com a certeza de que esta não está concluída, uma vez que se trata de uma temática recorrente, e também por estarmos vivenciando talvez a maior tragédia da crise sanitária do mundo causada pela COVID-19.

Portanto, é preciso refletir sobre o futuro, sobre o que fazer após a pandemia, sobre as dificuldades enfrentadas com relação ao ensino remoto pela escola, professores, família e alunos, sobre os impactos psicológicos, financeiros da pandemia nas relações familiares, educacionais, de trabalho e sobre os caminhos que precisará ser percorrido para enfrentar os desafios do futuro. Esperamos que essa pesquisa contribua para a reflexão do hoje e amanhã, para que não haja criminalização dos docentes e, conseqüentemente, um engessamento do pensamento crítico do educando, trazendo de volta um ensino com bases tecnicista às escolas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. Escritos Sociológicos II, v.1. **Estudios Sobre La Personalidad Autoritaria**. Madrid: Akal, 2009.
- ADUSP. Novo projeto “Escola sem Partido” permite aos estudantes gravar docentes em sala de aula, ao passo que proíbe atividade política de “grêmios”. 23 maio 2019. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/defesa-do-ensino-publico/3323-novo-projeto-escola-sem-partido-permite-aos-estudantes-gravar-docentes-em-sala-de-aula-ao-passo-que-proibe-atividade-politica-de-gremios#:~:text=Ainda%20segundo%20Bia%20Kicis%2C%20a,dos%20estudantes%20que%20formam%2C%20em>. Acesso em: 21 maio 2021.
- ALVES, Giovane. O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal. **Blog da boitempo**, 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em 07/07/2018.
- APPLE, Michael W. **Conhecimento Oficial: a educação democrática numa era conservadora**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- AQUINO, R. A ideologia do Escola Sem Partido. **Movimento Liberdade para Educar**. 2016. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/tag/instituto-millenium/>. Acesso em: 18 out. 2016 às 17:10.
- ARAÚJO, P. M. O bicameralismo no Brasil: argumentos sobre a importância do Senado na análise do processo decisório federal. **Política & Sociedade**, 2012, vol.11, n. 21, pp. 83-135. Doi: 10.5007/2175-7984.2012v11n21p83Links]sans-serif'.
- ARISTOTE. **Politique**. Trad. Jean Aubonnet. Paris: Les Belles Lettres, 1986
- AULER, M. Ato pelas Diretas Já reúne multidão em Copacabana. **Carta Capital**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ato-pelas-diretas-ja-reune-multidao-em-copacabana>. Acesso em: 1 jun. 2017.
- BACELAR. Seminário da Comissão Especial da Câmara Federal realizado na Câmara Municipal de Salvador. Escola sem Partido – Câmara Municipal Salvador-BA. 29 maio 2017. **TVCâmara**. 1 vídeo (3 h 32 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VzEAMolBb24>. Acesso em: 17/06/2018 às 23:20.
- BEDINELLI, Talita. O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis. **El País Brasil, Política**. São Paulo, 25 jun. 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html. Acesso em: 18 out. 2016.
- BERGAMIM JR., Giba. “Câmara aprova plano de educação sem questões de gênero”. **Folha de S. Paulo**, 26 ago. 2015, p. B-6. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688019.pdf>. Acesso em 06 ago. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Deputada Bia Kicis**: biografia. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204374/biografia>. Acesso em 10/03/2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 14 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf . Acesso em: 14 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965**. Institui o Código Eleitoral. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL, SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm. Acesso em: 08 jan 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, de dezembro de 2004. Secretaria especial de políticas para as mulheres – SPM, Brasília/DF, 2004. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/planonacional-politicas-mulheres.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 246 de 2019** (da Câmara dos Deputados). Institui o “Programa Escola sem Partido”. Brasília: Câmara dos Deputados, [2019]. Disponível em: Acesso em: 15 jun.2019.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. O antinomovimento social “Escola Sem Partido” e a negação da produção de subjetividades nos espaços públicos. **Anais [...]. In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. ENCONTRO NACIONAL ANPUH, [S.I], 2017.**

BRITTO, Patrícia; REIS, Lucas. “Planos de educação de 8 estados excluem ‘ideologia de gênero’”. **Folha de S. Paulo**, 25 jun.2015, p. B-9.

CAMELO, Edgar Antônio Nery Alves. **O Programa - ESCOLA SEM PARTIDO EM GOIÂNIA: Implicações e consequências para a educação pública**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás - Goiânia). Goiás, 2019.

CARA, D. Fala realizada na mesa “Por uma Educação Democrática”. 29 jun. 2017. Fundação do Movimento Educação Democrática. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612017000100004 Acesso em: 20 maio 2020.

CARDOSO, F. G. Notas sobre o conservadorismo político de Michael Oakeshott (1901 - 1990). **Revista de Ciência Política**, UFScar, v. 24, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/425/278>. Acesso em: 4 jun. 2021

CARREIRA, D. *et al.* **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais**. São Paulo/SP, Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas, 2016.

CARTA CAPITAL. **Novo projeto do Escola sem Partido assegura direito de alunos gravarem aulas**. Sexta-Feira, 21 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/novo-projeto-do-escola-sem-partido-assegura-direito-de-alunos-gravarem-aulas/>. Acesso em: 21 maio 2021.

CARVALHO, O. **A Nova Era e a Revolução Cultural**. Fritjof Capra e Antonio Gramsci. 2002. Disponível em <http://www.olavodecarvalho.org/livros/negramsci.htm>. Acesso em: 27 jun. 2020.

CARVALHO, O. **Palestra proferida no 1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas, promovido pelo ESP**. Eventials, 24 jul. 2014. Disponível em: <https://pt-br.eventials.com/escolasempartido/olavo/>. Acesso em: 18 ago. 2019.

CARVALHO, L. M. Suicídio de reitor da Universidade Federal da Santa Catarina põe PF sob suspeita... **Uol notícias**. [S.l.], 3 dez. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/12/03/suicidio-de-reitor-poe-pf-sob-suspeita.htm>. Acesso em: 29 abr. 2021.

CASSAL, L.C.B., Monteiro, A.G.; Bicalho, P.P.G. (2011). Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. **Psico**, 42, 465-473. Disponível em: <http://goo.gl/VvZL93Links>] sans-serif; mso-ansi-language:PT'. Acesso em: 04 jun. 2021.

CASTILHO, Marina Martinuzzi; DALMOLIN, Aline Roes. **Escola Sem Partido: O Empreendimento moral na educação brasileira**. ISSN 2238-9121. Ed. 2017. UFSM - Universidade Federal de Santa Maria/RS, 2017.

CHAUÍ, M. **Mito Fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000 (Coleção História do Povo Brasileiro).

CUNHA, Luiz Antônio. **O projeto reacionário de educação**. [S.l.], 2016. Disponível em: <http://luizantonioacunha.pro.br/uploads/independente/I-EduReacionaria.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

DANTAS, B. S. A. **Religião e Política**: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal. 2011. 350f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em: 24 abr. 2017 às 14:30.

DELAPORTE, Lucie “**Circulaires, manuels, livres: les ministères censurent le mot ‘genre’**”. (Médiapart, online). 2014. Disponível em: <http://www.fichier-pdf.fr/2014/02/06/genre/preview/page/1/>. Acesso em: 28 jun. 2016.

DEPOIS da Ku Klux Klan, bolsonaristas reeditam Marcha da Família com Deus e pedem fechamento do STF. **Revista Forum**. 31 maio 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/depois-da-ku-klux-klan-bolsonaristas-reeditam-marcha-da-familia-com-deus-e-pedem-fechamento-do-stf/>. Acesso em: 18 maio 2020 às 20:00.

DIRIGENTES de universidades públicas entregam manifesto contra o corte de verbas. **ADUA-Ssind/ANDES-SN**. 2019. Disponível em: https://www.adua.org.br/frame1.php?pagina=noticia2.php&ID_ARTIGO=5224#localizador. Acesso em: 29 abr. 2021.

DIAS, Antônio Francisco Lopes. A democracia como vítima do golpe tragicômico de 2016 no Brasil. **Revista de Filosofia. Argumentos**, ano 10, n. 19. Fortaleza, jan./jun. 2018.

EDITORIAL: A renúncia do presidente. **O Globo**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial-renuncia-do-presidente-21365443>. Acesso em: 20 maio 2017.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Tá sendo doutrinado? ... [S.l.]**. 25 mar. 2020. Twitter: @escolasempartid. Disponível: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1243000030119768067>. Acesso em: 26 mar. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. Apresentação. *In: Escola Sem Partido*. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/apresentacao/>. Acesso em: jan. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. Quem somos. *In: Escola Sem Partido*. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: jan. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. Quero denunciar. *In: Escola Sem Partido*. Brasília, DF, 2020c. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quero-denunciar/>. Acesso em: 07 mar. 2020.

ESPAÑA, MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CIENCIA ESPAÑA – Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Conferencia Mundial sobre Necesidades Educativas Especiales: Acceso y calidad. España: Salamanca, 1994.

ESTADO Democrático de Direito: entenda o que é. **Politize**. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/estado-democratico-de-direito/>. Acesso em: 20 fev. 2019, às 14:20.

FERREIRA, Jovanka Mariana de Genova; SOUZA, Gisele Pereira de. Reflexões acerca do movimento ‘Escola Sem Partido’ inspiradas pelas teorias de Paulo Freire e Pierre Bourdieu. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 11, n. 2, maio/ago. 2018.

FERREIRA, P. Escola sem Partido anuncia suspensão de atividades, e criador do movimento desabafa: 'Esperávamos apoio de Bolsonaro. **O Globo**, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/escola-sem-partido-anuncia-suspensao-de-atividades-criador-do-movimento-desabafa-esperavamos-apoio-de-bolsonaro-23817368>. Acesso em: 27 ago. 2019, às 15:15.

FILHO, Michel Baltazar de Oliveira. **O imaginário conservador na educação: uma análise dos discursos das audiências do Escola sem Partido (PL nº 7.180/14)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.27.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 52. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 12, 13.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P. (Org) Ana Maria Araújo Freire. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. 1ed; São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 36 ed.rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GADOTTI, M. A escola cidadã frente ao “Escola sem Partido”. *In: EDUCATIVA, Ação Assessoria, Pesquisa e Informação* (org.). **A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

GADOTTI, M. (org.). Prefácio. *In: FREIRE, P. Educação e Mudança*. 36 ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GONÇALVES, L. C. K. **Pensando a Escola Sem Partido e seus impactos na educação**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, RJ. 2017.

GUILHERME, A. A.; PICOLI, B. A. Escola sem Partido: elementos totalitários em uma democracia moderna - uma reflexão a partir de Arendt. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230042.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

HIDRATA, H. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*. **Revista de sociologia da USP**, v.26, n.1, 2014.

JAMIN, Jérôme. **Cultural Marxism: A survey**. Religion Compass. John Wiley & Sons Ltd. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/rec3.12258>. Acesso em: 13 ago. 2019.

JUNQUEIRA, Rogério D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Org.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande, RS, Ed. da FURG, 2017.

KAMEL, Ali. O que ensinam às nossas crianças? **O Globo**, 18 set. 2007. Disponível em: http://www.newmarc.com.br/drws/ali_kamel.pdf. Acesso em: 18 out. 2016.

KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. 1 a Edição Eletrônica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

LACOUÉ-LABARTHE, P.; NANCY, J.-L. **O mito nazista**. Tradução de Márcio Seligman Silva. São Paulo: Iluminuras, 2002.

LEMONS, L. B. **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Brasília: Senado Federal, 2008.

LIMA, Luana Nunes Martins; TAVARES, Liliane. “Escola Sem Partido”: Uma análise do conteúdo nas representações sociais nas redes e mídias sociais. **Revista Fórum Identidades: Itabaiana - SE**, Universidade Federal de Sergipe, v. 25, p. 55-74, set.-dez. de 2017.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MARANHÃO, W. **Ato de criação da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Nº 7180**, de 2014. Brasília, Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7180-14-valores-de-ordem-familiar-na-educacao/conheca-a-comissao/criacao-e-constituicao/ato-de-criacao>. Acesso em: 17 ago. 2018 às 17:20.

MAIS de 100 mil em São Paulo pedem diretas já. São Paulo: CUT, 2017. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/mais-de-100-mil-em-sao-paulo-pedem-diretas-ja-e-enaltecem-a-importancia-das-ruas-4332/>. Acesso em: 6 jun. 2017.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Junior. Petrópolis: Vozes, 2017.

MATHIAS, Maíra. **“Escola Sem Partido mira na Base”**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2016. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/escola-sem-partido-mirana-base>. Acesso em: 30 jun. 2016.

MAZUI, G.; CARAM, B.; CASTILHOS, R. Temer assina decreto de intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. **G1**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-assina-decreto-de-intervencao-federal-na-seguranca-do-rio-de-janeiro.ghtml>. Acesso em: 3 mar. 2018.

MENDONÇA, Amanda André de; MOURA, Fernanda. Desdemocracia: uma conexão moral, econômica e política através da educação. **Fronteiras & Debates**. Macapá, v. 7, n. 1, p?, jan./jun. 2020.

MENEZES, Dyelle; Sócrates, Tatiana . Saiba quais são as 54 escolas que receberão o modelo cívico-militar do MEC. **Portal do MEC**. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/51651-escolas-civico-militares#:~:text=Ades%C3%A3o%20E2%80%93%20O%20governo%20federal%20lan%C3%A7ou,A%20ades%C3%A3o%20C3%A9%20volunt%C3%A1ria>. Acesso em: 03 maio 2021.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15. 2016.

MISKOLCIR. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, (28), p. 101-128, 2007.

MOEHLECKE, Sabrina. As políticas de diversidade na educação no Governo Lula. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.137, p.461- 487, maio/ago. 2009.

MOREIRA, Armindo. **Professor não é educador**. 3ed. Editora Edesio, 2013.

MOREIRA, L., Fulton, T., Uziel, A.P., & Bicalho, P.P.G. (2010). A Construção da Psicopatia no Contexto da Cultura do Medo. **Revista de Psicologia da IMED**, 2, 297-306. disponível em: <http://goo.gl/e1KXukLinks> [sans-serif; mso-ansi-language:PT'. Acesso em: 04 jun.2021.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“Escola sem Partido”**: Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2016.

MOURA, Fernanda Pereira de; SALLES, Diogo da Costa. O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Periódicus**. ISSN:2358-0844.n.09, v.1, p.136-160, maio./out. 2018.

MPF recomenda 'imediata reabertura' da exposição Queermuseu ao Santander Cultural. **G1. Rio Grande do Sul**. 28 set. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2hzRVVd>. Acesso em: 22 fev. 2018 às 18:00.

MULLER, J. (org.). **Conservatism: an anthology of social and political thought**. New Jersey: Princeton University Press, 1997.

NAGIB, M. Escola Sem Partido. Programa Entre Aspas. GloboPlay News. 26 jul. 2016a. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7965140/>. Acesso em: 18 out. 2020 às 14:00.

NAGIB, M. **Como tratar as diferenças sexuais nas escolas?** Programa Entre Aspas. Globo News. 1 vídeo (22 min 51 seg) 9 jun. 2016b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iNSC1rNOz74>. Acesso em: 18 out. 2016 às 14:45.

NAGIB, M. **Entrevista com Miguel Nagib**. 1 vídeo (27 min 57 seg). The Noite. SBT, exibido em 9 ago. 2016c. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=wkBBW91jVEA>. Acesso em: 18 out. 2016 às 13:00.

NAGIB, M. **Debate sobre sexualidade na grade de ensino escolar**. Programa Entre Aspas. Globo News. 2016d. 1 vídeo (22 min 50 seg). Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=iNSC1rNOz74> . Acesso em: 15 jul. 2017 às 20:20.

NAGIB, M. Mensagem de fim de ano do coordenador do Escola sem Partido ao militante disfarçado de professor. **Portal Escola Sem Partido**. 2017. Disponível em:
<https://escolasempartido.org/blog/mensagem-de-fim-de-ano-do-coordenador-do-escola-sem-partido-ao-militante-disfarcado-de-professor/>. Acesso em: 18 jan. 2017 às 11:00

NAGIB, Miguel. **Liberdade de consciência** - Professor não tem direito de ‘fazer a cabeça’ de aluno. Consultor Jurídico, 3/10/2013. Disponível em: <https://bit.ly/2wn9b70>. Acesso em: 22 fev. 2018 às 14:46.

NAGIB, M. [Carta]. Nota técnica. *In: Escola Sem Partido*. [2014a]. Disponível em:
<https://www.conjur.com.br/dl/nota-tecnica-copia-parecer-escola.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

NAGIB, M. O pesadelo de Paulo Freire. *In: Escola sem Partido*. [S.l.], 2 ago. 2020. Disponível: <https://www.escolasempartido.org/blog/o-pesadelo-de-paulo-freire/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

NAGIB, M. Entrevista do coordenador do ESP ao site Portaberta. [S. l.], 9 ago. 2008. *In: Escola sem Partido*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/midia-categoria/291-entrevista-do-coordenador-do-esp-ao-site-portaberta-09-08-2008>. Acesso em: 31 jan. 2019.

NAGIB, M. [Carta]. **Parecer – Escola Sem Partido**. [2014b]. Disponível em:
<https://www.conjur.com.br/dl/parecer-nagib-escola-partido.pdf>. Acesso em: 20/12/2020.

NOVA ESCOLA. **Escola Sem Partido: nova proposta é apresentada**. Nova Escola 05 de Fevereiro | 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/15480/escola-sem-partido-nova-proposta-e-apresentada>. Acesso em: 21 maio 2021.

OLIVEIRA, Heli Sabino de; MARIZ Débora. Movimento Escola sem Partido: uma leitura à luz de Paulo Freire. **Revista de Educação**. Educação. Santa Maria, v. 44, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao>. Acesso em 20 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos** (Pacto de São José da Costa Rica), adotada em 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.tjrr.jus.br/cij/arquivospdf/ConvencaoAmericanaapacjose-1969.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019.

PAGNI, P.; CARVALHO, A. F.; GALLO, S. **O programa Escola Sem Partido e a destruição de uma das virtudes modernas da escola**. Disponível em:
<http://www.anped.org.br/news/o-programa-escola-sem-partido-e-destruicao-de-uma-das-virtudes-modernas-da-escola>. Acesso em: 10 out. 2016.

PASTOR evangélico, Milton Ribeiro, é o novo ministro da Educação. **Brasil de Fato**. 10 jul. 2020. São Paulo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/10/pastor-evangelico-milton-ribeiro-e-o-novo-ministro-da-educacao>. Acesso em: 29 abr. 2021.

PEDUZZI, P. Governo publica MP que cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-02/governo-publica-mp-que-cria-ministerio-extraordinario-da-seguranca-publica>. Acesso em: 3 mar. 2018.

PENNA, F. A. “O Escola sem Partido é tendencioso e inconstitucional”. **Época**. 02 ago. 2016a. Disponível: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/08/o-escola-sem-partido-e-tendencioso-e-inconstitucional.html> Acesso em: 14/08/2017.

PENNA, F. A. Programa “Escola Sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora. *In*: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M. e MARTINS, M. L. B. (org.) **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016b.

PENNA, F. A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. *In*: FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP, UERJ, 2017.

PENNA, F. A.; SALLES, D. C. A dupla certidão de nascimento do Escola Sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. *In*: MUNIZ, A. C.; LEAL, T. B. (org.). **Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos**. Fortaleza: EdUECE, 2017, p. 13-38.

PEREZ, Ane Elisa; MASCARENHAS, Mariana Gomes. **A inconstitucionalidade do “Escola sem Partido”**. *[S.l.]*, 15 out. 2019 DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v23n2p514-533>. Acesso em 18 fev. 2020.

PINTO, José Marcelino de Resende. O financiamento da educação no governo Lula. **RBP AE**, v.25, n.2, pp. 223 – 340, maio/ago 2009.

PLANALTO. **Projeto de Lei 867/2015**. Apresentação: 23/03/2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 20 ago. 2018.

PLANALTO. **Projeto de Lei 246**, de 4 de fev. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>. Acesso em: 15 set. 2018.

PLANALTO. **Projeto de Lei 3325/2020**. Proposições 2019/2023. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/02ac6f279b568e24832566ec0018d839/22e138b53c70ad770325861d005d40a9?OpenDocument> . Acesso em: 20 jan. 2021.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. Boitempo editorial, 2015.

PRONUNCIAMENTO de Temer traz dúvidas e omissões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1885887-leia-a-integra>

do-pronunciamento-do-presidente-michel-temer-deste-sabado. Shtml. Acesso em: 20 maio 2017.

RIBEIRO, Márden de Pádua. **Por mais Paulo Freire e menos Escola sem Partido.** Universidade São Francisco. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v36i1.495>. Acesso em: 29 mar. 2020.

RODRIGUES, Renata Rena; RESENDE, Viviane de Melo. Mensagem de fim de ano e blitz em escolas: discurso, violência e ameaça no Programa Escola sem Partido no Brasil. **Linguagem em (Dis) curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 20, n. 1, p. 159-177, jan./abr. 2020.

SALDAÑA, Paulo. “Procuradoria questiona Escola Sem Partido”. **Folha de S. Paulo**, 23 jul.2016, p. B-6.

SALDAÑA, Paulo. Por unanimidade, Supremo declara inconstitucional lei municipal de 'ideologia de gênero': Dez ministros acompanham relator, Alexandre de Moraes, sobre lei de Novo Gama (GO) que proibia debate sobre identidade de gênero em escolas. **Folha De São Paulo**, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/04/stf-forma-maioria-para-declarar-inconstitucional-lei-que-veta-discussao-de-genero-nas-escolas.shtml>. Acesso em: 25 abr. 2020 às 18:40.

SANTOS, Michele da Silva; VASCONCELOS JR, Luciano Bezerra de. O Projeto Escola Sem Partido Como Proposta de Oficialização da Educação Bancária: Reflexões à Luz da Teoria Freiriana. **Anais [...]. In: V CONEDU (Congresso Nacional de Educação)**. 2018.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. 42ed. São Paulo: Autores Associados, 2018.

SCRIVANO, Isabel; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Escola sem Partido: Enfrentamentos e Desafios para a Formação em Psicologia. **Psicol. Ensino & Form**, vol. 8, n.1 São Paulo, jan. /jun. 2017.

SCRIVANO, I; CUNHA, F.L.; BICALHO, P.P.G. Escola sem partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. In G. Frigotto (Org.). **Escola sem partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ/ LPP, 2017, p. 91-105. Disponível em: <http://goo.gl/kTz9E9Links>]sans-serif;mso-ansi-language:PT'.

SILVA, Ilse Gomes. Estado e lutas sociais no Brasil no golpe de 2016: o Estado de exceção avança. **Revista de Políticas Públicas**. Mesas Temáticas Coordenadas Temporalidades e Cenários Das Lutas Sociais na América Latina. 2018.

SIMÃO, Roberta. Os buracos negros de uma roda de conversa. *In: Escola sem Partido*. 2020. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/os-buracos-negros-de-uma-roda-de-conversa/> Acesso em: 18 out. 2020.

SOARES, Wellington. Conheça o ‘kit gay’ vetado pelo governo federal em 2011. **Nova Escola**, 1 fev. 2015. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>. Acesso em: 18 out. 2015.

SOUZA, Francisca Valdeniza Lopes. Contextualizando o golpe de 2016 e seu impacto nas políticas sociais. **Anais [...]**. 2018. VI SEMINÁRIO CETROS. CRISE E MUNDO DO

TRABALHO NO BRASIL: DESAFIOS PARA A CLASSE TRABALHADORA. UECE/ Campus Itaperí, ago. 2018.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

TAVARES, Viviane. **Escola sem Partido volta à discussão na Câmara Federal em 2020**. EPSJV/Fiocruz 13/12/2019 12h27. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/escola-sem-partido-volta-a-discussao-na-camara-federal-em-2020>. Acesso em: 21 maio 2021.

TOLEDO, Luis Fernando. “Em um dia, MEC nomeia e exonera apoiador do “Escola Sem Partido””. **O Estado de S. Paulo**, 12 jul 2016. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,em-um-diamec-nomeia-e-exonera-apoiador-do-escola-sem-partido,10000062382>. Acesso em 21 abr. 2018.

TOMMASELLI, Guilherme da Costa Correia. **Escola Sem Partido: Indícios de uma educação autoritária**. 2018. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018.

TSE compartilha ações da campanha de 2018 com STF para inquérito das fake news. **Revista Consultor Jurídico**. 4 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mai-04/tse-compartilha-stf-acoes-campanha-bolsonaro>. Acesso em: 6 maio 2021.

UNIVERSIDADE “não é para todos”, mas “somente para algumas pessoas”, diz ministro da Educação. Congresso em Foco. **Portal Uol**. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/educacao/universidade-nao-e-para-todos-mas-somente-para-algumas-pessoas-diz-ministro-da-educacao/>. Acesso em 18/05/2020 às 14:00.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia e circunstâncias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VEJA os votos dos ministros do TSE no julgamento da chapa Dilma-Temer. **O Globo**, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/veja-os-votos-dos-ministros-do-tse-no-julgamento-da-chapa-dilma-temer.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2017.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. **O gênero nas políticas públicas de educação**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo/SP, v. 34, n. 121, p. 77-104, Fundação Carlos Chagas. 2004.

WEINTRAUB é condenado por ofensa a professores de federais. **Diário de Pernambuco**, 4 mar. 2021. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2021/03/weintraub-e-condenado-por-ofensa-a-professores-de-federais.html>. Acesso em: 29 abr.2021.

ZAFFARONI, E. R. **O inimigo no Direito Penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.